

Textos

Arquivo Histórico Regional

Coleção de artigos do Autor, colhidos de forma livre nos meios eletrônicos e redes sociais, jornais, revistas e livros diversos.

Todos estes trabalhos foram colhidos de forma eletrônica, já publicados e disponíveis livremente.

Esta coleção não é um livro, apenas um apanhado para registrar os trabalhos de sua autoria e/ou de sua preferência, publicados por ele, sobre temas diversos.

A critério do Autor poderá ser transformado em livro.

O ProjetoPF pode ajudar nesta tarefa. Contate-nos.

Data : 30/10/2017

Título : 3º CONCURSO DE QUADRINHOS AHR CHAFARIZ DA MÃE PRETA (2017)

Categoria: Artigos

3º CONCURSO DE QUADRINHOS AHR “RECORTES DA HISTÓRIA DE PASSO FUNDO: CHAFARIZ DA MÃE PRETA” (2017)

As questões relacionadas à História da cidade têm tido amplo espaço de debate e divulgação nos últimos anos, todavia, ainda muito é necessário em termos de pesquisa, discussões e atitudes valorativas da história, identidades e das memórias. Unindo-nos a este esforço de reflexão/ação em prol dos bens coletivos locais, o Arquivo Histórico Regional (AHR) de Passo Fundo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF (PPGH/UPF), com apoio do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), promovem o III Concurso de Quadrinhos AHR, desta vez dedicado as lendas relacionadas ao “Chafariz da Mãe Preta”.

Ano : 2019

Título : A carta magra e o parlamentarismo de 1961

Categoria: Artigos

Vítor Mateus Viebrantz – Acadêmico de História/UPF

Em sua coluna “Acontecimentos da semana”, no jornal O Nacional, João Vieda, narrava, na edição de 28 de setembro de 1961, um caso curioso que teria acontecido em Tapejara. Durante uma "aula" sobre parlamentarismo na Câmara Municipal, um "colono" teria indagado a outro senhor se com o parlamentarismo a "carta magra" iria engordar. O senhor, impressionado com a indagação, lhe questiona se ele se referia a carta magna e o colono exclama: “- Mas, é magna? Eu entendi que ele falava em carta magra, carta magra, e pensei que o parlamentarismo, esse, era para ela engordar!” Esse episódio curioso reflete o desconhecimento popular diante do confuso período no qual o parlamentarismo foi a forma de governo no Brasil.

Para entender essa passagem, é necessário retornar ao ano de 1960, momento da intensa campanha para “expurgar a corrupção no país”. Naquele ano o mato-grossense Jânio Quadros, com sua “vassourinha” defendia essa bandeira na campanha eleitoral, logrando sua eleição como presidente da República. Quadros tomou posse em 31 de janeiro de 1961. Seu governo, de apenas sete meses, foi marcado por idiosincrasias, turbulências e impasses ideológicos, econômicos e políticos. Seu governo, segundo críticos, “cai em desgoverno” e em agosto do mesmo ano o então presidente renunciou. Pela lógica eleitoral da constituição vigente (de 1946), deveria assumir o cargo o vice-presidente (que era eleito separadamente) João Goulart. Jango, como conhecido, se encontrava fora do Brasil: aproveitando-se dessa situação, setores das Forças Armadas e do Congresso Nacional agiram e inviabilizaram a posse. Tendo Jango retornado, recebeu apoio de seu cunhado Brizola, então governador do Rio Grande do Sul. Este iniciou uma campanha a favor da posse, a Campanha da Legalidade, que envolveu diversos setores da sociedade sul-riograndense e se espalhou para o Brasil.

Como forma de contornar a crise, em 2 de setembro de 1961 o Congresso Nacional instalava o regime parlamentarista e em 7 de setembro, Jango tomava posse, com poderes reduzidos. Também tomava posse o primeiro ministro, Tancredo Neves e uma turma de ministros que formavam aquele primeiro gabinete. Iniciava-se assim uma campanha para explicar a todos os brasileiros a nova forma de governo.

Foi nesse contexto de campanha para difundir e legitimar o parlamentarismo que se insere a passagem em Tapejara. O Nacional imediatamente deu início a uma série de publicações, quase diárias, nos dias que se sucederam. Falava-se de benefícios do novo regime, que dignificava a democracia, representava a maior expressão do governo popular, e que afastava a necessidade de embates militares para substituir governo. Na edição de 26 de setembro de 1961, O Nacional trazia na sua coluna sobre parlamentarismo o título: “A dignidade presidencial”, defendendo que o regime garantia uma “função mais nobre” ao presidente e que agora o mesmo “é o autêntico magistrado da nação”.

A intenção inicial era que o regime vigorasse até 1965, quando o mandato de Jango deveria terminar. Todavia a proposta de uma realização de um plebiscito, para o povo votar entre parlamentarismo e presidencialismo, foi antecipada para 1963, com a vitória do segundo. Encerrava-se assim a breve experiência parlamentarista que confundiu o colono tapejareense e que O Nacional se empenhou em esclarecer naqueles meses. Retornavam os poderes presidenciais à Jango. Em março do ano seguinte, setores civis e militares se opunham novamente ao presidente, deferindo um golpe e instalando, pelos 21 anos seguintes, uma Ditadura Civil-Militar no país.

Ano : 2015

Título : A declaração da independência dos EUA - ontem e hoje

Categoria: Artigos

Em 04 de julho de 1776 foi ratificada a declaração de independência dos Estados Unidos pelo Congresso Continental, órgão representante das Treze Colônias então em guerra por independência contra o Império Britânico. A declaração, como documento, foi escrita por Thomas Jefferson e tinha o objetivo de anunciar e explicar a separação das Treze Colônias.

A declaração de independência, apesar de não possuir divisões claras em seu documento, pode ser categorizada em quatro partes: introdução, justificativas, acusações contra a coroa e o povo inglês, conclusão e, por fim, assinaturas.

A introdução apresenta o conceito conhecido como Direitos Naturais, usando o mesmo para justificar a separação com a Inglaterra como a opção razoável, além de

propor explicar as razões que levaram a esta decisão. Em seguida são apresentadas as justificativas para a declaração de independência, expondo a filosofia que sustenta a mesma. Pontos como despotismo, levando a falta de representatividade dos colonos no governo britânico, são somados a icônica frase “todos os homens foram criados iguais, foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade”, criando as bases para justificar a independência.

Após justificar a mentalidade por trás da declaração, o documento dispõe uma lista mais objetiva das ações da coroa inglesa contra os colonos. Uma crítica ao povo inglês também é feita, citando sua indiferença a causa colonial. A conclusão do documento, por sua vez, acusa o Império Britânico por implantar as condições que causaram a guerra por independência, livrando os colonos de culpa, além de cortar oficialmente os deveres políticos que as treze colônias possuíam com a coroa. Por fim, seguem-se as assinaturas 56 delegados pertencentes ao Congresso Nacional, oficializando o documento.

A declaração de independência das treze colônias norte-americanas não tardaria para repercutir internacionalmente. A própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento consequente da Revolução Francesa, viria a ser influenciado não só pelo conteúdo da declaração norte-americana, mas até mesmo pelo estilo de escrita. Outras declarações, especialmente na emancipação de territórios antes coloniais, também viriam a se inspirar na declaração de independência norte-americana.

Hoje o documento é um dos principais símbolos dos Estados Unidos, sendo citado, junto a constituição, por diversos políticos como uma espécie de “atestado de norte-americano” em seus discursos, reforçando a identidade individualista e expansionista que acompanham o conceito de “destino manifesto”, tese na qual os estadunidenses supostamente teriam o direito divino de expandir-se para oeste durante os séculos XVIII e XIX. Como Robert Kagan afirma em uma entrevista a revista *Veja* (abril de 2006) pesquisada no AHR: “Nosso ideário liberal está inscrito na Declaração de Independência e na Constituição. (...) As implicações disso no trato com o mundo externo são extensas. Cito apenas um exemplo: em nome da liberdade de iniciativa de seus cidadãos, administrações americanas do século XVIII e XIX sentiram-se compelidas a dar apoio aos colonos que avançavam sobre território indígena, mesmo quando esse avanço criava tensões inoportunas e contrariava acordos legais”.

Conforme o contexto e as demandas mudam, os documentos continuam os mesmos, mas são relidos e ressignificados. Muitos dos elementos da Declaração estão ainda hoje refletidas na constante centralização do Estado norte-americano e no crescente poder de Washington sobre os demais estados que compõem a federação.

Augusto Chiarello

Acadêmico do Curso de História da UPF

Data : 19/02/2011

Título : A Grande Guerra nas plagas passo-fundenses

Categoria: Artigos

Descrição: Em agosto de 1914, eclode na Europa um conflito armado que viria ser conhecido como a Primeira Guerra Mundial.

A Grande Guerra nas plagas passo-fundenses

Sábado, 19/02/2011 por Arquivo Histórico Regional

Em agosto de 1914, eclode na Europa um conflito armado que viria ser conhecido como a Primeira Guerra Mundial. Em um contexto de desordens políticas entre as principais potências européias, decorrentes especialmente do ímpeto imperialista, a tensão política e econômica foi se agravando a ponto de declarar-se a guerra, que envolveu, de um lado, as forças aliadas da Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia), e do outro a Tríplice Aliança (Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália).

No Brasil possivelmente a população ampla não tinha muitas informações sobre os motivos que levaram a Europa à guerra. Além da distância e da falta de divulgação de notícias, a posição do governo brasileiro, que mantinha relações comerciais com a Alemanha, foi de manter-se neutro quanto ao conflito. Esta posição foi mantida até 11 de abril de 1917, quando um navio brasileiro foi bombardeado, supostamente pelos alemães, acirrando as animosidades em relação à Tríplice Aliança e impelindo o governo do Brasil a declarar apoio à Tríplice Entente.

O apoio do governo brasileiro à Entente foi divulgado pela imprensa de todo país, que, a partir de então, passa a acompanhar com mais vigor o conflito que se desenrolava. Uma evidência desta publicização aparece em um artigo divulgado pelo jornal A Voz da Serra de Passo Fundo em 12 de dezembro de 1917, quando publicou um trabalho duro que desprezava, excluía e discriminava o povo alemão também residente no país. Um excerto nos apresenta a postura que então se defendia em relação aos

germânicos que viviam em Passo Fundo: “não comerciarás com os súbditos, casas ou empresas allemães, porque o teu dinheiro, que o Allemão ganhar, se transformará em armas, explosivos e materiais incendiarias, que elle empregará contra as pessoas, os bens, os soldados, os marinheiros, a existência material de tua pátria”.

Embora o teor do texto publicado pelo jornal seja extremamente preconceituoso e generalizador, ao apontar para a consideração de qualquer alemão como belicista, evidencia um estado de espírito que então passa a se difundir visando, sobretudo, justificar a própria posição do estado brasileiro ante a Grande Guerra após 1917. Assim, percebemos que, mais do que a consideração da realidade dos alemães residentes no país – até então imigrantes preferenciais portadores da cultura européia que tanto se prezava por atrair –, o periódico se filia a postura política estatal ampla, preconizadora da atenção e vigilância em relação ao Outro que, a partir de então, se quer vencer e mesmo destruir. A mudança contextual explica e referenda a alteração na atenção legada à guerra e a própria transformação discursiva sobre os alemães nas plagas passo-fundenses.

Por Jacson Vilian Vicensi

Acadêmico do Curso de História/UPF

Fonte: Acervo AHR

Ano : 2019

Título : A questão da segurança pública em Passo Fundo (1921)

Categoria: Artigos

Andrei Tonini

Mestrando em História - UPF

Ao desbravar-se sobre o relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo então intendente de Passo Fundo, Dr. Nicolau Araújo Vergueiro, constata-se que a questão da segurança pública não é uma questão pós-moderna no município. O documento datado de 1º de novembro de 1921 aponta as dificuldades e os problemas enfrentados pela municipalidade para prestar um serviço público adequado à população.

Logo na introdução do documento, o intendente apresenta a situação da então Guarda Municipal como quase uma calamidade: estavam sem armas, sem fardamento, sem equipamentos, sem cavalos e com apenas um quinto do efetivo normal. Ao iniciar o capítulo que trata da segurança pública, o intendente trata de remeter ao assunto tratado na introdução, informando os conselheiros da compra de fardamento e equipamentos, “colocando-se essa força em condições de desempenhar cabalmente o seu papel de alta importância para a ordem pública”. O alarde inicial de Vergueiro aparenta ser uma estratégia do intendente: mostrar aos conselheiros uma situação caótica, para depois não gerar questionamentos acerca do investido na armada, além de aumentar sua popularidade como figura pública. Entretanto, mesmo com os investimentos, o cenário da Guarda Municipal passo-fundense parece continuar em situação quase desesperadora. A organização estava composta de apenas vinte praças, dos quais dezesseis ficavam lotados na sede e os outros quatro divididos, um em cada distrito descrito. Os distritos que possuíam efetivo eram Carazinho, Não-Me-Toque, Boa Esperança (hoje, município de Colorado) e Campo do Meio (hoje, localizado em Gentil).

O teatro de operações da armada municipal era demasiado grande. Com uma área territorial de atuação que compreendia centenas de quilômetros quadrados a mais do que a configuração atual do município, a Guarda Municipal carecia de homens para realização de seu serviço. Esses, e entre outros motivos, levaram o intendente a solicitar aumento de orçamento ao conselho, para poder deixar pelo menos vinte praças na sede municipal.

Outro ponto muito interessante do relatório é acerca do Presídio Municipal, que enfrentava, conforme o relatório, uma situação calamitosa e, nas palavras de Dr. Nicolau Vergueiro, desumana. No início do inverno de 1921, o presídio estava sem vidros nas janelas e com as molduras apodrecidas; não haviam leitos e nem cobertas. Aqueles infelizes, como os chama o intendente, que se encontravam em cárcere, agrupavam-se nos cantos das celas para esquentar-se e desviar da chuva, vento e até mesmo da neve.

Em 21 de março de 1921, a Intendência abriu Concorrência Pública para compra de alimentos para os presos pobres, com três propostas apresentadas – ganhou a de Euthalia Pinto, que foi contratada por um ano. O intendente informou a colocação de novos caixilhos em sete janelas, com um total de 104 vidros, a construção de oito leitos e a compra de dez cobertores. Como se não bastassem todos os problemas enfrentados pelo município, o terreno onde então havia sido construído o Presídio Municipal era motivo de litígio entre Joaquim Gabriel de Oliveira Lima, já falecido na data do relatório, e o município. No processo de reivindicação, o autor Joaquim obteve sentença favorável, e na época o processo encontrava-se em fase de execução por seus herdeiros.

Falta de efetivo, de orçamento, de equipamentos, de dignidade humana no presídio. Brigas judiciais que afetavam o poder público. Parece que estamos falando sobre os dias atuais, no entanto, essa realidade da segurança pública vem se deslocando pela história, como um cavalo que galopa ao horizonte, incansável e que parece imparável. Para aqueles que gostariam de se aprofundar sobre a realidade municipal através dos anos, uma visita ao Arquivo Histórico Regional (AHR) rende a consulta a uma infinidade de fontes e documentos, como o Relatório Municipal de 1921 apresentado ao Conselho Municipal, subsídio para a obtenção das informações neste texto descritas.

Data : 18/04/2014

Título : A revista da semana e a seção do jornal das famílias

Categoria: Artigos

Descrição: As revistas ilustradas fazem parte da história da imprensa brasileira, e como tal, constituem-se numa importante fonte histórica.

Sexta-Feira, 18/04/2014 às 07:41,

por Arquivo Histórico Regional

As revistas ilustradas fazem parte da história da imprensa brasileira, e como tal, constituem-se numa importante fonte histórica. Entre os periódicos destaca-se a Revista da Semana que foi o primeiro grande projeto em moldes empresariais no Brasil, elaborada por Álvaro Teffé, mais conhecido como Barão de Tefé. A revista circulou no Rio de Janeiro a partir de 1900 e permaneceu até 1959. Construída com caráter de revista de variedades que continuou até 1914, ela assume a partir de 1915 uma identidade feminina. Boa parte do acervo dessa revista, pode ser encontrado no Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, compreendendo os anos de 1914 a 1917 com exemplares completos.

O destaque da Revista da Semana está em ter introduzido novidades tecnológicas, “descobrir” e vulgarizar as técnicas de fotorreportagem, modificar o visual - colocando em evidência a imagem - e reunir um qualificado corpo de colaboradores. Outra propriedade do periódico foi o seu pioneirismo no que diz respeito à utilização da fotografia para ilustrar suas reportagens.

No fim do século XIX e início do século XX, uma marca da imprensa era o elitismo cultural que atingiu a Revista da Semana. Essa fusão entre elitismo cultural e um consumidor, na sua maioria, (embora não exclusivamente) feminino, fazia com que a moda fosse um dos temas mais divulgados dentro da Revista da Semana. A moda

demonstrou ser um assunto que não só dava ênfase em um modelo de modernidade adquirido pelo país (comum das revistas daquela época), como também ia de encontro a este consumidor idealizado pela revista.

A Revista da Semana constitui-se de muitas seções, entre elas o Jornal das Famílias, dedicada ao público feminino, iniciando sua circulação no dia 04 de setembro de 1915 com assuntos de moda, conselhos sobre valores e comportamentos, dicas de higiene e saúde e assuntos sobre a vida doméstica para as senhoras e moças da época, abrangendo em torno de um terço da revista. A seção do Jornal das Famílias constitui-se de uma rica fonte histórica para estudar os valores e comportamentos definidos para as mulheres da época.

Sediana Rizzo Czrnorski

Mestranda PPGH – UPF

Fonte: Acervo AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Ano : 2015

Título : A Revolução Constitucionalista de 1932

Categoria: Artigos

Em 1932 iniciava-se a chamada Revolução Constitucionalista, a última guerra civil brasileira. Apesar de seu foco maior ter se limitado a São Paulo, o conflito e suas consequências também viriam a encontrar repercussões no interior do Rio Grande do Sul.

Com o golpe instituído por Vargas e sua base aliada após as eleições de 1930, pondo fim a continuidade do antigo sistema de revezamento do cargo de presidente entre

São Paulo e Minas Gerais, as oligarquias paulistas foram prejudicadas. Isso, aliado a repressão do governo de Vargas e a demora para o governo “provisório” findar e as eleições serem novamente instituídas, levou as oligarquias de São Paulo, aliadas a crescente elite industrial, a organizarem manifestações contra Getúlio Vargas.

O conflito deixaria de ter somente manifestações em 1932, com a morte de estudantes durante protestos em São Paulo. Com essa justificativa, as oligarquias e elites industriais locais pegaram em armas, dando início ao conflito armado que viria a ser conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932.

Houve muita disparidade entre as forças federais e as forças paulistas. Se esperava que todo paulistano contribuísse para o sustento da “máquina de guerra”, doando pertences passíveis de reversão em capital. Porém, o arrecadado não foi o suficiente, mesmo com o conflito durando apenas três meses culminando na derrota paulista.

São Paulo não foi o único estado federativo a se opor ao governo de Vargas. Além de forças oriundas do sul de Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, através do comando de Borges de Medeiros da Frente Única Gaúcha, 450 combatentes entraram em conflito.

Apesar da derrota Paulista e de seus aliados, os efeitos do conflito não acabariam com o fim do mesmo. A dita Revolução foi seguida da radicalização e fortalecimento da violência política. Isso pode ser exemplificado com o surgimento, logo após o conflito em 1934, dos bombachudos, ex-tropas auxiliares empregadas contra os combatentes de Borges de Medeiros em 1932 que agora serviam como “capangas” para autoridades locais. Esses acabariam por cometer vários atos de violência política que viriam a tornar-se característicos da região norte, em especial na cidade de Soledade que teve como marco desse processo o assassinato de Kurt Spalding na Farmácia Serrana em 1934, analisado por Carolina Guerreiro.

Augusto Chiarello

Acadêmico do Curso de História da UPF

* O AHR não se responsabiliza pela opinião dos autores

Ano : 2014

Título : A Vila do Passo Fundo

Categoria: Artigos

A Vila do Passo Fundo

Ney Eduardo Possapp d'Avila

Mestre em História

Em 7 de agosto de 1857 em decorrência da emancipação municipal sua sede, Passo Fundo, foi elevada à categoria de Vila. A categoria de Cidade era reservada às capitais das províncias e a algumas vilas que se distinguiam pela importância econômica e/ou política, como veio a acontecer com Passo Fundo, já na República, elevada à categoria de Cidade em 10 de abril de 1891. Devemos levar em conta que no período colonial e depois no Império e na República existiu uma grande desordem e confusão na nomenclatura e na hierarquia das divisões e subdivisões territoriais. Anteriormente à Proclamação de República, em função da união entre o Estado e a Igreja, sobrepunham-se entre si ora a administração estatal, ora a religiosa, aumentando a confusão. Apenas em 1938, no espírito da organização político-administrativa do Estado brasileiro preconizada pela Revolução de 30, o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março, uniformizou a nomenclatura. Todas as sedes municipais receberam o título de Cidade, devendo a cidade e o município terem o mesmo nome, não podendo dois ou mais município terem o mesmo nome. O município subdividido em distritos, tendo as sedes distritais o título de Vila. Também terminou a confusão com a palavra “vila” que tanto se aplicava à área urbana da sede municipal, como também era sinônimo de “município”. A expressão “Termo da vila” abrangia o território municipal. “Vilamento” significava emancipação municipal.

Não obstante a clareza e simplicidade do Decreto-Lei de 1938, confunde-se “cidade” com “município” e vice versa. Isso ocorre cotidianamente nas conversa informais, nos discursos e textos oficiais, na voz e nos escritos dos comentaristas e comentadores dos órgãos de comunicação social.

Neste 7 de agosto completam-se 159 anos da elevação de Passo Fundo à categoria de Vila, condição em que permaneceu por aproximadamente 34 anos. Até 1857 o núcleo urbano que se formou a partir da chegada do Cabo Neves e sua gente, em dezembro de 1827, passou por diferentes categorias. Apesar de haver se formado relativamente longe da beira do Rio Passo Fundo, este via de regra serviu de referência por ser o caudal de certa importância mais próximo. Em agosto de 1835 a primitiva povoação ou “povo começado”, por conta de ser sede de distrito e com a oficialização da Capela da Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo, pode usar o título de Povoado do Passo Fundo. Por má informação Garibaldi em 1840, quando

por aqui transitou a caminho de Cruz Alta, anotou “povoação das Missões”. A capela, abrangendo todo território do distrito, foi elevada em 26 de novembro de 1847 à categoria de Capela Curada, passando o Povoado, além de sede distrital, a ser sede eclesiástica da Freguesia da Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo. Assim se manteve por dez anos, quando com o acréscimo da Freguesia da Nossa Senhora da Soledade, formou-se o Município. O Povoado tornou-se a Vila sede do 24º município do Rio Grande do Sul e o de maior extensão territorial.

Ney Eduardo Possapp D’ávila

Mestre em História

Membro do Instituto Histórico de Passo Fundo

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Data : 30/03/2012

Título : A Visita do Herdeiro de Getúlio a Passo Fundo

Categoria: Artigos

Descrição: “Hoje é a vez de Brizola” - assim iniciava a reportagem anunciando a vinda do político à Passo Fundo em 1º de novembro de 1989.

A Visita do “Herdeiro” de Getúlio a Passo Fundo

Sexta-Feira, 30/03/2012

por Arquivo Histórico Reginal

“Hoje é a vez de Brizola” - assim iniciava a reportagem anunciando a vinda do político à Passo Fundo em 1º de novembro de 1989. Para seus partidários, como Airton Dipp, então prefeito municipal, a visita daquele líder entraria para a história da cidade. Eram esperadas mais de 50 mil pessoas para sua carreata e comício.

A época era muito conturbada em função do período eleitoral, na qual concorriam para a presidência da República, além de Leonel Brizola (PDT), Paulo Maluf (PDS),

Fernando Collor (PRN), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), entre outros. Brizola vinha enfrentando muitas críticas, como em toda sua carreira política. Maluf, por exemplo, o acusava de ser favorável ao comunismo e reforçava sua posição repetindo que comunistas seriam pessoas sem religião (O Nacional, 31 de outubro de 1989), aumentando o coro dos críticos de direita lançadas àquele expoente da política nacional. Além disso, o líder do PDT vinha enfrentando muitos problemas com a Igreja Católica, pois era favorável ao divórcio e porque se colocava contra a instituição que, em sua opinião, manipulava o setor educacional no país.

A loucura Brizolista, terminologia de Argeu Santarém, seria confirmada no dia 1º de novembro de 1989 e entraria para a história de Passo Fundo como o maior comício político do município. Naquele dia a chegada de Brizola estava prevista para as 19 horas e 30 minutos. A essa altura as ruas do centro de Passo Fundo estavam tomadas por partidários, simpatizantes e uma multidão que simplesmente admirava Brizola, em especial, no Altar da Pátria localizado na GARE, onde o povo cantava hinos da campanha. Brizola teria sido recebido por uma longa queima de fogos às 21 horas, segundo relata Santarém.

Antes do discurso Brizola percorreu um longo percurso em carreta aberta, acompanhado por Airton Dipp, Éden Pedroso, Augusto Trein e vereadores do PDT. Brizola chegou ao Altar da Pátria às 22 horas para proferir suas palavras. Em sua fala ressaltou a emoção de estar novamente em Passo Fundo e lembrou da escola Fagundes dos Reis, onde estudou quando jovem.

Brizola também concedeu uma entrevista para a imprensa no dia 2 de novembro, sem meios termos, pois em sua fala evidenciou seu vigor político e reforçou que “não levava desaforo para casa”. Nessa entrevista, publicada em O Nacional do dia seguinte, o petebista caracterizou seus adversários de “intelectóides” e disse que muitos deles eram “filhos da Ditadura”. Brizola apontava o favoritismo de Collor, mas para enfatizava que este era invenção da mídia e que o povo era inocente demais para perceber tais manobras e acabava aliando-se ingenuamente. Collor sagrou-se vencedor do pleito mas em Passo Fundo aqueles foram dias de Brizola. A receptividade e o destaque que o mesmo recebeu da imprensa evidenciaram a força do político pelas suas propostas, lutas e conquistas.

Virginia Soldá Tamborena

Acadêmica do Curso de História/UPF

Fonte: Acervo do AHR

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Data : 04/06/2012

Título : A volta da que não foi...

Categoria: Artigos

Descrição: Nos primeiros dias do mês de setembro de 1979, o jornal O Nacional noticiava a Semana Pátria, o 20 de setembro - tão saudado e preparado pelos riograndenses...

A volta da que não foi...

Segunda-Feira, 04/06/2012

por Arquivo Histórico Reginal

Nos primeiros dias do mês de setembro de 1979, o jornal O Nacional noticiava a Semana Pátria, o 20 de setembro - tão saudado e preparado pelos riograndenses -, e o retorno de Leonel Brizola ao país depois do exílio. Em busca de informações sobre as manifestações religiosas na cidade, acabei sendo “capturada” por uma notícia intrigante, entrelaçada às manchetes políticas e que já no título anunciava: Garota dada como morta em Porto Alegre apareceu viva ontem aqui. No texto, o jornalista Julio Rosa deteve-se na explicação do caso para os leitores: a moça – aqui denominada Rosa -, então com 17 anos, que fora dada como morta em um caso policial ocorrido em janeiro daquele mesmo ano quando então residia em Porto Alegre, apareceu naqueles dias na casa do tio – morador de Passo Fundo - para buscar documentos. A moça morta era a “garota do Cais”, caso noticiado pela Imprensa da capital em janeiro de 1979. O corpo encontrado no Cais do porto era de uma moça que foi estuprada e espancada até a morte. Pela dificuldade de obter a identificação da vítima, foi elaborado um retrato falado que posteriormente foi divulgado visando obter informações. A madrinha de Rosa teria reconhecido a sobrinha na imagem e, pelos antecedentes da noite do crime, quando ambas passavam pela zona portuária e foram abordadas por um motorista, acreditou tratar-se da parenta. O homem no cais as teria convidado para entrar no seu caminhão - onde estariam pelo menos mais dois indivíduos. Rosa teria aceitado o convite, entrado no veículo e, segundo narrou a tia, lá os sujeitos “tentaram perversões sexuais” e espancaram a sobrinha. Dias depois o corpo foi reconhecido pela madrinha de Rosa

e também por seu tio, que foi de Passo Fundo a Porto Alegre naquela ocasião. Na mesma reportagem foi relatado que Rosa estaria morando em Porto Alegre com sua tia depois de ter saído de Passo Fundo com um taxista que a teria levado a Joaçaba/SC e depois à capital do estado. Quando Rosa voltou em setembro, o sinal de nascimento no seu seio teria sido o fator que confirmou tratar-se mesmo da menina que, até então, era considerada como morta e sepultada desde janeiro pelos familiares e amigos.

Por si só tal história já é instigante, mas os fatos relatados pelo jornalista seguem por alguns dias trazendo novos dados ainda mais estarrecedores. Rosa teria saído de casa como vítima de uma rede de tráfico de menores.

Ela e outras meninas teriam sido convidadas a passear de carro por um taxista que as deixou em um bordel no estado vizinho. Mas a narrativa não para por aí. Retornando à casa dos parentes, Rosa teria sido considerada pela tia como um espírito, causando temor. Segundo conta a “mortaviva”: “É muito difícil viver momentos em que os parentes mais queridos têm medo da gente como se fosse uma alma de outro mundo”.

Para além da história surpreendente e do temor dos parentes, a saga de Rosa não teria um fim tão fácil. O caso também foi analisado por advogados que afirmavam que o “caso de Rosa só existia na literatura”. Como a morta não estava morta e a garota do Cais não era Rosa, houve necessidade de anular o atestado de óbito e obter autorização para exumar o corpo enterrado no jazigo da família. A questão ganhou contornos jurídicos e morais ao desvelar os problemas do sepultamento de uma desconhecida em lugar de Rosa. Visando sanar o impasse, uma nova averiguação foi realizada com os tios que passaram a destacar o quanto o reconhecimento da “garota do Cais” teria sido marcado pela tensão nervosa, ampliada pelo odor de formol exalado no ambiente de identificação do corpo da vítima. Após tantas discussões, esclarecimentos e encaminhamentos para solucionar a situação de Rosa e do corpo da garota do Cais, ficou notório para o tio que “tratar de assuntos de gente viva é mais fácil do que de mortos”. Tramas e dramas a parte, eis uma história digna do rol de contos da República dos Coqueiros, a história da morta que não morreu...

Gizele Zanotto Professora do Curso de História/UPF

Fonte: Acervo do AHR * Os artigos expressam a opinião de seus autores.

Arquivo Histórico Regional – UPF R. Paissandu, 1576 – Centro Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr Doações de documentos são recebidas o ano

Data : 06/07/2013

Título : Acervos privados do AHR

Categoria: Artigos

Descrição: “E aqui estou. 28 anos de luta, muitas vezes tocando ou cantando para alegrar, sem demonstrar que por dentro de mim havia uma tristeza ou uma dor causada pelo Sr. destino”.

Sábado, 06/07/2013 às 07:44, por Arquivo Histórico Regional

“E aqui estou. 28 anos de luta, muitas vezes tocando ou cantando para alegrar, sem demonstrar que por dentro de mim havia uma tristeza ou uma dor causada pelo Sr. destino”. Esta melancólica declaração foi escrita em 28 de março de 1969, no “quarto nº 17” do Hospital São Vicente de Paulo, por um homem que aguardava para ser submetido a uma cirurgia de úlcera. Seu nome: Alfredo Custódio, também conhecido como Alfredinho, importante músico passo-fundense. Nascido em 1919, participou ativamente da vida cultural da cidade. Na sua carteira da Ordem dos Músicos do Brasil consta o título de acordeonista, mas uma observação atesta que “é também pianista, violonista e cantor”. Entre uma excursão e outra, para várias cidades do país, especialmente da região sul, ele animava as noites do Dancing Elite e do Marabá, ambos localizados na 15 de Novembro, centro da movimentada vida boêmia da Passo Fundo dos anos 1930-50. Faleceu em 1974. Se não legou bens materiais consideráveis, Alfredinho deixou à posteridade um conjunto de papéis valiosos. Seu acervo compõe-se de documentos, recortes de jornais, fotos, partituras, letras de músicas e fragmentos de escritos esparsos, memórias traçadas em linguagem simples, mas marcadas por um tom poético, como percebemos.

Este material faz parte do conjunto de acervos privados do Arquivo Histórico Regional, no qual também encontraremos documentos de outras pessoas. O pesquisador pode consultar, por exemplo, os pitorescos rascunhos da Enciclopédia Sul-Rio-Grandense Ilustrada, obra de Antonio Carlos Machado, publicada pela Editora Berthier, em Passo Fundo, nos anos de 1988-89. Ou, então, debruçar-se sobre as memórias políticas e os saborosos “causos”, sobretudo referentes à atividade médica, de Nicolau Araújo Vergueiro. Além dos documentos, há que se destacar o acervo bibliográfico que acompanha os fundos referentes a estes nomes e a outros, como Cyro Schell, Clodoaldo Brenner, Maria Fialho Crusius e Mário Menegaz.

Obviamente, não se trata, aqui, de destacar personalidades que, pela sua atuação, seriam passíveis de merecer uma atenção especial. A história já não comporta este tipo de aproximação. Ao contrário, a variedade permite problematizar e discutir aspectos importantes da vida social e cultural, como a questão da representatividade ou o confronto entre o (às vezes pretensamente) erudito e o popular. Além disso, é preciso não esquecer os aspectos de seleção de dados biográficos realizados pelos próprios sujeitos, o que exige um olhar especialmente crítico. A despeito dessas

advertências, por outro lado, é forçoso reconhecer o potencial historiográfico desse material, a quem se aplica a expressão consagrada por Angela de Castro Gomes: são escritas de si, escritas da história.* Pois trazem uma variedade de elementos valiosos para um acercamento às questões relativas à história política e social regional, assim como possibilitam um olhar mais apurado sobre o processo de construção da memória, individual e coletiva.

* Para uma apreciação sintética do que representam as “escritas de si” para a historiografia atual, bem como de uma mostra de trabalhos nessa linha (utilizando memórias, correspondências, autobiografias), pode-se ver: GOMES, Angela de Castro (org.). Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Álvaro Antonio Klafke

Prof. do Curso de História e do PPG em História da UPF

Fonte: Acervo do AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Ano : 2009

Título : AIDS: O Ocidente está desmoronando...

Categoria: Artigos

O fim da Segunda Grande Guerra deixou à humanidade um grande hiato civilizacional, desde o início da Primeira Grande Guerra o homem conheceu a dor da guerra total. A memória do homem ocidental via longe os bons tempos da Belle Époque, onde a Europa era o coração do mundo. Com o fim da Segunda Guerra o mundo precisa ser reconstruído novamente, e agora em bases sólidas, que não ruíssem ao primeiro abalo socioeconômico. São os tempos da Guerra Fria e as décadas de 1950 e 1960 operam revoluções: a revolução social, a revolução cultural. As economias, em geral, crescem em ritmo frenético. Como nos fala o guru da História do século XX, Eric Hobsbawm, esta é a ERA de OURO.

Mas, como diz o poeta, nada dura pra sempre, os anos 1970 começam meio conturbados, há uma severa crise econômica e os reflexos das revoluções socialistas e da guerra do Vietnã abalam alguns elementos constitutivos do pensamento

ocidental. E neste contexto de evolução/"perturbação" sociocultural que surge, no final dos anos 1970, a doença que ressuscitaria os velhos medos do Ocidente: a AIDS.

A Aids aparece num contexto de liberação sexual e de conquistas sociais das minorias, os homossexuais principalmente, ocorridas a partir da metade do século XX. Essa onda reformista de caráter sócio-comportamental atinge os lares de boa parte dos ocidentais, ate mesmo a classe média de cidades do interior como é o caso de Passo Fundo.

E é em janeiro de 1985, que os principais jornais desta cidade, O Nacional e Diário da Manhã, noticiam o primeiro caso confirmado de soropositivo. Para Michel Pollak, a doença é motor de mudanças imediatas na vida social e "as discussões sobre as eventuais medidas administrativas a serem tomadas contra essa doença colocam em relevo as repercussões políticas" da epidemia; e o local onde estas repercussões pulsam são os jornais.

A doença aqui é a peça que aciona as rupturas com aquela liberalização sexual adquirida nas décadas anteriores. A doença funciona como o ser gerador de medos, conflitos e transformações; é sobre ela que se forjam discursos baseados em distorções da ciência biológica, onde se entrincheiram preconceitos e juízos de valor que atingem o meio social, influenciando-o, reformulando as suas relações interpessoais.

Durante todo mês de janeiro e nos meses, anos subsequentes, os jornais noticiam o drama das famílias, da comunidade médica e principalmente dos infelizes portadores desta cruel doença. São eles quem mais sofrem, e isto é óbvio, as dores da doença. Porem não são apenas as dores físicas, o medo da morte e, talvez, pior ainda, o dor de ser apontado, a dor do preconceito, que é inflamado pelo olhar de mentes péfidas, que julgam as pessoas como se elas fossem aberrações da natureza, a cria do pecado. A ciência médica durante bom tempo vai lembrar também dar análises errôneas sobre esta doença, analises estas com um fundo de preconceito, de homofobia. Atualmente a ciência não acredita mais nos estúpidos "grupos de risco". A doença se alastrou, condenou muita gente a morte, mas hoje, graças a avanços da ciência, das políticas de prevenção (que tem de ser revistas e ampliadas) e das políticas de tratamento, o soropositivo consegue viver de uma forma mais ou menos normal, com uma certa qualidade de vida, que infelizmente os primeiros atingidos pela doença não puderam desfrutar.

Carlos Eduardo Pimentel

Acadêmico do 6º nível do Curso de História

Fonte: Acervo AHR

Data : 27/10/2012

Título : Algun momento, julgamento?

Categoria: Artigos

Descrição: Com a manchete de “10 anos da queda do muro de Berlim: Hoje, outros muros se levantam”, o jornal mensal Folha da História de Porto Alegre rememora com pesares este acontecimento histórico marcante, não só para a Alemanha, mas para o mundo.

Algun momento, julgamento?

Sábado, 27/10/2012 às 05:43,

por Arquivo Histórico Regional

Com a manchete de “10 anos da queda do muro de Berlim: Hoje, outros muros se levantam”, o jornal mensal Folha da História de Porto Alegre rememora com pesares este acontecimento histórico marcante, não só para a Alemanha, mas para o mundo. O jornal possui a intenção de informar e formar o leitor num âmbito sociocultural. Seus artigos e reportagens têm como autores professores e acadêmicos do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e iniciou sua circulação em 1996. No Arquivo Histórico Regional encontra-se um pequeno número de exemplares deste, englobando os anos de 1996 a 2000.

O periódico mensal apresentava uma leitura marxista de História. Abordando principalmente fatos históricos, cada edição com temática específica, baseando-se na história comparada. Em novembro de 1999 a Folha da História destacou a queda do muro de Berlim para analisar as rupturas e os desdobramentos ocorridos desde aquela época, sobretudo a partir do fim da experiência do “socialismo real” da União Soviética.

Extremamente crítico à implantação do capitalismo, seus artigos atacam o profundo quadro de desestabilização e fragilidade da população da Europa Central. Trazendo dados da UNICEF (publicados na obra Geração perigo) que afirmava que “o desaparecimento da URSS foi o declive econômico mais drástico da história recente, o apoio do estado que proporcionava condições básicas ao cidadão simplesmente

desapareceu”. Além disso, o texto aponta problemas infraestruturais de saúde e educação naquela região, com a implantação de um novo regime. Apesar de contundente e bem referenciado, a discussão apresentada não deixa muito claro se realmente o antigo sistema era mais estável.

No segmento cultural, reservado ao cinema, é caracterizada a guerra ideológica travada nos longos feitos no lado ocidental em plena guerra fria. Sem nenhum interesse em sutilezas os filmes eram feitos como veículos de convencimento político descarado, sendo caricaturas, construíram os estereótipos do herói americano e do vilão russo. Atualmente, pela opinião do autor Nilo André Piana de Castro (então licenciado em história pela UFRGS), estes são os muros invisíveis feitos pela cultura de massa do capitalismo que impede uma melhor observação dos fatos.

Em 1999, vários discursos oficiais e notícias celebraram os 10 anos da destruição do muro de Berlim como um momento de alegria para a Alemanha, como uma celebração da unidade do país. Todavia, analisar e refletir sobre as datas comemorativas pode também significar um momento de redefinição ou afirmação de conceitos, ideias e avaliações sobre o passado e o presente e da própria construção de sentidos e de identidades. E hoje, o que pode representar para nós, o fato ocorrido há 177 anos, naquele 20 de setembro tão importante para nossa cultura?

Pedro Alcides Trindade de Mello

Graduando em História pela UPF

Fonte: acervo AHR

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Data : 13/04/2012

Título : As Aventuras do Servo de Deus

Categoria: Artigos

Descrição: Dos muitos pequenos tesouros guardados no Arquivo Histórico Regional, os milhares de processos criminais estão entre os mais importantes.

AS AVENTURAS DO “SERVO DE DEUS”

Emmanuel Henrich Reichert

Sexta-Feira, 13.04.2012

Dos muitos pequenos tesouros guardados no Arquivo Histórico Regional, os milhares de processos criminais estão entre os mais importantes. Não que os casos tenham envolvido pessoas famosas ou gerado repercussão nacional (talvez alguns tenham – muito do material ainda está por ser estudado). Na verdade, a sua importância histórica se dá exatamente pelo motivo oposto: envolver gente comum. Lendo seus depoimentos e histórias de vida e prestando atenção aos detalhes, é possível descobrir informações valiosas sobre a vida cotidiana, a mentalidade, as relações sociais e muitas outras coisas que dificilmente se encontram em outros documentos do passado. Para alegria dos pesquisadores, alguns dos casos, além de ricos em informações, também fornecem boas histórias. Eis uma delas, derivada de um processo criminal.

O ano era 1966. O lugar, o interior da pequena e recém-emancipada Fontoura Xavier. Um agricultor, ao passar na casa de um amigo, encontrou ali outro visitante, que logo descobriu ser um “curandeiro”, conhecido por seus remédios de chás e ervas. Isso veio a calhar para o agricultor, pois sua mulher sofria de uma doença de pele. Ele pediu para que o homem ajudasse sua esposa. O convite foi aceito e o curandeiro empregou seus remédios habituais, que surtiram algum efeito, terapêutico ou psicológico: enquanto ele esteve ali, ela não sentiu sintomas de sua doença. O casal, agradecido, hospedou em sua casa e pagou suas despesas para que ele morasse ali, continuando o tratamento. Ele havia adquirido seus dois primeiros seguidores.

Nos meses seguintes, o curandeiro, um homem de meia idade e analfabeto, expandiu suas ambições. Praticamente mandava na casa, criando desavenças entre o casal e jogando um contra o outro. Começou a dizer que era um servo de Deus, que “havia sido enviado para apartar o bem do mal”. Com uma roupa que misturava trajes de médico e padre, começou a realizar consultas para os moradores da região, fazendo um sucesso considerável: de acordo com um depoimento, ele chegava a realizar até quarenta consultas por dia. Algumas vezes cobrando a consulta, outras vezes apenas os remédios, estava ganhando bem com suas curas. A vida estava agradável para o curandeiro, e poderia ter continuado assim se um outro lado de suas atividades não tivesse sido descoberto.

O casal que o hospedava tinha uma filha adolescente, com o casamento já marcado para o início do ano seguinte. O “servo de Deus” havia sido convidado como padrinho,

mas recusou, dizendo que ele mesmo tinha capacidade para realizar o casamento e até mesmo batizados. A confiança de todos da casa no suposto homem de Deus era tamanha que ninguém viu problema em deixar a adolescente a seu serviço todos os dias para ajudar na preparação dos remédios. Isso é, ninguém viu problema até o dia em que seus pais descobriram que ela estava grávida de três meses. Havia sido seduzida pelo curandeiro, que dizia precisar de uma “profetisa”. Ela queria ter contado antes o que acontecera, mas ele ameaçou matar toda a família, dizendo ter poderes sobrenaturais e ser capaz de eliminar uma pessoa sem encostar nela.

Foi o fim das curas do “servo de Deus”. O agricultor explicou a situação à polícia, que prendeu o curandeiro ao tentar fugir para Barros Cassal, onde morava com sua família: era casado e pai de oito filhos. Ele tentou se defender de todas as formas possíveis, claro: disse que nada tinha acontecido entre ele e a jovem; que não cobrava por seus remédios e apenas estava realizando seu dever de caridade como espírita. Foi em vão, pois o curandeirismo era crime, como continua sendo até hoje, se aproveitar de uma menor era ainda mais grave e as provas contra ele eram convincentes. Recebeu pena de quase cinco anos de prisão, sendo chamado pelo juiz de “pretense místico explorador da boa fé e credence exagerada” da população rural, que vivia em estado de abandono social. Como o juiz poderia saber que, quase cinquenta anos depois, o curandeirismo estaria ainda vicejando no campo e nas cidades?

Data : 30/05/2014

Título : Atenção ao voto!

Categoria: Artigos

Descrição: Em ano de eleições o tema do cenário político, das articulações partidárias, das opções de candidatos, dos índices de rejeição de alguns líderes, dos programas eleitorais gratuitos, entre outros, tornam-se cotidianos.

Sexta-Feira, 30/05/2014 às 21:42,

por Arquivo Histórico Regional

Em ano de eleições o tema do cenário político, das articulações partidárias, das opções de candidatos, dos índices de rejeição de alguns líderes, dos programas eleitorais gratuitos, entre outros, tornam-se cotidianos. Todavia, esse cenário decorrente da democracia brasileira nos é recente. Em virtude do voto censitário e do governo militar instaurado em 1964 e vigente até meados dos anos 1980, temos ainda

pouca tradição continuada de escolha de lideranças via voto universal dos brasileiros na República que foi instaurada em 1889. Cem anos depois tivemos um pleito histórico: “vamos poder escolher o próximo Presidente da República. Isto significa o fim da era ditatorial, onde o Presidente era escolhido nos quartéis e, mais recentemente, no “colégio” eleitoral.” (Anormal, n. 02, p. 02)

Após o fim do governo ditatorial a primeira eleição direta para presidente do país foi realizada em 15 de novembro de 1989. Período paradigmático de um proclamação “retorno” da democracia que coincidiu com a comemoração do centenário da instauração da República Federativa do Brasil, naquele aniversário o “país foi às urnas”. Aquele ano também foi de início da publicação Anormal, jornal publicado sob direção de Paulo de Tharso Mendonça via Palhaço Editorial de São Paulo/SP. O periódico destacou-se pela sua irreverência e criticidade, em especial no contexto eleitoral vigente naquele ano de fundação do jornal. O Arquivo Histórico Regional possui duas edições desta folha dedicada “Para adultos” em sua capa. Dessas, destacamos o número 02, publicado em novembro de 1989, mês das eleições presidenciais que, tal como atualmente, mobilizam a sociedade e perpetuam-se cotidianamente em ambientes de divulgação e discussão.

Com tom satírico, irreverente e ricamente ilustrado com fotomontagens ousadas e contando também com desenhos de Glauco e Laerte, Anormal dedicou amplo espaço em sua segunda edição para informar e alertar os eleitores acerca do pleito presidencial. Em reportagem especial intitulada “Guia do voto inútil” os articulistas expressam sua preocupação com o cenário contemporâneo e caracterizam alguns dos candidatos participantes da “corrida eleitoral”. Da “brincadeira séria” proposta pelos editores de Anormal chama a atenção o texto introdutório de seu guia pelo tom comprometido, crítico e também preventivo – crítica essa que ainda tem validade ante o pleito deste ano: “As eleições presidenciais estão aí e a grande maioria dos eleitores ainda está indecisa. (...) A televisão leva a todos os lares, cortiços, malocas, a notícia pasteurizada, filtrada, de acordo com a ideologia que mais interessa a essa elite”, entendida aqui como a classe dominante que se beneficia da alienação da população. Sua atenção ao discurso televisivo/midiático evidencia que a força do uso político dos meios de informação não deveria ser desconsiderado. Seu temor deriva de sua postura editorial e de um receio com os rumos do país ante uma vitória do que denominam de “bloco sujo, da ditadura, cheira a velho”: “Escolhendo-se mal o candidato nestas eleições, corre-se o risco de repetir o passado e interromper o curso da história por mais 30 anos”.

Hoje, 25 anos depois, vemos muito da mensagem de Anormal como atual. Sua advertência acerca da força midiática e seu uso político, assim como do cuidado em relação à escolha dos candidatos que auxiliamos a eleger são situações presentes, cotidianas. Visando um “voto útil”, finalizamos esta reflexão e convidamos a todos a pesquisarem e depararem-se incessantemente com as riquezas do acervo AHR.

Gizele Zanotto

Professora do Curso de História/UPF

Fonte: Acervo do AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Ano : 2013

Título : Burros sem rabo arrancando tatus

Categoria: Artigos

Atualmente, seria muito difícil classificar uma aventura, ou até mesmo como viagem, o trajeto de 42 quilômetros entre Passo Fundo e Carazinho. E mesmo não era uma grande viagem na primeira metade do século passado quando então os principais meios de locomoção eram o carro de boi e o cavalo. Porém uma curiosa “Chronica de viagem”, publicada na capa do jornal O Nacional, da cidade de Passo Fundo, no dia 10 de outubro de 1928 de autoria de Carlos Vieira, aponta os percalços passíveis a quem desejasse se aventurar em uma viagem com um veículo ainda estranho como o automóvel para a paisagem da capital do Planalto Médio.

Logo de início o autor já nos espanta quando justifica o motivo do título da publicação uma viagem, de oito horas em automóvel, bem merece uma referência especial, precedida do pomposo título de “Chronica de viagem”. Após essa explicação, é citado que foram três os participantes e já partindo à descrição da viagem, planejada em saída e retorno para o mesmo dia, comentando essa indefinição quanto ao tempo, por uma ácida fala sobre a situação das estradas de rodagem. Esse prazo bastante largo para o percurso é logo comprovado pelas descrições dos três momentos em que eles se veem com o veículo enterrado em um atoleiro, sendo os dois primeiros atolamentos próximos à localidade de Pulador. São curiosos e cômicos os comentários sobre a busca por auxílio para desatolar o automóvel – “arrancar tatu” na gíria da região – onde o único recurso era dirigir-se a alguma propriedade, precisando passar por coxilhas e charcos com trajes típicos de um cidadão, para encontrar o auxílio das juntas de bois e, quando não bastassem, fazerem a vez de “burros sem rabo” empurrando manualmente.

O texto delinea-se em uma sutil crítica ao então intendente municipal por meio do ataque ao estado que se encontravam as estradas do município, quando em certos trechos descreve o cinesiforo – aquele que conduz veículos automotores – como alguém que “têm predileção accentuada pelos buracos e lamaças” que na conclusão do autor, serviria de argumentos para a crítica ao governo vigente.

E, quando relata que o regresso demorou duas horas, não se exime de um comentário sobre os solavancos sofridos no trajeto e deixando margem para a necessidade de futuras melhorias. Um ponto curioso é que, em um texto assinado por seu autor e no qual os acontecimentos são relatados com tantos detalhes, o chauffeur não tem seu nome divulgado, mas é citado apenas como bacharel. Assim, se poderia inferir que a ideia central do texto, mesmo sendo cômico e leve, seria a de uma crítica à administração pública.

O tema sobre a locomoção é recorrente e visível tanto no período do texto quanto atualmente, sendo o problema de sua constante precariedade uma pauta que orbita sempre a discussão política e popular. O meio jornalístico é, ainda, utilizado como polo de divulgação desse tipo de questão, bastante problemática, no qual possibilita a circulação de ideias populares de forma ampliada.

Pedro Alcides de Mello

Graduando História – UPF

Fonte: Acervo AHR

*O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Data : 01/06/2013

Título : Copa do Mundo, guerra e política em Passo Fundo (1950)

Categoria: Artigos

Descrição: Em maio de 2013, o Brasil está às vésperas de sediar a Copa das Confederações e, em breve, a solene Copa do Mundo de futebol!

Sábado, 01/06/2013 às 00:23, por Arquivo Histórico Regional

Em maio de 2013, o Brasil está às vésperas de sediar a Copa das Confederações e, em breve, a solene Copa do Mundo de futebol! O assunto envolve bastante polêmica, muitos acreditam que tanto dinheiro público investido nesses eventos terá retorno pífio à população brasileira, outros, por sua vez, creem que a realização de tais competições colocará o país em um novo patamar internacional. Mas Copa do Mundo no Brasil, não é coisa inédita.

Entre 24 de junho e 16 de julho de 1950, o Brasil sediou a quarta edição do evento futebolístico que teve a participação de treze seleções: Bolívia, Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, Inglaterra, Itália, Iugoslávia, México, Suíça, Suécia, Paraguai e Uruguai (Escócia e Turquia desistiram). Sobre esse torneio se immortalizou no imaginário brasileiro o “Maracanaço”, ou seja, a derrota brasileira na final da competição por 2 x 1 contra o selecionado celeste oriental do Uruguai, que se sagrava tricampeão, no estádio Mário Filho (Maracanã), no Rio de Janeiro, diante de cerca de 200 mil espectadores.

No entanto, a edição da copa de 1950 ultrapassou qualquer barreira de um evento esportivo, pois o contexto da época aludia a uma atmosfera carregada de tensões. Além da cobertura jornalística acerca do evento mundial de futebol, os noticiários da época abordam grande preocupação com outros dois temas: guerra e política. A primeira copa no Brasil se realizava em um clima de reconstrução mundial, após o holocausto da segunda guerra (1939-45), mas igualmente de crescente apreensão com a iminência de uma nova batalha intercontinental, conforme salienta a manchete de capa de “O Nacional”, de 12 de julho de 1950: “A Terceira Guerra – é a perspectiva dominante no Brasil – novos recuos dos americanos – tomadas pelos comunistas das localidades de Yongi, Chongju e Cho-Chin-Kwon”. A notícia se referia às ações bélicas da guerra da Coreia (1950-53), no período inicial da guerra fria (1945-91), que oporia o modelo comunista da então União Soviética, seguido pelos norte-coreanos, ao capitalismo dos Estados Unidos, adotado pelos sul-coreanos. Era o mundo bipolarizado entre as duas superpotências, EUA e URSS.

Notícias sobre o gaúcho Getúlio Vargas (1882-1954) também movimentavam as redações da época. Em julho de 1950, pairavam dúvidas sobre a sua elegibilidade nas eleições de outubro daquele ano. Vargas foi presidente da república brasileira entre 1930-45, sendo que nesse período não fora eleito pelo voto “popular” e nos últimos 8 anos de legislatura implantara a ditadura do Estado Novo que findou com a sua renúncia em outubro de 1945. Políticos da reacionária União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrata (PSD) se digladiavam sobre a legalidade do retorno à presidência por vias democráticas do então senador Getúlio Vargas. Mais tarde a popularidade do são-borjense foi decisiva para sua vitória nas urnas dando início ao seu último mandato, interrompido com o suicídio cometido em agosto de 1954.

As preocupações com a guerra e a política da época eram amenizadas quando se noticiava o futebol, mas não somente sobre a copa do mundo que se realizava no Brasil, mas também o futebol do interior gaúcho. Em Passo Fundo, o noticiário esportivo de “O Nacional” trazia informações dos jogos do torneio mundial realizado nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, ao mesmo tempo em que dava grande destaque aos torneios interioranos de futebol no Rio Grande do Sul. Os cidadãos e os inter-regionais noticiados pelo periódico desta cidade contavam com a participação de agremiações como o Grêmio Esportivo 14 de julho e o Sport Clube Gaúcho de Passo Fundo, o Grêmio Esportivo Pedro Osório (GEPO) de Tupanciretã, o Esporte Clube Nacional de Cruz Alta, o Clube Esportivo e Recreativo Atlântico de Erechim, o Football Club Riograndense de Rio Grande, entre outras equipes.

Como se vê, futebol, guerra e política, temas que tanto despertam interesses da sociedade, estavam em ebulição em 1950, ano da realização da Copa do Mundo no Brasil. Em 2013, os mesmos três temas seguem correntes na pauta jornalística. A comunista Coreia do Norte discursa afrontivamente contra os Estados Unidos e a Coreia do Sul, ameaçando-os com um conflito nuclear de temerosas proporções. O futebol do interior do Rio Grande do Sul segue prestigiado por boa parte do povo gaúcho, embora os porto-alegrenses Grêmio e Internacional tenham se agigantado perante qualquer clube do interior do estado. A presidente da república brasileira, Dilma Rousseff, lembra vivamente que o país é a sexta economia mundial, apesar da estúpida má distribuição de renda persistir. Tais reflexões que controvertem eventos passados ao presente consistem na prazerosa tarefa dos historiadores, dos pesquisadores e, sobretudo, dos cidadãos críticos.

Fabiano Barcellos Teixeira

Professor Mestre em História (UPF)

Fonte: Acervo do AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Data : 03/09/2012

Título : Cotidiano e violência: um olhar sobre as fontes judiciais

Categoria: Artigos

Descrição: Durante a República Velha, a região de Soledade foi palco de disputas políticas sangrentas, o que gerou um imaginário sobre a violência que perdura até os dias atuais.

Cotidiano e violência: um olhar sobre as fontes judiciais

Segunda-Feira, 03/09/2012 às 16:41,

por Arquivo Histórico Regional

Durante a República Velha, a região de Soledade foi palco de disputas políticas sangrentas, o que gerou um imaginário sobre a violência que perdura até os dias atuais. Os coronéis soledadenses participaram ativamente dos confrontos armados da Guerra Federalista (1893-1895) e da Revolução de 1923.

Entretanto, uma observação mais atenta sobre os processos criminais localizados no Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo nos permitiu tecer compreensões mais amplas sobre essa problemática. Ao realizarmos uma pesquisa nas fontes judiciais, visualizamos que a violência foi um fator predominante na região. Dos 185 processos que tramitaram na Comarca de Passo Fundo durante a década de 1920, 53,7% deles envolveram casos de homicídio e 38,6% de lesão corporal. Porém, a maior parte dos crimes analisados não tinha relação direta com as disputas políticas entre os coronéis locais, mas sim, relação com aspectos cotidianos que envolviam o contexto sociocultural da época. Para exemplificar, citemos dois casos encontrados nos processos.

O primeiro é datado do ano de 1926. Consta nos seus autos que ocorria um baile na casa de Josephina Maria do Carmo, quando João Pedro Rodrigues resolveu convidar a dona da residência para dançar. Galdino Lourenço Nunes (soldado de polícia) não aprovou a atitude de João Pedro, e após breve discussão, passaram a travar conflito; ambos munidos de faca. Neste momento, Luiz Antônio de Oliveira, também soldado de polícia, interveio a favor de João Pedro, porém acabou atingido por Galdino com uma punhalada nas costas vindo a falecer no local.

O segundo caso, diz respeito a um crime de homicídio ocorrido em 1930 na casa comercial de Firmino Portella. Após o início de uma discussão, por causa de mulheres, entre Júlio Soares da Rosa (guarda municipal) e Agenor Prestes (carroceiro), Justino Rodrigues da Costa interveio para apartar o conflito, porém acabou entrando em disputa corporal com Júlio, saindo ferido com um golpe de faca. Após sofrer o ferimento, Júlio tenta fugir do local, mas é perseguido por Pedro Figueira que o assassina com um tiro pelas costas.

As situações narradas acima nos exigem uma breve reflexão. Em primeiro lugar, a organização de bailes na residência de homens e mulheres, as reuniões em casas de comércio, canchas de bocha e corridas de cavalo, constituíam-se como um dos poucos momentos de lazer daquelas pessoas. Em um mundo ostensivamente masculino, eram comuns as disputas de poder e a busca pela afirmação da personalidade, especialmente perante a figura feminina.

Outra questão importante é que o fato da violência ter se tornado um mecanismo para a resolução de conflitos e ofensas pessoais. As disputas para a imposição da vontade de um sobre o outro tinham como principal recurso o uso da força física. Assim, os espaços que deveriam ser de socialização acabavam muitas vezes tornando-se palco de conflitos sangrentos.

Concluimos que o universo social da época era muito mais complexo, que a primeira vista poderia supor. A violência na região de Soledade se apresentou em múltiplas faces. O que estava em jogo nos confrontos entre os sujeitos, não era o somente o político-partidário, mas sim, visões de mundo diferentes, fruto das características gerais e específicas daquela realidade. Os inúmeros processos criminais presentes no AHR nos proporcionam outro olhar sobre o fenômeno da violência e suas implicações no cotidiano.

Felipe Berté Freitas

Mestrando em História/UPF

Fonte: Acervo AHR

*Os artigos expressam a opinião de seus autores.

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Data : 19/09/2013

Título : Curiosidades bibliográficas do Arquivo Histórico Regional

Categoria: Artigos

Como é sabido, a principal função de um arquivo é a guarda e disponibilização, para pesquisa, de seu acervo documental. Por isso, a imagem mais óbvia que nos vêm à mente, ao imaginar as dependências do AHR, é de um grande conjunto de prateleiras abarrotadas de documentos. E é, de fato, uma imagem que corresponde, em grande medida, à realidade. Mas há algo mais.

O que a maioria das pessoas talvez não saiba, nem imagine, é que a instituição também conta com um valioso acervo bibliográfico, ou seja, para além dos documentos manuscritos, periódicos, processos etc, há uma bela coleção de livros, igualmente disponíveis para a pesquisa. Isso é, fundamentalmente, resultado de

incorporações que o arquivo vem fazendo ao longo dos anos, com o intuito de promover uma biblioteca básica de obras de apoio aos pesquisadores. Também se deve às doações avulsas e as que acompanham os acervos privados. Nesse último caso, por exemplo, destaca-se a biblioteca que pertenceu a Nicolau Araújo Vergueiro, recentemente recebida, como já foi amplamente noticiado.

Dentre os livros, podemos destacar algumas preciosidades. É o caso, por exemplo, para quem se interesse pela história política brasileira contemporânea, das obras de Gustavo Barroso sobre o integralismo: *O Integralismo de norte a sul* (1934) e *O que o integralista deve saber* (1936). Para incremento da pesquisa, outra sugestão seria a de ler o próprio Plínio Salgado, expoente da versão “caseira” do fascismo então em voga: *Carta aos camisas-verdes* (1935).

Para o estudo da política nacional e rio-grandense, o leitor encontrará a obra de J. F. de Assis Brasil, *Dictadura, Parlamentarismo, Democracia: discurso pronunciado no congresso do Partido Republicano Democrático* (1908), bem como uma crítica de Othelo Rosa dirigida ao líder federalista: *Os males e os crimes do assisismo* (1928). Do mesmo período é a conclamação de Wenceslau Escobar, publicada com o título de *Pela intervenção no Rio Grande e renúncia do Dr. Borges de Medeiros* (1923).

Como a nação era “pensada” no início do século XX? Veja-se o clássico laudatório de Affonso Celso: *Porque me ufano de meu país*. Ou, posteriormente, para uma visão extremamente xenófoba do problema da nacionalidade, ligada ao contexto da guerra, o livro de Miguel Couto Filho: *Para o futuro da pátria evitemos a niponização do Brasil* (1946). Numa vertente mais sóbria, equilibrada, pode-se pensar os rumos da educação brasileira no contexto pós 1930 através de um clássico de Anísio Teixeira: *O problema brasileiro de educação e cultura* (1934).

Interessa-se pelo que era lido em ciência do início do século? Veja a *História da criação dos seres organizados: segundo as leis naturaes* (1911), de Ernest Haeckel. Se a sua curiosidade dirige-se para a psicologia – inclusive forense – e os costumes, há o *Estudo sobre o amor*, de José Ingenieros (1929), ou a obra de Viveiros de Castro, *Attentados ao pudor: estudo sobre as observações do instinto sexual* (1895). E este peculiar estudo de Van de Velde, de 1937, pode dirimir algumas dúvidas: *Capaz ou incapaz para o casamento: como responder às perguntas: posso, quero, ousou, devo casar-me?*

Enfim, são muitas as obras, de diversos assuntos. Basta o desejo de saber, e sobretudo, de querer perscrutar o que se sabia e pensava em outras épocas.

Álvaro Antonio Klafke
Coordenador do AHR

Fonte e Imagem: Acervo AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Data : 28/09/2013

Título : Curiosidades bibliográficas do Arquivo Histórico Regional

Categoria: Artigos

Descrição: Como é sabido, a principal função de um arquivo é a guarda e disponibilização, para pesquisa, de seu acervo documental.

por Arquivo Histórico Regional

Como é sabido, a principal função de um arquivo é a guarda e disponibilização, para pesquisa, de seu acervo documental. Por isso, a imagem mais óbvia que nos vêm à mente, ao imaginar as dependências do AHR, é de um grande conjunto de prateleiras abarrotadas de documentos. E é, de fato, uma imagem que corresponde, em grande medida, à realidade. Mas há algo mais.

O que a maioria das pessoas talvez não saiba, nem imagine, é que a instituição também conta com um valioso acervo bibliográfico, ou seja, para além dos documentos manuscritos, periódicos, processos etc, há uma bela coleção de livros, igualmente disponíveis para a pesquisa. Isso é, fundamentalmente, resultado de incorporações que o arquivo vem fazendo ao longo dos anos, com o intuito de promover uma biblioteca básica de obras de apoio aos pesquisadores. Também se deve às doações avulsas e as que acompanham os acervos privados. Nesse último caso, por exemplo, destaca-se a biblioteca que pertenceu a Nicolau Araújo Vergueiro, recentemente recebida, como já foi amplamente noticiado.

Dentre os livros, podemos destacar algumas preciosidades. É o caso, por exemplo, para quem se interesse pela história política brasileira contemporânea, das obras de Gustavo Barroso sobre o integralismo: O Integralismo de norte a sul (1934) e O que o integralista deve saber (1936). Para incremento da pesquisa, outra sugestão seria a de ler o próprio Plínio Salgado, expoente da versão “caseira” do fascismo então em voga: Carta aos camisas-verdes (1935).

Para o estudo da política nacional e rio-grandense, o leitor encontrará a obra de J. F. de Assis Brasil, Dictadura, Parlamentarismo, Democracia: discurso pronunciado no congresso do Partido Republicano Democrático (1908), bem como uma crítica de

Othelo Rosa dirigida ao líder federalista: Os males e os crimes do assisismo (1928). Do mesmo período é a conclamação de Wenceslau Escobar, publicada com o título de Pela intervenção no Rio Grande e renúncia do Dr. Borges de Medeiros (1923).

Como a nação era “pensada” no início do século XX? Veja-se o clássico laudatório de Affonso Celso: Porque me ufano de meu país. Ou, posteriormente, para uma visão extremamente xenófoba do problema da nacionalidade, ligada ao contexto da guerra, o livro de Miguel Couto Filho: Para o futuro da pátria evitemos a niponização do Brasil (1946). Numa vertente mais sóbria, equilibrada, pode-se pensar os rumos da educação brasileira no contexto pós 1930 através de um clássico de Anísio Teixeira: O problema brasileiro de educação e cultura (1934).

Interessa-se pelo que era lido em ciência do início do século? Veja a História da criação dos seres organizados: segundo as leis naturaes (1911), de Ernest Haeckel. Se a sua curiosidade dirige-se para a psicologia – inclusive forense – e os costumes, há o Estudo sobre o amor, de José Ingenieros (1929), ou a obra de Viveiros de Castro, Attentados ao pudor: estudo sobre as observações do instinto sexual (1895). E este peculiar estudo de Van de Velde, de 1937, pode dirimir algumas dúvidas: Capaz ou incapaz para o casamento: como responder às perguntas: posso, quero, ouso, devo casar-me?

Enfim, são muitas as obras, de diversos assuntos. Basta o desejo de saber, e sobretudo, de querer perscrutar o que se sabia e pensava em outras épocas.

Álvaro Antonio Klafke

Coordenador do AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção

Expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Do Jornal

O Nacional

Sábado, 28/09/2013 às 09:00

Ano : 2019

Título : Da festa ao funeral Festa de São Miguel

Categoria: Artigos

Gizele Zanotto – Historiadora PPGH/UPF

Na busca por informações sobre a Passo Fundo de outrora, nas páginas dos almanaques do cotidiano (jornais) citadinos, nos deparamos com informações sobre transporte, serviços, atendimentos, questões públicas da Intendência Municipal, artigos de opinião, mas também registros do cotidiano local. Na edição d'O Nacional datada do dia 01 de outubro de 1927, em meio aos registros da realização da festa de São Miguel, vislumbra-se o destaque dado a um acontecimento não condizente com o espírito devocional e festivo que é marca desta celebração religiosa e social. Com a participação de “numerosa multidão”, como salienta o autor do artigo, a festa se desenrolava normalmente até cerca de 16 horas, quando incidentes deram início a um “trágico desenlace”.

A festa em honra a São Miguel data do século XIX, quando teria iniciado por ação de membros da família Isaías, com base em uma estátua trazida da região das missões jesuíticas em 1871, segundo as narrativas. Desde então, anualmente a data dedicada ao santo (29 de setembro) teria mobilizado a comunidade para participar do evento religioso e festivo. Todavia, em 1927, o clima festivo foi alterado quando “um violento conflito, de consequências brutais, veio fazer debandar precipitadamente a maioria do povo, trazendo a todos graves apreensões”.

O tumulto derivou de uma desavença entre praças do 2º. Batalhão do 3º. Regimento de Infantaria, aquartelado em Passo Fundo, e players do Sport Club Gaúcho – estes teriam sido os denunciadores do caso à polícia que fora então obrigada a intervir. Da intervenção policial teria iniciado um conflito entre forças municipais e do exército, evoluindo a situação para troca de tiros que geraram pânico entre os presentes, ferimentos em alguns e o falecimento do cabo da polícia municipal, Alcides Rodrigues, ferido na face por um tiro de revólver que o levou à óbito. O incidente culminou com tensões ampliadas que levaram Gervásio Annes, Sub-Intendente e Delegado de Polícia, a solicitar o aquartelamento e o não policiamento noturno da cidade para evitar novos conflitos. Da Intendência foi despachado um telegrama ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, relatando o ocorrido, informando o aquartelamento dos policiais para evitar atritos com membros do exército, e solicitando providências para normalizar a situação na cidade de Passo Fundo.

O tema continuou na pauta da publicação divulgada no dia 05 de outubro, tendo descritos alguns pormenores do conflito. No artigo “Ainda a tragédia de São Miguel” descreve-se o falecimento de Alcides Rodrigues e listam-se os demais feridos, com riqueza de detalhes aos ferimentos. Oswaldo Roesch, Argemiro Ramos da Silva, Avelino França de Oliveira, Octacílio Alves Paim foram os membros do 2º. Batalhão do exército que tiveram ferimentos durante a festa. Pelo lado das forças municipais foram lesados Antonio Pereira Fortes e Vicente Maciel dos Santos. Por fim, registra o artigo, o civil João Baptista dos Santos, jornalista, foi ferido com uma pedrada. A edição também destaca o restabelecimento do policiamento na cidade, após conferência entre o Intendente, Armando A. Annes, e o Major Vasco Antônio Lopes.

Para além das notícias, os jornais da primeira metade do século XX eram os responsáveis pela socialização de informações pessoais que davam condições aos leitores e interessados para acompanhar também a vida privada de muitos cidadãos. Nascimentos, convalescenças, casamentos, viagens, agradecimentos e eventos fatídicos eram ali apresentados. Na festa de São Miguel de 1927 vimos questões privadas – entre jogadores e membros do exército - terem um desenlace trágico em um evento público de destaque na cidade que pôs frente a frente as forças policiais e membros do exército. Naquela festa, a celebração final não foi de júbilo, mas de pesar pelo falecimento de um policial e pelo ferimento de vários outros envolvidos. Naquele ano, não foram as enchentes de setembro que deram o tom das comemorações. Desta vez a festa findou no cemitério.

Data : 26/10/2013

Título : Dez por Cem: Crime de Falsificação e Adulteração de Papel Moeda

Categoria: Artigos

Descrição: O universo da pesquisa historiográfica e do pesquisador é, ao mesmo tempo, prazeroso e cansativo.

por Arquivo Histórico Regional

O universo da pesquisa historiográfica e do pesquisador é, ao mesmo tempo, prazeroso e cansativo. E quando se é um iniciante nesta caminhada, a situação tende a complicar-se um pouco. Contudo, o processo investigativo que se dá a partir da busca pelo objeto de estudo, com o tempo, acaba por se tornar uma espécie de vício. Falo isso por experiência própria. Logo, aí vai uma dica: o pesquisador, o estudante, ou simplesmente o curioso precisa ter perseverança para enfrentar os percalços que poderão aparecer na busca pelo desvendar de um mistério.

Mas, neste processo de detetive-pesquisador, acontece algo que faz valer cada semana, cada tarde ou hora que são gastos nesta solitária pesquisa investigativa. Isso ocorre quando na imensidão de documentos, folhas e imagens nos deparamos com algo inusitado e ao mesmo tempo instigante, especialmente quando a veracidade é comprovada. Estamos falando aqui da fonte que fala por ela própria de um determinado acontecimento que se deu no passado e que nos revela como a sociedade enfrentou determinada situação. Falamos das rupturas e permanências.

Recentemente passei por essa experiência. Pesquisando no AHR sobre questões de disputas territoriais ocorridas na Comarca de Soledade entre os anos de 1930 e 1970, me deparei com um processo datado de 1942. Nesse, os réus José Soares de Chaves, conhecido como Zéca Soares, agricultor, e sua filha, Nadir Soares, solteira e com dezesseis anos de idade, ambos residentes em Soledade, estavam sendo acusados, via Inquérito Policial, de crime de falsificação e adulteração de papel moeda.

Segundo a descrição feita pelo escrivão de Soledade, Lazaro dos Santos Ortiz, a denunciada teria efetuado compras no valor de 8\$400 (Oito Mil e Quatrocentos Réis) na Casa Comercial de José Calazans Rodrigues Cardoso e teria pago a despesa com uma nota de 10\$000 (Dez Mil Réis) que havia sido adulterada para 100\$000 (Cem Mil Réis), e recebido o troco da nota falsa em moeda corrente verdadeira. Como o comerciante, posteriormente, percebeu que a nota era falsa, recorreu à Delegacia de Polícia para averiguações.

Chamada para ir prestar explicações, a denunciada informou haver recebido a cédula de seu pai, o denunciado José Soares Chaves, que segundo ela a possuía em sua casa num dos bolsos da sua roupa de uso. A prova recolhida, ou seja, a cédula falsa acabou por indiciar seriamente os denunciados como autores da adulteração da mencionada nota e conseqüente introdução da mesma em circulação.

Ainda segundo o inquérito policial, a indiciada era moça esperta e inteligente. O outro indiciado teria ido até a casa comercial e pedido a devolução da cédula, propondo queimá-la e terminar com o assunto. Esse procedimento acabou por demonstrar que houve a intenção de realizar o delito e em seguida de eliminar os vestígios do crime.

Em depoimento, ambos os acusados alegaram que a nota em questão havia sido recebida do comerciante e, percebendo que se tratava de nota adulterada, a acusada teria indagado o comerciante sobre a mesma. Porém, em um segundo depoimento, eles disseram que haviam encontrado a cédula na rua.

A falsidade da nota foi plenamente comprovada pelo laudo apresentado pelos peritos cidadãos Olmiro Ferreira Porto e Severo Cursino dos Santos. Após a apreensão e averiguação do ocorrido, surgiram vários casos de notas adulteradas na Delegacia de Polícia, isto é, há algum tempo que os acusados estavam repassando notas adulteradas no comércio de Soledade. Contudo, não é possível averiguar o destino dos falsários, pois o processo encontra-se incompleto.

Portanto, um acontecimento ocorrido em 1942, que demonstra a capacidade e a intenção dos réus, comprovados falsários, nos mostra como um agricultor e sua filha menor de idade agiam aplicando golpes na população menos esclarecida da cidade de Soledade na década de 1940.

Daniel Damiani

Acadêmico do 7º semestre

curso de graduação em História da UPF (bolsista PIBIC/UPF)

Fonte e Imagem: Acervo AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção
Expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Do Jornal

O Nacional

Sábado, 26/10/2013 às 07:12

Data : 03/10/2013

Título : Dez por Cem: Crime de Falsificação e Adulteração de Papel Moeda

Categoria: Artigos

O universo da pesquisa historiográfica e do pesquisador é, ao mesmo tempo, prazeroso e cansativo. E quando se é um iniciante nesta caminhada, a situação tende a complicar-se um pouco. Contudo, o processo investigativo que se dá a partir da busca pelo objeto de estudo, com o tempo, acaba por se tornar uma espécie de vício. Falo isso por experiência própria. Logo, aí vai uma dica: o pesquisador, o estudante, ou simplesmente o curioso precisa ter perseverança para enfrentar os percalços que poderão aparecer na busca pelo desvendar de um mistério.

Mas, neste processo de detetive-pesquisador, acontece algo que faz valer cada semana, cada tarde ou hora que são gastos nesta solitária pesquisa investigativa. Isso ocorre quando na imensidão de documentos, folhas e imagens nos deparamos com algo inusitado e ao mesmo tempo instigante, especialmente quando a veracidade é comprovada. Estamos falando aqui da fonte que fala por ela própria de um determinado acontecimento que se deu no passado e que nos revela como a sociedade enfrentou determinada situação. Falamos das rupturas e permanências.

Recentemente passei por essa experiência. Pesquisando no AHR sobre questões de disputas territoriais ocorridas na Comarca de Soledade entre os anos de 1930 e 1970, me deparei com um processo datado de 1942. Nesse, os réus José Soares de Chaves, conhecido como Zéca Soares, agricultor, e sua filha, Nadir Soares, solteira e com dezesseis anos de idade, ambos residentes em Soledade, estavam sendo acusados, via Inquérito Policial, de crime de falsificação e adulteração de papel moeda.

Segundo a descrição feita pelo escrivão de Soledade, Lazaro dos Santos Ortiz, a denunciada teria efetuado compras no valor de 8\$400 (Oito Mil e Quatrocentos Réis) na Casa Comercial de José Calazans Rodrigues Cardoso e teria pago a despesa com uma nota de 10\$000 (Dez Mil Réis) que havia sido adulterada para 100\$000 (Cem Mil Réis), e recebido o troco da nota falsa em moeda corrente verdadeira. Como o comerciante, posteriormente, percebeu que a nota era falsa, recorreu à Delegacia de Polícia para averiguações.

Chamada para ir prestar explicações, a denunciada informou haver recebido a cédula de seu pai, o denunciado José Soares Chaves, que segundo ela a possuía em sua casa num dos bolsos da sua roupa de uso. A prova recolhida, ou seja, a cédula falsa acabou por indiciar seriamente os denunciados como autores da adulteração da mencionada nota e conseqüente introdução da mesma em circulação.

Ainda segundo o inquérito policial, a indiciada era moça esperta e inteligente. O outro indiciado teria ido até a casa comercial e pedido a devolução da cédula, propondo queimá-la e terminar com o assunto. Esse procedimento acabou por demonstrar que houve a intenção de realizar o delito e em seguida de eliminar os vestígios do crime.

Em depoimento, ambos os acusados alegaram que a nota em questão havia sido recebida do comerciante e, percebendo que se tratava de nota adulterada, a acusada teria indagado o comerciante sobre a mesma. Porém, em um segundo depoimento, eles disseram que haviam encontrado a cédula na rua.

A falsidade da nota foi plenamente comprovada pelo laudo apresentado pelos peritos cidadãos Olmiro Ferreira Porto e Severo Cursino dos Santos. Após a apreensão e averiguação do ocorrido, surgiram vários casos de notas adulteradas na Delegacia de Polícia, isto é, há algum tempo que os acusados estavam repassando notas adulteradas no comércio de Soledade. Contudo, não é possível averiguar o destino dos falsários, pois o processo encontra-se incompleto.

Portanto, um acontecimento ocorrido em 1942, que demonstra a capacidade e a intenção dos réus, comprovados falsários, nos mostra como um agricultor e sua filha menor de idade agiam aplicando golpes na população menos esclarecida da cidade de Soledade na década de 1940.

Daniel Damiani

Acadêmico do 7º semestre curso de graduação em História da UPF (bolsista PIBIC/UPF)

Fonte e Imagem: Acervo AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Data : 29/09/2012

Título : E os caminhos de ferro?

Categoria: Artigos

Descrição: Bom, a estrada ou os caminhos são tão antigos, ou mais, quanto a história do homem.

E os caminhos de ferro?

Sábado, 29/09/2012 às 00:43,

por Arquivo Histórico Regional

Bom, a estrada ou os caminhos são tão antigos, ou mais, quanto a história do homem. No entanto, nossa ideia nesse curto espaço e tempo é falar sobre um tipo de caminho que nos dias de hoje já não tem mais o glamour pelo qual já passou. Falando assim já dá para perceber que nos referimos às estradas de ferro.

Pois, para nossa região, e mais especificamente, Passo Fundo, a estrada de ferro e todo o conjunto de “estruturas” ao seu largo que vão das estações com suas oficinas, caixas d’água e armazéns até locomotivas e vagões, começaram a ser vistas por aqui nos últimos anos da década de 1890. E o que se observou nos anos que se seguiram, por conta desse meio de transporte, foi um crescimento rápido e que em poucas décadas afirmava Passo Fundo como centro regional comercial, educacional e com uma indústria nascente.

Essa onda de prosperidade se propagou durante a chamada belle époque, que trouxe além dos trens, também o desenvolvimento da construção civil, do aumento e do alargamento das ruas da cidade e com isso o aformoseamento – em termos atuais, embelezamento – realizado pelos órgãos públicos e sociedade local como um todo.

Os anos 1930 e 40 viram uma gare ainda mais movimentada com a consolidação do transporte de carga e o aumento do vozerio dos grupos cada vez mais numerosos de passageiros com suas chegadas e saídas a passeio ou para negócios. Se podemos dizer que a paisagem urbana foi cortada pelos trilhos, é certo que o mesmo espaço também foi-se modelando, em alguns aspectos, pela existência da estrutura ferroviária; denominavam-se os espaços de “dentro e fora do anel ferroviário”, o centro e o subúrbio. Aquela parte da cidade cresceu junto com a estação: proprietários de hotéis que escolheram estrategicamente as proximidades da estação férrea, pontos de carros de praça – depósitos de mercadorias, moinhos e, não perto dali, mas em seu caminho até mesmo uma charqueada, na localidade de São Miguel.

No entanto, na década de 1950 começaram a haver algumas transformações que não passaram despercebidas aos interesses ferroviários. É o momento em que a matriz viária nacional passa por questionamentos e entre os quais sua gradativa mudança da ferrovia para as rodovias em ascensão, por conta também da crescente indústria automobilística que se instalava no país. Essa questão consolidou-se na década de 1970 com os governos militares que mantiveram essa linha de pensamento. Em Passo Fundo, ainda se viam trens de carga e de passageiros, já não mais na gare da atual rua 7 de setembro, mas no bairro Petrópolis. O glamour ainda resistia com as chegadas e partidas do trem Húngaro para a capital do estado, linha que foi encerrada ainda no início da década de 1980. Nessa época alguns grupos tentaram alternativas de negociação com o setor público para a reativação de pontos das linhas para o transporte de passageiros, mas sem êxito.

A ideia foi de mostrar nesses breves flashes alguns momentos de uma história que é importante para Passo Fundo. E nestes idos de 2012, o que ficou foi a manutenção do transporte de cargas. Para os passageiros que tiveram a oportunidade de utilizar-se desse transporte em outras épocas, ficou a nostalgia, pois os interesses viários nacionais vão por outros caminhos.

Benhur Jungbeck

Professor de História

Fonte: Acervo AHR

Imagem: Hotel Internacional; parada de trem. Atual
avenida Sete de Setembro esquina com avenida Brasil.

Autor desconhecido. 1900.

* Os artigos expressam a opinião de seus autores.

Data : 26/03/2011

Título : Embrapa Trigo

Categoria: Artigos

Descrição: Durante a década de 1970, ocorreu um aumento da população urbana brasileira, quando moradores da zona rural migraram para as cidades em função da crise enfrentada nos campos.

Embrapa Trigo

Sábado, 26/03/2011 por Arquivo Histórico Reginal

Embrapa vista aérea

Durante a década de 1970, ocorreu um aumento da população urbana brasileira, quando moradores da zona rural migraram para as cidades em função da crise enfrentada nos campos. Com maior parcela consumidora e menor produção de alimentos, tornou-se necessário o aumento da produtividade de cereais. O governo federal, procurando atender esta demanda, empenhou-se em investir em pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias para aumentar e melhorar a produção de grãos, garantindo um preço mínimo ao produto, créditos e subsídios aos produtores. Com tais incentivos o Estado procurou auxiliar proprietários e arrendatários de terras a aplicação qualitativa do seu capital na produção agrícola.

Neste contexto foi fundada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1973, com a intenção de criar novas variedades de sementes de cereais e melhorar as terras cultivadas, adaptando-as às diferentes condições climáticas e de solo de nosso país. A partir de 1974, são criados em todo o Brasil, pela empresa, diferentes centros de pesquisa. O Centro Nacional de Pesquisa de Trigo (CNPT – também nomeada Embrapa Trigo), fundado em 28 de outubro de 1974 na cidade de Passo Fundo foi a primeira unidade descentralizada da Embrapa, tendo como proposta principal aproximar a empresa do pólo produtivo de trigo, aumentar a produção e a qualidade do produto no noroeste do Rio Grande do Sul.

Segundo notícia publicada no jornal O Nacional da época, a comissão técnica da Embrapa, após ter percorrido as principais regiões do país à procura de um município

que tivesse condições para sediar um centro com tamanha importância, escolheu Passo Fundo. O jornal segue relatando questões pertinentes ao tema dando um enfoque especial a inauguração. O periódico enfatiza ainda que se pode perceber a importância da Embrapa Trigo pela presença do presidente Ernesto Geisel em seu lançamento oficial, tendo manchetes exaltando sua vinda ainda mais do que sublinhando a importância da CNPT para o município e região.

Dentro deste contexto de exaltação a vinda do presidente Ernesto Geisel, não só o jornal, mas vários setores do município vangloriaram tal fato. A Associação Comercial de Passo Fundo publicou nota conclamando os funcionários do setor a fecharem as portas de seus estabelecimentos para saudar o presidente e prestar justas homenagens. A prefeitura tornou pública uma mensagem de satisfação podendo congratular a si e ao povo da cidade e do Estado pelas iniciativas do governo federal que visariam o desenvolvimento da agricultura nacional e, em particular, a do Rio Grande do Sul.

A Embrapa Trigo, prestes a completar 37 anos, continua desenvolvendo tecnologias e pesquisas, não só voltadas ao trigo, mas a todos cereais de inverno e verão, superando algumas dificuldades que inviabilizavam a produção dos cereais no país. Entretanto, a comercialização, a instabilidade referente à área cultivada e o preço são problemas que continuam assombrando a produção de alimentos e lesando seus produtores. É preciso a reformulação das políticas públicas, para o incentivo e o aumento da confiança dos investidores do setor, pois atingindo quase 180 milhões de habitantes e tendo campo produtivo qualificado, o nosso país poderá conseguir produzir o que consome, evitando a importação e a inconstância do preço interno.

Lisiane Paula Staggemeier

Acadêmica do Curso de História da UPF

Fonte: Acervo AHR

Ano : 2009

Título : Está no ar o Clube do Titio

Categoria: Artigos

Descrição: “Que será hoje, sempre o maioral Como o clube do Titio, não tem ainda e não terá igual.”

Sandra Mara Benvegnú

Que será hoje, sempre o maioral

Como o clube do Titio, não tem ainda e não terá igual.

Era através desse slogan executado pelas mãos da tia Mercedes ao piano e cantado em coro pelos participantes, que entrava no ar aos domingos, a partir da dez horas da manhã, o popular e concorrido programa infanto-juvenil da ZYF-5 Rádio Passo Fundo, o Clube do Titio.

As dependências da Rádio situada inicialmente na rua Cel. Chicuta, nº 441 - que logo após transferiu-se para a rua Morom em frente à Praça Marechal Floriano -, tornavam-se “pequenas para abrigar a grande massa de garotos e de seus progenitores que queriam assistir ou participar” do programa inaugurado em 16 de setembro de 1956. Além das apresentações artísticas, brincadeiras instrutivas e divertidas agradavam a garotada presente e também aos ouvintes de casa. Balas e diversos brindes eram fartamente distribuídos aos presentes no auditório.

Criação e animação do então radialista Wilson Cavalheiro, o programa tinha como objetivo, além de divertir e instruir a garotada entre 3 e 12 anos de idade, desenvolver e divulgar os valores artísticos da terra, seja como cantor, declamador, dançarino, locutor, músico, ou outros pendores. Em sua fase inicial, uma orquestra infantil composta por piano, gaita e violino, fazia parte da programação.

A escolha da rainha do Clube do Titio e sua coroação realizada no Cine Real era um acontecimento que movimentava não somente as concorrentes e a família em geral, mas também toda a produção do programa. Maria Augusta Klein com quatro anos de idade, foi a primeira soberana.

Entre os inúmeros calouros que se apresentavam efetivamente no programa, podemos destacar: Terezinha e Berenice Medeiros, Liane Terezinha Rossoni, Maria Bernadete Vieira, Loreli Garcez, Jauro e Jarbas Gehlen, Paulo e Sandra Barquete, Jane Modesti, Seusa Maria e César Duarte, Tânia Maria Menegoto, Olene Chaves, Eni Cordeiro de Mello, Marly Edite Lopes Monteiro, Alaíde Silvestrin, Solange Quadros, Dinorah Lemos entre outros.

O conhecido Bar e Restaurante Maracanã situado na Rua Moron, próximo a Agência dos Correios, era o local para confraternização e apresentação em ocasiões especiais dos “artistas mais consagrados do programa.

Nesse “circuito” dominical de movimentação infanto-juvenil, merece destaque a saborosa “casquinha” vendida em frente à Catedral. Acondicionadas em um tamborete de metal com a tampa em formato de roleta, desafiava a gurizada, ao girar o ponteiro, conseguir mais casquinhas por um único valor. Consistia esse “jogo”, numa atração à parte.

Além de seu idealizador, contou o programa com outros apresentadores a exemplo de Gildo Flores que também exerceu a gerência da Rádio e Carlos Alberto Valadares.

O Clube do Titio foi sem dúvida nenhuma, uma programação que envolveu e encantou durante vários anos a família passo-fundense, alcançando grande audiência e revelando nomes que, à época, tornaram-se conhecidos artisticamente na cidade.

Parte integrante das Emissoras Reunidas Ltda, a Rádio Passo Fundo inaugurada em 19 de agosto de 1946, apresentava-se como elemento fundamental da comunicação à distância, popularizando-se a partir de meados dos anos 1940. A gerência inicialmente a cargo do “jovem locutor conterrâneo Maurício Sirotsky Sob”, contou também com a colaboração de José Lamaison Porto que viria nos anos de 1960, destacar-se na política local e estadual.

Profª. Ms. Sandra M Benvegnú

Acervo: AHR

Solicita-se a quem tiver fotos e mais informações sobre o assunto deste artigo entrar em contato com o AHR.

Data : 20/09/2012

Título : Fotonovelas e o consumo do amor na revista Grande Hotel I

Categoria: Artigos

Fotonovelas e o consumo do amor na revista Grande Hotel

Quinta-Feira, 20/09/2012 às 14:48,
por Arquivo Histórico Regional

(Parte I: uma intriga para o amor)

O amor, como uma representação socialmente construída, encontra suas repercussões e atinge as massas. Com efeito, consolida-se o investimento que incontáveis declarações, outros tantos sonhos, algumas frustrações e eufemismos baratos, causaram em mentes e corações humanos. Essa constatação inicial e aparentemente conclusiva apresenta, no entanto, desdobramentos desconcertantes, localizados no impulso dos desejos fugazes ou na solidez dos sentimentos mantidos. Apreendemos a ideia do amor ao ponto de transformá-lo em algo biológico e, portanto, passível de manifestar-se de forma patológica. "Morrer de amor" é uma máxima repetida por diversas gerações. Em outras formalidades, também é levada a cabo, quando esquecida de sua expressão casual e tomada por uma mortífera e fiel literalidade.

Essas concepções, repetidamente demonstradas, encontraram um meio de expressão formal, através do desenvolvimento da literatura cortês, por volta do século 12, e a sua vigilância diante do imaginário romântico. Tristão e Isolda, Abelardo e Heloísa, Romeu e Julieta. Casais trágicos e apaixonados, que usavam os obstáculos para catalisar e intensificar seus desejos (quase sempre, proibidos). As transgressões desse amor romântico, identificado na sublevação das pulsões carnis reprimidas e na concretização dos desejos ideais, através do matrimônio, encontraram um veículo de difusão por diversos meios. O mais exemplar deles, talvez, tenha sido a fotonovela, uma forma de combinar a imagem fotográfica com textos e diálogos, apresentados em uma narrativa sequencial, através de intensas intrigas sentimentais e pontos de atrito entre os personagens. Além desse teor dramático, as fotonovelas não traziam o desfecho de suas histórias em apenas uma edição, havendo sempre um capítulo para a continuação e desfecho da trama.

As fotonovelas acompanharam o sucesso dos folhetins, presentes durante o século XIX em muitos jornais, inovando, porém, na apresentação visual e na abrangência dos temas abordados. No Brasil, esse gênero literário ganhou destaque a partir da década de 1950 e conquistou as páginas de diversas revistas especializadas em "assuntos de mulher". Uma delas foi Grande Hotel: a mágica revista do amor, impressa pela editora Vecchi, alcançou destaque juntamente com demais revistas do gênero, como Capricho e Sétimo Céu. Histórias de amor em quadrinhos ao estilo cinematográfico, buscando enquadramentos fotográficos de rostos expressivos e conciliados a diálogos sentimentalistas. Diante disso, um público leitor sedento por histórias de amor possíveis, mesmo que no papel. Eis a mágica do consumo.

É fundamental identificarmos a importância e expressão que essas revistas assumiam na vida das leitoras. Tais como as telenovelas atuais, seu alcance está relacionado aos modelos de conduta e beleza que ditavam, e também à construção de um imaginário sentimental e ilusório, encerrado na plenitude das relações homem - mulher. As fotonovelas nos fornecem inúmeros elementos sobre essa tendência, configurando consensos sobre o modelo feminino, através de personagens que também desempenhavam padrões sociais e morais vigentes. As histórias narradas em fotodramas na revista Grande Hotel, buscavam explorar essa temática: Direito ao amor, Amor à primeira vista, A intriga contra o amor, O amor desafia o ódio e tantas outras, que recorriam a fórmulas certeiras na conquista do amor idealizado.

Continua...

Camila Guidolin

Graduada em História pela UPF

Fonte: Acervo AHR

* Os artigos expressam a opinião de seus autores.

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Data : 12/10/2012

Título : Fotonovelas e o consumo do amor na revista Grande Hotel II

Categoria: Artigos

Descrição: Do amor baratinado no mais alto platô do ideal romântico ao demasiado sentimento, fremente de realidade e convulsão, vacila Eros pelo contingente abismal dessa ilegalidade permitida.

Fotonovelas e o consumo do amor na revista Grande Hotel

Sexta-Feira, 12/10/2012 às 00:56,

por Arquivo Histórico Regional

(Parte II: não devemos matar o amor)

"Mas o exame revelou que não tinha febre, nem dor em nenhuma parte, e a única coisa que sentia de concreto era uma necessidade urgente de morrer. Bastou ao médico um interrogatório insidioso, primeiro a ela depois à mãe, para comprovar que os sintomas do amor são os mesmos da cólera."

Gabriel García Márquez

Do amor baratinado no mais alto platô do ideal romântico ao demasiado sentimento, fremente de realidade e convulsão, vacila Eros pelo contingente abismal dessa ilegalidade permitida. O amor é um lugar comum. Encontra-se em espanto e reconciliação diante do espelho irreflexivo das pulsões humanas. Gabriel García Márquez no seu livro *O amor nos tempos de cólera*, sentenciou essa comparação, assemelhando o sentimento do amor com os sintomas da doença, que em sentido figurado, também designa um infeccioso sentimento de fúria, indignação e violência. Através do amor contrariado entre Florentino Ariza e Fermina Daza o que parece conter esses abalos e manter em ambos, constante e permanente, esse sentimento, é a palavra. Não a palavra como promessa para o outro, mas sim a palavra como fixação do desejo para si mesmo.

Nesse fundo crepuscular, o romance enfrenta duas irmandades constantes, o tempo e a distância. As cartas de amor entre os jovens demonstram a espetacular função da palavra escrita, firmada e sentenciada, para a dissolução desses elementos, aparentemente intransponíveis. Dessa reflexão, encontramos um ponto em comum, diante do alcance e expressividade angariados pelas publicações de fotonovelas. Seu emblemático apelo ao amor justapõe camadas de significações de um valor bem mais social do que sentimental. Em períodos de crise, tensões e conflitos é comum um apego a ações bem menos ortodoxas e muito mais fantasiosas. O impacto dessas influências não é de fácil medição, porém, é imensamente qualificativo de análise, visto que, oferece um conjunto curioso de elementos, importantes para pensarmos as interações pessoais e como elas refletem ou são refletidas, pelos acontecimentos socioculturais.

Ao falarmos das publicações da revista *Grande Hotel* e do gênero literário fotonovela, tratamos de um mercado editorial inteligente, que encontrou espaço para veicular ideias e influenciar padrões de comportamento, de toda uma época, permanecendo como símbolo de propaganda e conteúdo, por muitos anos. O amor nos tempos de fotonovela está mais para uma obra às cegas, o epílogo desvairado, o *Primeiro Fausto* em Fernando Pessoa, "porque o amor não fala e não pode dizer-se todo, senão não seria amor". Longe de serem um cântico de escrituras mais do que sagradas, os dilemas do amor buscam as tragédias, por que delas necessitam fluir, caso contrário,

embrenhar-se-iam de espanto, no cotidiano das nossas mesquinhas afetivas. Amor, a chance que lhe dei foi para que se transformasse. No entanto, percebo que mesmo assim, matei-o, com um pouco de culpa, é claro, mas sem piedade.

Fim.

Camila Guidolin

Graduada em História pela UPF

Fonte: acervo AHR

Data : 17/11/2012

Título : Futebol é guerra!

Categoria: Artigos

Descrição: Em mais um dia de pesquisas no acervo de Comunicação Social do AHR me deparo com uma notícia intrigante...

Futebol é guerra!

Sábado, 17/11/2012 às 06:19,

por Arquivo Histórico Regional

Em mais um dia de pesquisas no acervo de Comunicação Social do AHR me deparo com uma notícia intrigante: 10 mortos e 100 feridos num conflito por futebol, na Turquia (O Nacional, 26/07/1969). Sem desviar o foco da pesquisa que me mobilizou a consulta aos jornais da década de 1960, segui com o folhear dos periódicos. Pouco depois eis que outra manchete chama a atenção: Rumores de conflito armado entre Honduras e El Salvador (O Nacional, 30/07/1969), conflito esse que teria iniciado em razão de partidas de futebol. Ante duas notas informativas sobre conflitos relacionados ou iniciados em eventos esportivos, eu não poderia mais ignorar o fato de que em 1969 o futebol foi motivo de guerra!

Honduras e El Salvador, pequenas nações da América Central, viraram notícia ao iniciarem um confronto militar com a invasão dos salvadorenhos a Honduras em 14 de julho de 1969. Certamente que os fatos que tiveram como estopim os jogos de futebol entre El Salvador e Honduras, nas eliminatórias para a Copa do Mundo de 1970, não foram originados nos campos. O contexto de crise econômica e instabilidade política vivenciado pelas duas nações centro-americanas, vizinhos com relações tensas há tempos, aguçou em tal medida os ânimos dos cidadãos de seus países que um conflito armado foi desencadeado. Em especial, a relação tensa com os salvadorenhos que viviam em Honduras fora ainda mais aguçada no início de 1969, quando o país implementou uma reforma agrária que foi um dos pretextos para expulsar os imigrantes do país e redistribuir terras para os cidadãos hondurenhos.

Em junho de 1969, durante os confrontos eliminatórios para a Copa do Mundo os jogos entre Honduras e El Salvador agitaram suas populações. A primeira disputa aconteceu em Tegucigalpa, capital hondurenha, no dia 08 de junho. O resultado final foi Honduras 1X0 El Salvador, tendo sido o motivador de um evento comovente: uma torcedora salvadorena, Amélia Bolamos, não suportando a derrota da esquete nacional, se suicidou. O caso foi largamente divulgado pela imprensa e exacerbou o nacionalismo dos salvadorenhos. O jogo de volta em San Salvador evidenciou uma comoção nacional que levou a hostilizações a seleção e aos torcedores visitantes, gerando um saldo de dois mortos, dezenas de feridos e várias depredações em automóveis. Os mandantes venceram o jogo por 3X0 num clima tenso, marcado por queima de bandeiras dos rivais, desrespeito ao hino nacional hondurenho, violência e mortes após a partida. Além disso, o caso futebolístico não estava finalizado e um terceiro jogo, em campo neutro, foi marcado para definir de que país seria a vaga na Copa de 1970. A sede dessa partida de desempate foi a Cidade do México que, no dia 27 de junho, sediou a vitória de El Salvador por 3X2 – desempate obtido na prorrogação -, selando de vez a disputa para o mundial.

Dois dias antes da partida realizada no México, denúncias de genocídio foram apresentadas na ONU pelo governo salvadoreno. A violência entre salvadorenhos e hondurenhos continuava. Imigrantes de ambos os países sofreram com a atuação de grupos paramilitares e cidadãos enfurecidos até que, em 14 de julho, o exército de El Salvador invadiu Honduras, dando início ao conflito armado justificado como resposta às agressões e perseguições a salvadorenhos residentes no país vizinho.

A comunidade internacional iniciou de imediato as tratativas para cessar o conflito, conhecido como guerra do futebol. Em 01 de agosto O Nacional noticiava que os chanceleres da Guatemala, Nicarágua e Costa Rica participavam de mediações junto aos presidentes dos países em confronto. Poucos dias depois de iniciada a Guerra das 100 horas, a Organização dos Estados Americanos (OEA) conseguiu negociar um cessar fogo, que passou a vigorar em 20 de julho, quando as tropas salvadorenas passaram a deixar o território hondurenho. Como saldo deste breve combate, temos um saldo de aproximadamente 2.000 mortos, muitos feridos, prejuízos materiais e psicológicos. O futebol foi um estopim para a guerra naquele tenso e crítico contexto

sócio-econômico da Centro América de 1969; no ano seguinte, a seleção salvadorenha teve campanha vexatória na Copa do Mundo, sendo eliminada logo na primeira fase da competição. Saldo final dos confrontos esportivos e militares: nenhum vencedor.

Gizele Zanotto

Professora do Curso de História/UPF

Fonte: Acervo do AHR

* Os artigos expressam a opinião de seus autores.

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail:

ahr@upf.br

– site:

www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Data : 05/11/2010

Título : Gigante Do Boqueirão

Categoria: Artigos

Descrição: No início do século XX, Passo Fundo era uma cidade com pouco mais de 20.000 habitantes.

“Gigante Do Boqueirão”

Sexta-Feira, 05/11/2010 por Arquivo Histórico Reginal

No início do século XX, Passo Fundo era uma cidade com pouco mais de 20.000 habitantes. O progresso chegara com a linha férrea ligando Passo Fundo a Porto Alegre e Santa Maria, porém havia pouco lazer futebolístico para seus habitantes. Até fins dos anos 1910 só havia um clube de futebol ativo na cidade, o Grêmio Sportivo,

clube da elite passo-fundense. Porém, esta situação muda quando, em 12 de maio de 1918, é fundado o Sport Club Gaúcho, por Gil Loureiro, Alfredo Loureiro, Antônio Loureiro e mais alguns amigos. O novo clube de futebol reuniria a classe média da cidade e a colônia italiana de Passo Fundo, tornando o esporte menos elitista na cidade. O nome Gaúcho representa o orgulho pelo Rio Grande do Sul e as cores verde e branco, as cores do Partido Republicano Riograndense (PRR), partido ao qual estavam vinculados seus fundadores.

O primeiro título do Gaúcho foi conquistado em 1926, sendo então campeão Citadino Municipal e Campeão da Serra, título este conquistado com muita garra e bravura, segundo os cronistas da época. Em 1929 o Gaúcho paralisou sua atuação desportiva, muito em função da crise mundial daquele ano. O clube só reativou as atividades esportivas em 1937, sendo no ano seguinte campeão municipal e regional da Serra.

O profissionalismo só veio em 1954, quando o Sport Clube Gaúcho disputou a segunda divisão de profissionais do Campeonato Gaúcho de Futebol, porém, os gastos foram enormes e a crise novamente chegou ao clube, que só retornou ao Campeonato Gaúcho de Futebol em 1956.

Um dos momentos mais gloriosos para o Gaúcho foi a inauguração do Estádio Wolmar Salton em 1957, em uma partida contra o Grêmio Porto-alegrense. O estádio foi construído no mesmo local do seu antigo campo de jogo, a chamada Cancha do Gaúcho.

Em 1966 o time conquistou um dos maiores títulos de sua história quando foi Campeão Gaúcho da Segunda Divisão, garantindo vaga na elite do futebol riograndense na qual permanecera até 1980. Neste ano, o Gaúcho, mergulhou em outra crise econômica, e, sem possibilidade de investimentos, acabou sendo rebaixado da Primeira Divisão, só retornando a esta categoria em 1984.

Em 1985, como resultado de uma má campanha, é rebaixado à segunda divisão e funde-se com o arqui-rival, o Grêmio Esportivo e Recreativo 14 de Julho, surgindo então o Esporte Clube Passo Fundo. Esta fusão foi abandonada no ano seguinte, quando o Gaúcho voltou a jogar com seu nome original. Durante cinco anos o Sport Club atuou, mas em 1990 se licencia da Federação Gaúcha de Futebol, deixando o Campeonato Gaúcho de Profissionais.

Ao retornar ao futebol profissional em 2000 o Sport Club Gaúcho iniciou com um bom grupo de jogadores, mas, infelizmente, os resultados não foram favoráveis ao time. As derrotas consecutivas levaram o clube a ser eliminado do Campeonato Brasileiro da Série C.

No ano de 2007 a crise devastou o Clube e a esperança de trazer para a cidade de Passo Fundo a possibilidade de possuir um time na elite do futebol. Sabemos que as

inúmeras tentativas de retornar à elite desportiva foram barradas por problemas financeiros. Porém, temos que lembrar que todas as dificuldades de sua história não foram consideradas como obstáculos para desmotivar alguns empresários da cidade a investir no time do Gaúcho. Dificuldades existem, especialmente há que se destacar a destruição das dependências do Clube e o abandono do Estádio Wolmar Salton - que se tornou um abrigo para moradores de rua e usuários de álcool e drogas, que circulam freqüentemente pelas dependências do clube em ruínas. Mesmo vislumbrando tal situação, pensamos na possível reabilitação do Clube e em novos dias gloriosos para o futebol cidadão que tantos desafios já enfrentou nestes 92 anos de história - é sempre bom lembrar que "não ta morto quem peleia, tchê".

Guilherme Paravisi Machado e Miguel Eduardo dos Santos

Acadêmicos do Curso de História da UPF

Fonte: Acervo AHR

Ano : 2019

Título : Grupos de Onze 1964: a Igreja Católica disse Não

Categoria: Artigos

Grupos de Onze (1964): a Igreja Católica disse Não

Anacleto Zanella – Doutorando em História/PPGH/UPF

Como afirma o historiador Alessandro Batistella, os Grupos de Onze foram um fenômeno de curta duração. Nasceram no final de 1963 e início de 1964, incentivados pelo então Deputado Federal Leonel Brizola (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), ex-Governador do Rio Grande do Sul. Através de pronunciamentos radiofônicos, Brizola propunha a criação de Grupos de Onze Companheiros em todo o Brasil. Entre os objetivos dessa estratégia política estava o de pressionar o Congresso Nacional para que fossem aprovadas as chamadas Reformas de Base (como a reforma agrária) –

defendidas por muitos setores da sociedade e encampadas pelo então presidente João Goulart (Jango, também do PTB), mas que recebiam forte oposição dos setores conservadores.

Lembremos que os Grupos de Onze nasceram no contexto da Guerra Fria internacional, na qual o bloco capitalista (liderado pelos Estados Unidos) e o socialista (liderado pela União Soviética) disputavam a hegemonia política e econômica no mundo. A vitória da Revolução Socialista Cubana (1959) ampliou ainda mais essa disputa em toda a América Latina. Assim, nesse período, a pregação anticomunista era muito forte e tal discurso era assumido por muitas organizações civis, militares e religiosas de cunho conservador.

Nesse cenário, portanto, a Igreja Católica também assumiu posição. Em nível de cúpula, a maioria de suas lideranças abraçou uma postura pró-capitalismo e anticomunista, como foi o caso de Dom Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre. Nas bases sociais, porém, muitas de suas lideranças defendiam as Reformas de Base no Brasil. É nesse contexto que temos condições de compreender uma das notícias publicadas pelo jornal O Nacional, de Passo Fundo (RS), em 6 de março de 1964: “Pároco de Sertão lançou proibição: Não pode ser padrinho de crisma quem fôr nacionalista ou do “GRUPO DOS 11”. Era a manifestação pública do padre Máximo Coghetto, pároco do município de Sertão (município recém emancipado, no ano de 1963).

Ressalte-se que a manifestação do padre Coghetto deu-se através da publicação de um edital destacando que, conforme as leis eclesásticas, podiam ser padrinhos de Crismas “somente os católicos em comunhão com a Santa Igreja”. E, portanto, não podiam ser padrinhos: 1º - os casados só pelo civil; 2º - os ajuntados; 3º - todos os que pertenciam a seitas cristãs: evangélicos, luteranos, assembleia de Deus; 4º - comunistas, nacionalistas: especialmente os dos Grupos de 11. E concluía: “Por isso cuidem os pais, na escolha dos padrinhos de seus filhos, para que sejam católicos bons, de virtudes comprovadas que sirvam de exemplo para os afilhados”. Chama a atenção que a referida notícia com o edital foi republicado no jornal A Voz da Serra, de Erechim, em 10 de março de 1964, ampliando ainda mais a repercussão do religioso.

Com o Golpe Militar de 31 de março/1º de abril de 1964, os participantes dos Grupos de Onze que haviam se organizado atendendo ao chamamento de Brizola – em maioria agricultores -, foram duramente perseguidos e muitos deles enquadrados na Lei de Segurança Nacional, apesar de que os inquéritos militares instalados não comprovaram que esses Grupos representassem perigo ao país. Por críticas locais ou pela nova configuração política, os Grupos de Onze foram extintos, embora a memória sobre o vínculo a eles e mesmo sua consideração como prejudicial ao país se mantivessem entre setores conservadores e católicos ainda por muitas décadas.

Foto - Fonte da imagem – Acervo digital do projeto Documentos Revelados.

Disponível em

Ano : 2009

Título : História e imprensa: a Revista Seleções no Brasil

Categoria: Artigos

A imprensa é um instrumento de pesquisa significativamente importante na área de História, pois reflete a visão da sociedade frente aos acontecimentos que fazem parte de uma memória coletiva.

Os jornais locais, além de guardarem esta memória, servem de fonte para novas interpretações acerca de uma época.

As revistas, menos procuradas do que os jornais para fins de pesquisa, também trazem elementos importantes na análise histórica da sociedade.

Há, porém, que se destacar que o uso da imprensa como fonte histórica exige do pesquisador um senso crítico para reconhecer o posicionamento ideológico do jornal ou revista.

No Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo temos um vasto acervo de periódicos entre jornais e revistas de abrangência regional, estadual, nacional e até internacional, como é o caso da Revista Seleções da empresa norte americana Reader's Digest.

A revista Seleções foi criada nos Estados Unidos em 1922 por De Witt Wallace, ex-combatente da Primeira Guerra Mundial, e passou a ser distribuída, mensalmente, no Brasil em 1942, quando já era distribuída para o restante da América. Atualmente esta revista circula no Brasil, ainda mensalmente, num formato que foi mantido desde sua primeira edição.

No ano em que *Seleções* foi traduzida para o espanhol (1940) e veiculada no Brasil (1942), a Segunda Guerra Mundial encontrava-se em momento decisivo e os norte americanos buscavam projetar uma imagem de proximidade e dualidade entre EUA e América Latina, visando afastar o perigo nazista. Sendo este o propósito ou não da expansão da veiculação de *Seleções*, o fato é que a difusão da revista e a propaganda anti Eixo que trazia em suas reportagens, artigos, comerciais e até na seção humor, contribuiu para uma adesão aos Aliados, em resposta ao recorrente e apelativo “...em defesa das Américas” trazido nos exemplares mensais.

Ao final da Segunda Guerra, a Revista *Seleções*, mudou o discurso. Os interesses já não são os mesmos por parte dos norte americanos. O apelo ao consumismo nas páginas comerciais, os recorrentes discursos frisando os benefícios de uma sociedade capitalista e os malefícios, muitas vezes maximizados, de uma sociedade que se rende ao socialismo, procuraram convencer o leitor a aderir ao modo de vida capitalista, o American way of live.

Da mesma forma, a Revista *Seleções* destacava o contexto da Guerra Fria, um mundo polarizado entre capitalismo e comunismo, constituindo-se uma das mais importantes armas deste conflito ideológico, sobrepondo-se até ao combate armado.

A reconstrução da história é possível de ser feita com base nos documentos de imprensa. Nesse sentido destacamos a importância da preservação dos acervos jornalísticos e da sua visitação, o que contribui para aproximar o leitor da sua própria história e das variadas interpretações que encontramos nos diferentes veículos de imprensa.

Cláudia Regina Sch ffer

Acadêmica do 8  nível do Curso de História e

bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Inicia o Científica – UPF

Fonte: Acervo AHR

Ano : 2018

Título : Histórias de um Império

Categoria: Artigos

Histórias de um Império

Jeferson Hensel Zanon

Acadêmico do Curso de História UPF

Estagiário do Arquivo Histórico Regional

Histórias de um Império

Em 7 de setembro de 1822, o Brasil declarava a sua independência de Portugal. Nascia assim o Império do Brasil, sob a regência de D. Pedro, filho de D. João VI, tornando-se D. Pedro I do Brasil. A monarquia e o império perdurariam até 1889, quando a república fora proclamada, deixando para trás uma rica história de um dos períodos mais turbulentos de nossa história. Período de guerras e revoluções, mas também de prosperidade e paz, onde personagens como imperadores, princesas, escravos, índios e imigrantes, vindos de todos os cantos do mundo, principalmente da Europa, coexistiram.

A história desses personagens fora deixada para nós através de várias fontes, como cartas, livros, jornais e documentos. Não apenas a histórias dos imperadores, marechais ou de ricos empresários, mas também do povo comum, como, por exemplo, a do escravo fugido Ignacio, que foi perseguido e morto após uma luta com as forças imperiais, aqui mesmo em Passo Fundo, no dia 1 de dezembro de 1878. Esse fato deveu-se a roubo de gado cometido no município e região. Ignacio teria vindo fugido de São Paulo, após raptar uma moça de nome Emília que, de acordo com o relatório da Assembleia Legislativa de 1879, era filha de uma pobre viúva, tida como “honesta”.

Outro caso seria do imigrante espanhol Thomas Solano que enviou ao vice-cônsul brasileiro na Argentina, através do porto de Uruguaiana, pelo vapor Uruguai em 1879, um caixote contendo, aquilo que foi chamado pelas autoridades de “uma máquina explosiva”, destinada a cometer grandes “estrágos”. Porém, devido a um defeito no dispositivo, ela deixou de explodir no momento em que o caixote foi aberto. Solano fora preso, mas, devido a um habeas-corpus, foi solto posteriormente, vindo a desaparecer logo em seguida.

Numa averiguação de situações criminosas, a nobreza também se fez presente. Foi o caso do barão de Ijuhy, preso em 1877, por ter ordenado o ataque a um igreja onde

estava sendo realizada a contagem das cédulas eleitorais do pleito primário, no dia 4 de outubro do mesmo ano. De acordo com os documentos, “indivíduos não qualificados, vindos do Estado Oriental, que costumavam a estar agregados ao bando do barão de Ijuhy.”, realizaram atos de violência contra as pessoas que ali trabalhavam, resultando na morte de um coronel e no ferimento de vários outros, além da destruição da urna e conseqüentemente de todas as cédulas eleitorais.

Relatos do período imperial como estes e muitos outros mais, não somente do Rio Grande do Sul mas de todo o Brasil, encontram-se disponíveis para consulta no acervo do Arquivo Histórico Regional (AHR), seção do Império.

Ano : 2019

Título : Homem conquista a Lua: 50 anos da notícia que estampou a capa d O Nacional

Categoria: Artigos

Homem conquista a Lua: 50 anos da notícia que estampou a capa d O Nacional

Vítor Mateus Viebrantz

Acadêmico de História da UPF

Há meio século, no dia 20 de julho de 1969, chegavam à Lua dois astronautas estadunidenses completando uma missão que despertou muita expectativa. A chegada de ambos e sua caminhada pelo satélite natural da Terra, sublinhava o êxito da famosa corrida espacial, travada pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Em 1969 a caminhada dos astronautas na Lua era um momento muito aguardado globalmente e essa expectativa também atraía curiosidade em Passo Fundo e na região. No jornal O Nacional o tema já circulava nas páginas desde maio, seguindo pelo mês de junho daquele ano com notícias sobre a preparação da viagem, detalhes do plano e a apresentação dos “que descerão na Lua”: os astronautas Neil Armstrong, Edwin Aldrin, Michael Collins.

Na data da partida do trio o periódico anunciava que essa era a “mais fantástica missão já tentada pelo homem” e que “o sensacional acontecimento será assistido por

milhões de pessoas em todo mundo, inclusive no Brasil, através de uma rede de transmissão, com o auxílio de satélites artificiais”. O lançamento do foguete Saturno V, foi um significativo avanço na área espacial, afinal, dadas as possibilidades tecnológicas da época, o projeto cumpriu sua tarefa e, viajando pelo Apollo 11, três humanos chegaram a órbita da Lua e de lá, com um módulo lunar, dois deles estacionaram no astro e caminharam por ele. A conjunta política internacional do pós-guerra, das décadas de 1950 e 1960, encadeada pelos EUA e URSS entre tensões, direcionava investimentos e o desenvolvimento de projetos nas áreas de pesquisa e inovação, pelo desejo de estabelecer hegemonia sobre o mundo, o que colocou os países em uma corrida espacial. Durante a caminhada pela Lua, os astronautas estadunidenses fincaram no solo lunar a bandeira do país, ao passo que pretendiam simbolizar a vitória daquele na corrida espacial.

O primeiro passo humano na Lua ocorreu no domingo, 20 de julho, sendo acompanhado por milhões de pessoas no mundo. Na capa do jornal O Nacional da segunda-feira, 21 de julho, vinha estampado o ocorrido, com o título: “Realizando o maior feito da história: o homem chega a Lua”. Na publicação, os redatores colocavam a caminhada como “a maior façanha de toda a história da humanidade”, demonstrando sua euforia diante do ocorrido. No dia seguinte, 22 de julho, circulava no mesmo jornal uma notícia bastante curiosa, sobre o “alvoroço do mundo diante da façanha”. O autor discorre na matéria sobre casos peculiares que ocorreram no mundo em função da chegada na Lua. Um deles em Roma, onde a polícia teria percebido uma queda nos crimes, pois “mesmo os delinquentes, [...] permaneceram em casa para ver o homem chegar na Lua”. Um líder de uma das tribos dos indígenas iroqueses, teria proclamado que a chegada na Lua iria “provocar uma era de trevas na Terra, fazendo surgir de suas entranhas monstros e bestas”. E um turco-muçulmano teria dito: “Deus nos fará morrer a todos, por nos imiscuirmos em seus assuntos”. No dia 26 de julho, na sequência de notícias sobre a “façanha” - que se estenderam para além daquele mês, o periódico trazia uma notícia sobre a intenção estadunidense de enviar astronautas à Marte, projeto que já estava em curso com o envio de robôs espaciais - intenção que cinquenta anos depois ainda não se viu concretizar.

Muitos ainda recordam do domingo 20 de julho de 1969, que completa 50 anos, quando assistiram “o homem chegar na Lua”. Eram tempos tensos no Brasil, em plena Ditadura Civil-Militar, bem como no mundo, com a Guerra Fria. Nesse sentido, a euforia da chegada dos estadunidenses na Lua, exposta n’O Nacional, representa uma admiração aos avanços tecnológicos da época, mas sobretudo, a inclinação brasileira aos interesses dos Estados Unidos.

Data : 17/08/2013

Título : Imagens que fazem história

Categoria: Artigos

Descrição: O ato de fotografar pode ser descrito como pintar com a luz, num mundo onde todos podem ser artistas, cada um com a sua maneira e prática de visualização da foto antes mesmo de ela ser batida...

por Arquivo Histórico Regional

O ato de fotografar pode ser descrito como pintar com a luz, num mundo onde todos podem ser artistas, cada um com a sua maneira e prática de visualização da foto antes mesmo de ela ser batida, mesmo sem comportar os recursos necessários – máquina poderosa – para obtê-la. Uma composição que surge conforme a inspiração presente no instante da captura, podendo registrar momentos importantes, lembranças que podem ficar vivas. Arte que se difere de tantas outras por facilitar a vontade daquele que a quer.

Contextualizando essa forma de trabalho já executada nas décadas passadas, percebe-se um entrelace com a disciplina de História, pois, o ato de paralisar o tempo e espaço se resume em ações vivenciadas pelo homem. A História vista e pautada tem o objetivo de estudar as origens no intuito de compreender significativamente o tempo presente, tornando-se indispensável que se faça um estudo dos acontecimentos ocorridos, que pode consistir-se em pesquisa e análise por meio de imagens.

A partir dos registros dos primeiros artistas fotográficos anônimos de Passo Fundo, é possível encontrar no Arquivo Histórico Regional uma mediação dessa relação entre as obras e a cidade. Por meio da apresentação de uma oficina com antigas imagens do município, obtém-se uma visualização de mudanças, rupturas ou permanências: patrimônios que permanecem por tombamento ou exercendo outra forma de atividade, e patrimônios que deixaram de existir. Mostra-se através dessas imagens o processo histórico.

Nesse trabalho, se consegue apresentar para a comunidade algo que proporciona uma fácil interpretação da construção de Passo Fundo sem a necessidade da pesquisa, utilizando-se de um acervo fotográfico sobre um tempo “materializado” na história. Imagens que fazem as pessoas voltarem ao passado e ver outra cidade, podendo esbarrar com naturalidade na formação das ruas, ou na arquitetura colonial portuguesa, e saber sobre a função que aquele local exercia na época. A oferta dessa didática sobre história local traz a possibilidade da socialização de informação e

conhecimento, para um público amplo, consistindo numa das formas de atuação do Arquivo Histórico.

A fotografia é um mecanismo palpável e de absorção imediata do conteúdo por ser um meio visível mais facilmente apreendido. Nesta oficina está presente a aproximação das pessoas com a construção local e de certo modo com a sua própria história, muitas vezes num passado próximo. Conduz inevitavelmente à formas de coletar informações de maneira concreta.

Sediar uma atividade com imagens de uma Passo Fundo antiga que expressa modificações, talvez pouco conhecida pela população mais jovem, desperta uma reflexão sobre a influência social, política e econômica que o processo de formação e caracterização dessa cidade tem para a memória e a identidade, possibilitando-nos pensar historicamente.

Assim, as informações atuais podem ser problematizadas por meio de estudos interligados à utilização de documentos históricos como fontes de pesquisa. O Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo disponibiliza meios que podem contextualizar algumas ações localizadas no passado. Através de documentos à disposição do interessado, oferece a oportunidade de uma experiência investigativa pela diversidade do acervo disponível. Essas são ações que caracterizam um local que facilita a busca pela informação, no sentido de acesso, não só pela comunidade acadêmica, mas também pelo público em geral.

Quando se fala de história, muitos são os caminhos que nos fazem perceber que ela está presente na vida de qualquer ser humano, já que todos têm uma origem, uma descendência, ou até mesmo um vínculo com algo material ou imaterial, seja este conhecido ou não. E dessa forma, para que cada um entenda de modo mais profundo seu presente, deve-se compreender o processo de construção, sua origem histórica. Locais como o Arquivo Histórico Regional também podem nos proporcionar aproximações com esses caminhos.

José Carlos Miranda Filho

Graduando História – UPF

Fonte: Acervo AHR

Imagem: Projeto Passo Fundo

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Do Jornal

O Nacional

Sábado, 17/08/2013 às 07:33

Data : 29/03/2014

Título : Instituições em perigo!: O golpe militar de 1964 na mídia impressa de Passo Fundo

Categoria: Artigos

Descrição: Era março de 1964. O mundo acompanhava os desdobramentos da Guerra do Vietnã e o impasse diplomático entre os EUA e o Panamá...

Sábado, 29/03/2014 às 07:44,

por Arquivo Histórico Regional

Era março de 1964. O mundo acompanhava os desdobramentos da Guerra do Vietnã e o impasse diplomático entre os EUA e o Panamá, o Rio Grande do Sul fazia o balanço do primeiro ano de governo do Ildo Meneghetti (PSD) e Passo Fundo comemorava o início dos trabalhos do novo prefeito Mário Menegaz (PTB). Jornais locais anunciavam jantares dançantes no Turis Hotel e propagandeavam o lançamento dos Willis pick-up e sedan Aero, enquanto os três cinemas da cidade exibiam seções de filmes como Hong-Kong, Cleópatra e Ben-Hur.

O início de 1964 marcava também um delicado período político brasileiro. O Presidente João Goulart tentava implementar as reformas de base, que buscava reduzir as desigualdades sociais do Brasil a partir da ação do Estado, tendo como eixo a realização de mudanças estruturais calcadas nos setores educacional, econômico, fiscal, político urbano e agrário. As reformas, porém, alcançavam fortes resistências das elites brasileiras. Em 5 de fevereiro, O Nacional reproduzia em capa um artigo de jornal iugoslavo que tratava a situação brasileira como preocupante, prevendo que se continuasse no mesmo ritmo, resultaria em golpes de estado e assaltos ao poder.

O presidente promove em 13 de março um comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde assina o decreto que implementava a Superintendência para a Reforma Agrária (Supra) e revela que estavam em preparo a reforma urbana (que garantia a compra de imóveis para inquilinos) e propostas de mudanças nos impostos e concessão de voto aos analfabetos e aos quadros inferiores das Forças Armadas. Planejado desde fevereiro, o comício recebia atenção diária da imprensa. No dia do comício, O Nacional apresenta reportagem de capa retratando que era de calma a situação vivida pela população de Passo Fundo que, apesar de manter-se informada sobre as notícias vindas do centro do país, encontra-se mais preocupada com seus afazeres diários. No entanto, enquanto o centro da cidade amanhecia com pichações a favor das medidas governistas, a Associação Rural aconselhava a formação de grupos de vigilantes do campo para intervirem em quaisquer tentativas de invasões de terras.

Mesmo com o revelado apoio do Congresso Nacional pela aprovação das reformas na data posterior ao comício da Central do Brasil, notícias sobre formação de grupos

de agitação e posições subversivas ao governo tomam a pauta das edições seguintes da imprensa local. Sem prever os acontecimentos imediatos vindouros, em 31 de abril, a imprensa nacional divulga pronunciamento oficial do presidente solicitando aos quadros das forças armadas que mantenham à disciplina e o respeito mútuo (em resposta à crise na marinha deflagrada na semana anterior) e que os parlamentares federais fossem sensíveis ao povo brasileiro. Ao mesmo tempo, divulga sua agenda de eventos para a semana em curso. Nota do Ministério da Justiça tratava como calma a situação nacional.

Todavia, a edição de O Nacional do dia 1º de abril destacava em letras de formato incomum os acontecimentos ocorridos na madrugada do dia anterior: “Instituições em perigo!” é o título da matéria que ocupa a capa da edição, discorrendo sobre a situação incerta do país devido à intervenção político-militar desencadeada em diversos Estados e a tentativa do governo de reestabelecer a ordem constitucional. Em Passo Fundo, a situação continuava de calma e ordem, apesar da conclamação dos sindicatos das indústrias locais por greves gerais em favor da presidência, a reunião dos estudantes para tomada de posição pró-janguista e a realização de reunião extraordinária na Câmara de Vereadores para examinar a situação nacional.

No dia seguinte, destacam-se notícias do retorno da normalidade ao país e da confirmação da saída de Jango do país. Em pequena nota é tratada a transferência temporária da sede do governo estadual para Passo Fundo. A contracapa encerra-se com uma carta do Governador Ildo Meneghetti conclamando os cidadãos a organizar a resistência democrática “nesta hora trágica e ao mesmo tempo gloriosa”, apoiando a intervenção necessária no governo para eliminar o perigo da instalação de uma ditadura comunista. Enquanto isso em Passo Fundo continuavam as exibições cinematográficas nos três cinemas locais e os jantares dançantes no Turis Hotel...

Ricardo Telló Dürks

Graduado em História - UPF

Fonte: Acervo AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site:

www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Data : 03/05/2014

Título : Kodak e as revistas ilustradas como meio de estudo do passado

Categoria: Artigos

Descrição: Com redação e gerência mantidas em Porto Alegre, a primeira publicação do gênero revista ilustrada da capital gaúcha e do Estado do Rio Grande do Sul se chamava Kodak...

Sábado, 03/05/2014 às 07:49,

por Arquivo Histórico Regional

Com redação e gerência mantidas em Porto Alegre, a primeira publicação do gênero 'revista ilustrada' da capital gaúcha e do Estado do Rio Grande do Sul se chamava Kodak e foi lançada em 1912 no último sábado de setembro daquele mesmo ano. Às 20 horas daquele dia a primeira edição foi totalmente esgotada.

A revista trouxe uma grande quantidade de fotografias, conteúdos independentes e ilustrações. Com o passar do tempo, vieram os anúncios de publicidade direcionados à arte e, - principalmente, à vida social da população gaúcha. Esse periódico tinha um público-alvo mais restrito: pessoas de classe econômica mais favorecida e ligadas aos centros urbanos, devido ao formato que encarecia o seu preço.

Com o surgimento das revistas ilustradas na Europa, esse gênero de periódico trazia assuntos sobre a área científica e textos literários, disputando espaço até mesmo com grandes nomes da literatura romântica, que se sentiam estimulados pela possibilidade de transmitir seus trabalhos em um novo formato. Além disso, os avanços técnicos conseguidos para o uso de imagens gráficas e o surgimento da fotografia a transformaram em um poderoso instrumento de comunicação.

No Brasil, o surgimento das revistas ilustradas se deu em torno do século XIX. Esses periódicos enfrentaram problemas como a precariedade das gráficas, dos pontos de venda e da população, na sua grande maioria analfabeta. Foi no começo do século XX que as revistas ilustradas passaram a ter maior quantidade de lugares especializados na sua impressão, contando com a colaboração de grandes nomes da literatura e cartunistas da época.

A Revista Kodak, assim como as demais revistas ilustradas, pode ser percebida como lugar de representação e de formas padronizadas de conduta e comportamento. Essas informações junto às fotografias podem ser usadas como importante documento de pesquisa auxiliando no estudo do passado e de como vivia aquela sociedade durante o início do século XX.

A revista definia-se como a “fotografia semanal” do estado e particularmente da capital. Marcada por poucas palavras e muitas ilustrações, era dirigida por Lorival Cunha e redigida por Mansueto Bernardi e pode ser encontrada em alguns arquivos

e bibliotecas públicas de Porto Alegre, sendo que em grande quantidade no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa em Porto Alegre/RS e no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo/RS, onde se encontra o mais completo acervo do estado.

Não é de hoje que as revistas e outros meios de comunicação ditam normas de comportamentos, reforçando padrões vigentes para interesse de quem os transmite. Os meios de comunicação de massa ajudam a reforçar, disseminar e convencer ideias e crenças, além de gerar mais demandas de consumo ao longo de muitos anos.

Thainá Battesini Teixeira

Acadêmica do Curso de História da UPF

Fonte: Acervo AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Data : 23/06/2014

Título : Livro didático: Objeto, fonte, documento, sujeito (Parte I)

Categoria: Artigos

O campo do ensino de história oferece, em possibilidades de pesquisa histórica, inúmeros objetos por meio dos quais é possível investigar a construção do conhecimento histórico em seus diversos complexos institucionais. Um dos objetos de pesquisa que carrega em si um universo de extensas problemáticas é o livro didático de história - em seu conceito mais amplo, os livros-textos utilizados como suporte didático-pedagógico pelas disciplinas de história, na atual concepção da educação básica.

Embora fuja ao atual conceito de disciplina escolar, o ensino de história no Brasil pode ser perscrutado desde o período colonial, marcado pela atuação da Companhia de Jesus e seu empenho na educação das populações indígenas brasileiras – além da formação religiosa, os índios recebiam formação humanística, na qual os estudos históricos se incluíam pelo contato com textos de historiadores da Antiguidade greco-romana, mesmo em função estritamente instrumental – a de garantir a efetividade da conversão por inculcar os valores morais e cristãos aos índios, agora vassallos do Rei.

Em condição efetiva de disciplina, usa-se como marco fundador os eixos disciplinares do Colégio Dom Pedro II, fundado durante o período imperial na capital do país, então a cidade de Rio de Janeiro, onde os estudos históricos foram inclusos, dicotomizando as histórias da “civilização” (essencialmente da Europa ocidental), a primeiro plano, e a história pátria, do Brasil, relegada aos anos finais de ensino, sob forma de datas “importantes”, ligadas a batalhas e biografias de homens ilustres. Acompanhando a adoção dos modelos curriculares franceses, os “livros didáticos” do período eram igualmente de origem francesa. Assim o foi até a primeira ruptura do sistema, a dos anos 1930, com o desenvolvimento de uma política educacional consistente e a nacionalização da produção do livro didático, incluindo o ideal de “nação” a todos os parâmetros educacionais: o livro didático é, assim, reconhecido em seu papel de instrumento pedagógico e didático, cumprindo também a função de controle político-ideológica idealizada pelo poder estatal.

Letícia Mistura

Acadêmica do Curso de História da UPF

Fonte: Acervo do AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Data : 12/07/2014

Título : Livro didático: Objeto, fonte, documento, sujeito (Parte II)

Categoria: Artigos

Descrição: O modelo de produção didática atual, arquitetada pela estrutura do mercado editorial em relação direta com o Estado...

Sábado, 12/07/2014 às 07:00,

por Arquivo Histórico Regional

O modelo de produção didática atual, arquitetada pela estrutura do mercado editorial em relação direta com o Estado, seu principal comprador e mediador da conexão que o liga com a escola e enfim com os professores e estudantes, se deu por meio de trâmites principalmente ocorridos durante o período militar ditatorial do Brasil, onde a função do ensino de história foi voltada para o “despertar” da cidadania e do amor à pátria e rompe-se com o modelo francês de ensino, adotando-se o modelo norte-americano, voltado à educação técnica para o desenvolvimento econômico da nação.

Desta forma e com o estatuto de fonte histórica em seu caráter documental, o livro didático de história se inscreve, no percurso do ensino da disciplina no Brasil, como grande veículo de didatização do saber histórico, na medida em que contempla e contém a expressão de momentos específicos da história da educação do país e dialoga, em maior ou menor dimensão, com os debates da historiografia a níveis nacionais e internacionais.

Como objeto de valor cultural, em sua multidimensionalidade, o livro didático de história se torna específico justamente por ser um instrumento que configura em sua existência uma continuidade na história do ensino de história no Brasil, ao passo que também contém, em sua linha do tempo, visíveis rupturas de concepções de ensino e debates internos, da própria disciplina.

O acervo do Arquivo Histórico Regional/AHR guarda preciosidades da produção didática brasileira em sua biblioteca auxiliar, como o Pequena História do Brasil, em quarta edição de 1918, parte da curiosa Coleção FTD, cuja editora homônima pertence historicamente aos Irmãos Maristas. Fazem parte do acervo livros didáticos de todas as décadas da produção didática de história até 1970, incluindo-se livros de disciplinas específicas do Regime Militar. Além de ser interessante observar, a partir deste acervo de obras e a nível contemplativo as mudanças de caráter estético do livro didático de história, até que atinja certo “padrão” visual reconhecido, é possível que se esquadrinhe uma linha de tempo que percorre o ensino de história nacional e as tensões no campo historiográfico mundial, continuamente expressas pela produção didática.

O livro didático de história, como sujeito de sua própria história, é produto conjuntural, estrutural e condicionado a diversos eventos históricos, dos quais veicula o conhecimento considerado “necessário” às gerações consumidoras de si. A quem se dedica a investigá-lo, diz muito mais do que a interpretação do conteúdo histórico que inscreve em si mesmo: diz sobre seu momento de produção, sobre seu autor, sobre seus leitores e sobre uma visão de mundo, em concepções de educação, de história e de tempo, inalcançáveis a não ser que se dê voz a sua historicidade.

Letícia Mistura

Acadêmica do Curso de História da UPF

Fonte: Acervo do AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção

expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Ano : 2015

Título : Manual para identificar criminosos

Categoria: Artigos

Imagine-se no século XIX. Agora imagine que você e sua família estão deixando o campo onde viviam para tentar a sorte na cidade grande. No meio da multidão, passeiam em liberdade psicopatas, assassinos, pederastas e ladrões, todos acima de qualquer suspeita.

À noite as coisas pioram. Nem todas as ruas são iluminadas, não tem policiais suficientes. Suas crianças se escondem na cama e não pregam os olhos. Sua esposa toma remédios para dormir e você se pergunta se não deveria montar guarda ao invés de ir descansar as costas depois de um cansativo dia de trabalho.

Toda essa insegurança sobre quem seria o próximo criminoso ou como ele seria, motivou pesquisas que pudessem determinar características que os bandidos teriam em comum como forma de identifica-los e detê-los - antes mesmo de puxarem o gatilho. A insegurança fazia sentido, afinal, no século XIX as taxas de criminalidade e principalmente de reincidência aumentaram, relacionado ao processo de urbanização e crescimento demográfico.

Influenciados então por uma visão darwiniana e positivista de sociedade, e aplicando conceitos biológicos na organização social, certos criminologistas italianos do início do século XX, da escola de Criminologia Antropológica - cujo expoente mor foi o famoso psiquiatra de Turim, Cesare Lombroso - tentavam diagnosticar tendências criminosas a partir de características morfológicas, ou seja: a forma física de determinado ser humano poderia resultar em determinado perfil de assassino.

O formato do crânio, cérebro, e rosto (como um queixo prógnato) podiam ser determinantes para reconhecer um criminoso ou algum selvagem no meio dos civilizados, pronto para matar sem aviso, defendia Lombroso.

“Os resultados para tal hipótese são inconclusivos”, como afirmou o médico, antropólogo e historiador Mendes Correa, em sua tese Os Criminosos Portugueses, livro de 1914 agora presente no Arquivo Histórico Regional, mas que antes estava nas prateleiras da biblioteca do Curso de Direito da Universidade de Passo Fundo, 1º curso fundado pela Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, em 1953. A publicação denunciava a preocupação com o tema, afinal, o Brasil passava pelo seu próprio processo de urbanização e, com ele, pelo seu próprio processo de aumento dos níveis de criminalidade e conseqüente procura por formas de coibi-lo.

Existiram, no entanto, duas outras escolas com visões diferentes, ambas fundadas por discípulos de Lombroso: a escola de Criminologia Psicológica e a escola de Criminologia Sociológica. Que, justamente, usavam a psicologia e a sociologia como mecanismos para identificar os criminosos. Assim, certo desvio psíquico desembocaria num criminoso e determinada organização social só geraria larápios.

Mesmo com bases teóricas diferentes, o que todas essas “escolas” na verdade acabavam fazendo era marginalizar e culpabilizar determinadas minorias étnicas, sociais ou portadores de deformidades congênitas enquanto procuravam reduzir a criminalidade. Outro efeito colateral era normalizar determinadas condutas, sociedades ou características étnicas consideradas como certas, preferíveis ou até mesmo mais civilizadas que outras quando não passavam simplesmente de opiniões embasadas em preconceitos sociais já estabelecidos, não contribuindo para acabar com os crimes e menos ainda com o preconceito.

Rafael Bonatto Buffon

Acadêmico do Curso de Jornalismo da UPF

Data : 29/06/2012

Título : No Brasil: um rei que reina e governa!

Categoria: Artigos

No Arquivo Histórico Regional está conservada uma coleção com todas as leis do Brasil Monárquico (1822-1889). Organizada pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro no ano de 1886, estão presentes as constituições, leis, decretos, entre outros documentos elaborados nesse período em âmbito político. Este é um instrumento

importante para quem deseja conhecer um pouco mais sobre a história do nosso país, sobre os direitos e deveres dos cidadãos, sobre as atribuições das instituições e dos poderes que protagonizavam o cenário político no período. Muitos outros aspectos podem ser discutidos, pois este conjunto de documentos reflete o que estava em pauta, questões que eram importantes para a sociedade da época.

Durante o período monárquico, estiveram presentes no governo do Brasil a figura de dois imperadores, Dom Pedro I e Dom Pedro II. Ambos exerceram grande importância na senda política, pois além de reinar, ou seja, de serem os monarcas, pessoas de grande prestígio e nobreza, tinham prerrogativas que lhes permitiam governar o Brasil, pois eram chefes do executivo e também exerciam o poder moderador. O poder moderador era a chave de toda a organização política, delegado unicamente ao imperador, como Chefe Supremo da Nação. Através do poder moderador, objetivava-se o equilíbrio e a harmonia entre os poderes políticos.

O monarca brasileiro utilizava o poder moderador em várias ocasiões: nomeando Senadores, convocando a Assembleia Geral extraordinariamente, sancionando decretos e resoluções da Assembleia para que tivessem força de lei, aprovando e suspendendo resoluções dos Conselhos Provinciais, prorrogando ou adiando a Assembleia Geral, dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que exigisse a salvação do Estado e convocando outra que a substituísse, nomeando e demitindo livremente os ministros de estado, suspendendo os magistrados, perdoadando e moderando as penas impostas aos réus e concedendo anistias em casos urgentes. No entanto, o Imperador deveria ouvir o Conselho de Estado todas as vezes que decidisse utilizar as prerrogativas do poder moderador.

O Conselho de Estado era um órgão consultivo, composto por conselheiros vitalícios nomeados pelo imperador. Dessa maneira, a instituição Conselho de Estado e o Poder Moderador eram poderes interligados. O Conselho de Estado deveria ser ouvido também em todos os negócios graves, principalmente sobre a declaração de guerra, ajustes de paz e negociações com as nações estrangeiras.

Os conselheiros de estado, antes de tomarem posse, deveriam prestar juramento diante das mãos do Imperador, uma prática comum tendo em vista o respeito e a lealdade que estes deveriam dedicar à majestade imperial. Deveriam manter a religião católica apostólica romana, observar de forma ativa as constituições e as leis, serem fieis ao Imperador, aconselhá-lo seguindo suas consciências e visando somente o bem da nação.

Num Brasil onde a monarquia teve a denominação de “democracia coroada”, o monarca fazia a ponte entre os poderes, equilibrando-os, demonstrando que além de representar a figura da realeza, demandava de poderes que lhe permitia comandar a nação brasileira em termos políticos e administrativos. O poder não estava somente

nas mãos dos representantes políticos, era gerido e controlado pelo Imperador, como demonstram os documentos disponíveis no AHR.

Jaqueline Schmitt da Silva

Mestranda em História/UPF.

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Regional.

* Os artigos expressam a opinião de seus autores.

Ano : 2015

Título : No mapa das Cruzadas

Categoria: Artigos

Cenário: Europa, Oriente Médio, e norte da África, século XI. Um dos grandes acontecimentos da Idade Média se inicia. As Cruzadas. De onde surgiu inspiração para escrever um artigo sobre esse tema? De um velho - digo, antigo – mapa. Seria um mapa comum, não fossem alguns detalhes: Não é atual, pois retrata o século XI, portanto não havia países, e sim reinos, além da divisão entre reinos cristãos e muçulmanos. Como pode se observar nesse mapa que está exposto no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo, são mostrados todos os trajetos e batalhas feitos durante as Cruzadas – movimentos militares de inspiração cristã -. Para compreender melhor o que levou milhares de “fiéis” por esses caminhos no mapa , o que fizeram durante as jornadas, e o porquê, é recomendado o velho livro - desculpe, antigo - História Universal de H.G. Wells do ano de 1942, que quase passa despercebido nas prateleiras do AHR. Livros e mapas, mapas e livros. Uma excelente combinação para compreender e se localizar na História. Pois bem, vamos às Cruzadas.

Segundo Wells, vários motivos resultaram nas Cruzadas. Igreja Latina querendo subjugar a Bizantina (ortodoxa); Normandos querendo saquear o rico mundo do Islã; Propaganda de ódio aos “infiéis”; Monopólio de Constantinopla no comércio oriental; e o estopim: fome, peste, e desordem social no centro e leste europeu no ano de 1094 e 1095. A 1º Cruzada não foi oficial, pois foi a “Cruzada do Povo”, onde mendigos, ladrões, monges, e comerciantes estavam atrás de oportunidades de riqueza no oriente. Seguiram a margem do rio Danúbio e na região da Bulgária, rumaram para o sul até chegarem em Constantinopla. Porém antes de chegarem lá, tiveram problemas com os húngaros. Devido ao idioma ininteligível, foram confundidos com infiéis, então

cometeram alguns abusos com os mesmos, e por eles foram massacrados. Mais duas ondas de fiéis vieram, e ao atravessarem o estreito de Bósforo em Constantinopla, foram massacrados pelos turcos. Isso ocorreu pois não era um exército cristão, e sim uma grande multidão sem líderes e que eram guiadas por um ideal.

A 1º Cruzada, a Cruzada dos Nobres, foi convocada em 1096 para “proteger fiéis que peregrinavam à Terra Santa”. Nobres da Normandia, Inglaterra, e Itália, partiram para o oriente pela rota que pode ser vista no mapa. No ano de 1099 se encerra a 1º Cruzada com uma carnificina cometida pelos cristãos na conquista de Jerusalém. Como escreveu Wells: “O sangue dos vencidos correu pelas ruas a ponto dos cavalos resvalarem em sua marcha... Ao cair da noite, os cruzados foram ao Santo Sepulcro, e juntaram suas mãos manchadas de sangue em oração”. Resultado: surgem diversas colônias cristãs no Oriente Médio, e o clero latino subjuga o ortodoxo.

Em 1147 Saladino, sultão do Egito inicia a Jihad contra os Cruzados, e então é convocada a 2º Cruzada para defender Jerusalém dos muçulmanos. Em 1187, os mesmo Saladino toma Jerusalém dos cristãos, e então é convocada a 3º Cruzada – A Cruzada dos Reis – pois contou com Filipe da França, Frederico da Germânia, e como mostra o mapa, o famoso Ricardo Coração de Leão, da Inglaterra. Não retomaram a cidade, mas se firmaram em importantes cidades nos arredores.

A 4º Cruzada, como se pode ver, nem chegou a Jerusalém, pois seu interesse comercial foi saciado quando conquistaram Constantinopla em 1204. Antes, em 1202, ocorre um fato que poucos livros registram: a “Cruzada das Crianças”. Segundo a Igreja, os cruzados eram impuros e pecaminosos, por isso tantas derrotas. A solução foi enviar crianças para lutar, pois eram puras e livres do pecado. Partiram da França, porém ao chegarem na Península Itálica, foram vendidas como escravas no norte da África.

A 5º Cruzada em 1217, foi uma tentativa de conquistar o Egito, porém depois de inúmeras batalhas perdidas, tiveram de se retirar em 1212, levando inúmeros “tesouros de consolação”. Em 1228 se tem início a 6º Cruzada, que mais uma vez, tem o intuito de tomar Jerusalém. Devido a discórdia entre muçulmanos, os cristãos retomam a cidade, sendo que conseguem assegurá-la até 1244 quando os muçulmanos, agora unidos, a reconquistam.

Como mostra o mapa, a 7º Cruzada vai ao Egito, em 1248. É liderada pelo excomungado rei da França, Luís IX, que conquista diversos territórios na região. Entretanto, devido a duras batalhas, seu exército se rende e ele é pego como prisioneiro pelos egípcios. Os cristãos tiveram de arcar com um pesado tributo para libertá-lo, em 1254.

A 8ª Cruzada tem o mesmo intuito, o de conquistar o Egito e todo o norte africano. Luís IX parte em 1270, e a tragédia foi tão grande quanto as outras Cruzadas. Não tendo sucesso, firmou um tratado de trégua com o sultão egípcio, e voltou à Europa em 1271. E assim se encerraram as Cruzadas. Seu ideal foi corrompido pelo uso frequente e por muitas vezes fútil, seguido de fracassos militares.

Ficou de legado, a anarquia religiosa e a luta entre as próprias ordens cristãs, que desde o início as enfraquecia gradualmente. Os cavaleiros cruzados foram de grande influência para as cavalaria que surgiram posteriormente na Idade Média. Além disso, a Europa passou a conhecer e utilizar novos produtos, como a seda, algodão, açúcar, e diversos outros que contribuíram para o Renascimento Comercial. No entanto, isso é outra história.

E lembre-se: sempre que tiver oportunidade, tenha em mãos um mapa para estudar História, pois além de compreender o “por quê”, irá compreender o “onde”.

Ano : 2018

Título : O AHR e a Memória Fotográfica: para além das imagens...

Categoria: Artigos

O AHR e a Memória Fotográfica: para além das imagens...

No acervo AHR podemos encontrar outros documentos como jornais, sendo seu maior fundo o arquivo do periódico O Nacional, que se estende de 1925 (seu começo) até os dias atuais. Além de periódicos, revistas, livros, processos judiciais, documentos públicos, privados, sociais entre outros. O Arquivo é um espaço de pesquisa e produção de conhecimento para acadêmicos e a comunidade – é nosso centro de memória e história regional, aberto a todos os interessados para consultas gratuitas.

Você sabia que no Arquivo Histórico Regional existe também um rico acervo de fotografias? As fotos são variadas e registram a construção da universidade, paisagens da cidade, eventos, obras que datam a partir do ano de 1900. Os registros

são diferenciados, com imagens em preto e branco, coloridas, fotos negativas (mais conhecida como foto filme), digitalizadas, entre outras.

A fotografia, como visualizamos hoje, sofreu um longo processo de desenvolvimento, isto pode ser observado pelo próprio formato delas. A imagem formada pela máquina digital foi possível devido a progressivas descobertas de cientistas que iniciaram em fins de 1800 e início de 1900, e que seguiu até nossos dias com avanços expressivos e também pela democratização de sua produção e consumo. O uso das tecnologias representa o início das composições fotográficas. Ao observar suas características, os cientistas possibilitaram a formação da leitura visual desafiando o que se tinha como mais tradicional, a escrita.

Hoje, a foto faz parte do nosso cotidiano é usado para os mais diferentes objetivos, como lembrança, publicidade, arte e para ser estudada. Aqui procuro relacioná-la para além dos seus usos habituais citados acima, mas sim pelo seu valor cultural e social. A mensagem da imagem representa/expresa costumes e valores, auxiliando na compreensão das relações sociais, econômicas e políticas de dada época. A singularidade está na imagem, seu argumento está no conjunto dos elementos dela.

No campo da História as fotografias, e outras imagens, são trabalhadas em espaços de memórias conhecidos popularmente como Museus, Arquivos Históricos, Igrejas, Patrimônios (construções antigas, reservas naturais) realizando o trabalho de preservação dos documentos com a finalidade do saber, de conhecer o passado via ilustração ou pesquisa. A foto é uma ponte de ligação entre os tempos passado e presente. Como objeto de pesquisa, no momento em que se faz a leitura da imagem, procura-se identificar aspectos e concepções de diferentes grupos sociais. A imagem tem elementos concretos, como indivíduos, ruas, construções, carros, objetos..., que mostram o desenvolvimento da sociedade.

Usamos a fotografia pela sua função mais comum de “congelar o tempo”, ao passo que convido você a utilizá-la também como um registro histórico. No Arquivo a utilizamos pela sua funcionalidade da lembrança, de materialização de fatos. De acordo com as informações que a imagem traz podemos avaliar seu significado no tempo de sua produção. A foto nos fornece informações sobre o momento, a partir dela podemos realizar uma leitura através do tempo. Nos espaços de memória a imagem é centrada na própria questão da lembrança. Aqui, procura-se mostrar este outro lado do documento iconográfico, agora servindo de manancial para a produção do conhecimento histórico. Esta lembrança visualizada nas imagens permite ao observador realizar uma comunicação com seu conteúdo.

A fotografia tem como principal função a do registro no tempo, sendo muito importante a sua ligação com a História. No AHR os fundos iconográficos/imagéticos procuram despertar o interesse pela curiosidade do conhecer. As imagens são carregadas de

referências entre seu tempo e seus elementos (pessoas, casa, ruas, construções). O modo pelo qual são vistas nestes espaços possibilita, tanto para os acadêmicos, quanto a própria comunidade a realizar um trabalho de reconhecimento histórico.

Luiza Tedesco Castamann

Acadêmica do Curso de História UPF

Estagiária do Arquivo Histórico Regional.

Catedral em construção

Colégio Notre Dame em 1960

Data : 07/12/2013

Título : O AHR no 3º Congresso Brasileiro dos Arquivos do Poder Judiciário

Categoria: Artigos

Descrição: O AHR conta com um acervo de considerável diversidade local e regional que pode proporcionar ao interessado no estudo da história da região boas possibilidades de pesquisa.

por Arquivo Histórico Regional

O AHR conta com um acervo de considerável diversidade local e regional que pode proporcionar ao interessado no estudo da história da região boas possibilidades de pesquisa. Dentre esse conjunto documental deve ser destacado o acervo judiciário. São milhares de autos-findos da Justiça Estadual da Comarca de Soledade, como também da Justiça do Trabalho das Comarcas de Passo Fundo e Soledade. Trata-se de fontes primárias ricas em informações para a pesquisa da memória do judiciário e da justiça do Rio Grande do Sul. Para tanto, o arquivo vem trabalhando na conservação e organização desses documentos.

Com o intuito de ampliar e aprofundar os conhecimentos a respeito dessa área, entre os dias 27 e 29 de novembro a equipe do Arquivo Histórico Regional da UPF esteve participando do 3º Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário, em Brasília. Promovido pelo Superior Tribunal de Justiça e com o apoio dos Tribunais Superiores o encontro debateu a temática do Acesso à Informação e a Preservação da Memória como Garantia do Exercício da Cidadania. O evento reuniu mais de 400 participantes. Palestras e cursos foram ministrados por magistrados, professores e técnicos de algumas das mais conceituadas instituições do país.

As conferências destacaram a necessidade da busca de aprimoramento para os órgãos judiciários de todo país no que diz respeito à prática de serviços mais eficientes em que se proporcionem mais espaços para a comunicação com o cidadão, que é o verdadeiro proprietário da informação. Essencialmente, é um trabalho para a efetivação de direitos e garantias fundamentais.

Durante o congresso, o teor das discussões versou sobre diversos temas que envolvem as atividades dos arquivos desde a gestão documental, passando pela preservação da memória até a ponta de todo o trabalho que é o acesso às informações. Também vale o destaque para a preocupação com as crescentes quantidades de acervos em formato digital que passam a fazer parte do olhar técnico dos arquivos.

De uma forma ampla, pode-se observar que a construção da cidadania através da acessibilidade do cidadão à informação ainda é um caminho longo que está nos primeiros passos se nos compararmos com outros países que já têm essa tradição. A respeito disso, poderíamos fazer uma analogia do momento em que nos encontramos com o capacidade da pessoa. Nós, cidadãos brasileiros, estamos saindo da “infância ou adolescência”, não sendo mais simplesmente “representados”, no entanto, ainda somos “assistidos”, pois não chegamos à maioria do conhecimento, onde o acesso e a liberdade da utilização de documentos e informações será irrestrito. Mas, o que é muito importante: descobrimos que essa possibilidade existe e estamos trabalhando para alcançá-la.

Então, de maneira geral, cada vez mais os arquivos e centros de documentação e o seu trabalho de preservação documental e manutenção das fontes de informação e memória deverão estar na pauta das discussões nos diversos setores da sociedade local e nacional.

Benhur Jungbeck

Professor de História

Equipe AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Do Jornal

O Nacional

Sábado, 07/12/2013 às 07:44

Ano : 2010

Título : O anticomunismo na imprensa: Revista Seleções e Guerra Fria

Categoria: Artigos

Em 1959 a Guerra Fria adquiriu uma forte tensão nas Américas, gerada pela Revolução Cubana, que se iniciou em janeiro do referido ano.

A adoção do regime socialista em uma república localizada na América Central e estrategicamente próxima da costa leste dos EUA gerou tensão e medo de que o regime socialista e sua área de influência se ampliassem especialmente em território americano e se configurassem em ameaça ao domínio capitalista.

O papel da imprensa tem especial importância neste contexto. Através de anúncios publicitários, artigos, colunas e notícias, os veículos de comunicação investiram na persuasão como forma de manter e fortalecer o regime capitalista na maioria das nações americanas. A revista estadunidense Seleções do Reader's Digest é especialmente utilizada neste sentido.

Veiculada no Brasil desde 1942, a revista era somente traduzida para a língua portuguesa, conservando todo o seu conteúdo original da edição veiculada nos Estados Unidos. Sendo assim, toda a propaganda e os apelos anticomunistas publicados na versão estadunidense eram disseminados por todas as Américas. Como a própria revista anunciava em 1959, mais de 20 milhões de exemplares em 13 diferentes línguas eram vendidos em todo o mundo.

Em fevereiro de 1959, na primeira edição após a Revolução Cubana, a revista publicou dois artigos condensados criticando diretamente o regime socialista, além

dos demais artigos e informes publicitários exaltando o modo de vida capitalista e o consumismo, em especial na edição citada, a descoberta do detergente em pó.

Um dos artigos, intitulado “Como se Controla o Pensamento de 650 Milhões de Chineses”, destacava a forma como o socialismo se conserva ou se mantém através do controle do pensamento das pessoas, as quais geralmente são intelectualmente frágeis, ou mesmo analfabetas, o que as torna alvos fáceis de um doutrinação. Através das próprias palavras do autor do artigo (David Chipp, correspondente da Reuters), percebemos que o mesmo, seguindo os parâmetros da revista, critica veementemente o modo de vida socialista: “O sinal externo do êxito dos comunistas de controlar o país é um sombrio manto de uniformidade, visto na docilidade ordeira das multidões, na facilidade com que o povo pode ser organizado. É um manto urdido com os fios do medo e da cautela, e os teares em que é tecido são os grupos em que quase todos os chineses estão agora organizados”.

Afirmações como estas, trazidas por testemunhas de uma realidade socialista, juntamente com os apelos pelo consumo de produtos cada vez mais modernos, fortaleciam a convicção da adoção do modo de vida capitalista.

Desta maneira, ao analisarmos veículos da imprensa de época, é preciso que tenhamos o cuidado de identificarmos a data, o contexto histórico, o posicionamento do jornal/revista, os interesses dos patrocinadores, enfim, todos os elementos que poderão caracterizar o discurso que será contemplado nas suas páginas.

Cláudia Regina Schäffer

Professora de História

Fonte: Acervo AHR

Ano : 2018

Título : O Antigo Chafariz

Categoria: Artigos

O Antigo Chafariz

Para quem gosta de histórias, aqui vai uma bem bacana sobre Passo Fundo, uma história da época em que quase tudo era terra de Cabo Neves. O mesmo possuía uma escrava chamada Mariana, que tinha um único filho, peralta e arteiro como qualquer criança. O menino era a alegria de sua mãe. Um dia a criança teria fugido deixando sua mãe sozinha, desolada, aos prantos, quando lhe restava apenas uma última gota de lágrima, o próprio filho de Nossa Senhora, que entendia muito bem a dor de uma mãe apareceu dizendo que o menino agora encontrava-se junto ao Pai. Disse ainda que pela dor que a mãe Mariana, estava sentindo, ele lhe concederia um pedido. Mariana pediu para ir ao encontro de seu filho, porém, como lembrança, que naquele local nascesse uma fonte de água, para que todos aqueles que bebessem dela, sempre retornassem para àquele lugar. É dessas palavras que teria vindo o ditado “quem bebe das águas da Mãe Preta a Passo Fundo sempre retorna”.

Se é uma história real ou não, não podemos afirmar, porém, na confluência das ruas Uruguai e Dez de Abril, está uma fonte, não a original que ficava quase no meio da rua, com seus tanques de água aonde as escravas durante o dia lavavam as roupas dos seus senhores e à noite abrigava os casais apaixonados que ali se encontravam para namorar. Por volta de 1965 começou a circular pela imprensa local uma discussão sobre a demolição ou não do velho chafariz. Alguns jornalistas defendiam fortemente a permanência do monumento histórico. O ator Delorges Caminha, em apoio à sua manutenção, fez alguns versinhos, expondo seus sentimentos em relação ao chafariz:

“Múcio de Castro, perdoa
Estes versinhos que eu fiz.
Parece uma coisa atoa,
Mas é amor ao chafariz.”...
“Moçada de Passo Fundo,
Onde eu nasci e fui feliz.
Ouvi o apelo profundo...
Salvem nosso Chafariz.”...
“Falta de amor ao passado,
É a prova triste e infeliz.
Não posso ficar calado,
Pois amo esse Chafariz” (...)

Já moradores da localidade, queriam a demolição dos tanques, tudo em nome do progresso do bairro. O senhor Vasconcellos em apoio aos moradores também fez alguns versos:

“Dá licença sr. Múcio
Vou mandar umas brasinhas
Em reposta ao grande artista
Ator Delorges Caminha.”
“Está muito aborrecido
Pelo menos é o que diz
Não consente que destruam
O seu velho chafariz.”
“felizmente o Cafruni
Meteu também o nariz
Se é prá o bem do boqueirão
Destruam o Chafariz.”
“Também o ilustre Prefeito
Teve uma idéia feliz
Aproveitamos a fonte
Mas destruam o Chafariz.” (...)

Em outubro de 1965 mulheres negras visitaram o então Prefeito de Passo Fundo Mário Menegaz, solicitando que fossem demolidos os tanques, mas que mantivessem a fonte, e que ali fosse feito um busto de uma mulher negra em homenagem a Mãe Preta. O velho chafariz foi destruído, apesar dos prós e contras. Agora em seu lugar existe uma praça com o busto que representa a Mãe Preta, uma placa com a lenda e uma bica d'água insalubre.

Fonte: Acervo AHR
João Vitor da Costa Benedetti
Acadêmico do Curso de História/UPF

Data : 05/03/2011

Título : O BOOM VIÁRIO NAS CERCANIAS DE PASSO FUNDO (1972-1975)

Categoria: Artigos

Descrição: “Passo Fundo e Getúlio Vargas ligadas por asfalto”.

O BOOM VIÁRIO NAS CERCANIAS DE PASSO FUNDO (1972-1975)

Sábado, 05/03/2011 por Arquivo Histórico Reginal

“Passo Fundo e Getúlio Vargas ligadas por asfalto”. Assim, O Nacional destacava, na capa do dia 08 de março de 1975, a inauguração da rodovia estadual RS-7 (logo em seguida renomeada para RS-135). Na ocasião, o Prefeito de Passo Fundo, Tte.-Cel. Edu Villa de Azambuja, expressou o agradecimento da região ao governador do Estado e ao Secretário dos Transportes, Cel. Paulo Nunes Leal, pela realização da obra, “magnífica” em suas palavras, “fator decisivo para o desenvolvimento dos municípios por ela beneficiados”. Com esta rodovia pavimentada de 48 km de extensão, cujo início deu-se cinco anos antes, encerrava o ciclo de obras viárias promovidas no governo do arenista Euclides Triches, que na semana seguinte passava o cargo a seu sucessor, o também arenista Sinvall Guazzelli.

O asfaltamento da RS-7 estava incluído em um plano amplo, junto com obras de outras 10 rodovias estaduais que totalizavam a implementação de 512 km de estradas estaduais no Programa de Reforço dos Corredores de Transportes, lançado pelo Governo do Estado em 1972 e que visava facilitar o escoamento da safra gaúcha em expansão através do porto de Rio Grande.

O primeiro quinquênio da década de 1970 era de prosperidade, principalmente no setor agrícola, e a expansão viária era essencial para promover o escoamento da produção. Grande parte das rodovias do Estado, no início daquele período, não possuía pavimentação, e isto era fator prejudicial ao desenvolvimento econômico. Para Passo Fundo, o melhoramento viário, além de promover o escoamento da produção local, facilitaria a sua ligação com as cidades vizinhas e o deslocamento das pessoas e das mercadorias entre estes municípios, propiciando o progresso de toda a região.

Em setembro de 1973, O Nacional publicava informações do DAER que davam conta do precário estado de trafegabilidade das rodovias que ligavam Passo Fundo a Tapejara, Getúlio Vargas e Ronda Alta. Um ano depois a redação daquele jornal

recebia carta de moradores de Tapejara reclamando das condições da RS-32 e pedindo providências. No mesmo mês o Prefeito de Tapejara, Aldino Lângaro, recebeu informação do DAER que a então renomeada para RS-423 (Getúlio Vargas – Charrua – Tapejara – Santa Cecília – BR-285) estava contemplada no Plano Estadual de Estradas de Rodagem para o período de 1975 a 1980. Na ocasião o prefeito solicitou ao órgão de infraestrutura o levantamento topográfico e de viabilidade para a construção de uma rodovia ligando Tapejara a Sertão, que reduziria a distância a Passo Fundo. Atualmente a RS-463, cuja construção data da década de 1990, faz a ligação asfáltica entre Tapejara e Passo Fundo, via cidade de Coxilha, em traçado diverso dos propostos na década de 1970.

Enquanto as obras da RS-7 estavam sendo finalizadas e as da RS-32 incluídas no Plano Estadual, a rodovia RS-5 (ligando Passo Fundo a Ronda Alta, via Natalino) ficava fora orçamento plurianual do período de 1974 a 1976, contrariando as expectativas da região. Em outubro de 1974 o Vereador Eluyr Recke (ARENA) pediu providências à Secretaria de Transportes para que os trabalhos nesta rodovia fossem iniciados, tendo o asfaltamento do trecho Goio-En – Ronda Alta – Natalino – Passo Fundo sido prometido para o ano seguinte. Em fevereiro de 1975 era inaugurada a ponte sobre o Rio Uruguai na localidade de Goio-En, ligando Nonoai a Chapecó, obra do governo federal iniciada em 1966; no entanto, o asfaltamento da rodovia desta ponte até Passo Fundo só foi iniciada uma década depois.

Em 1973, também era grande a expectativa dos municípios da região, pela construção da ferrovia L-35 (também chamada de Ferrovia do Trigo, entre Passo Fundo e Roca Sales, posteriormente renomeada EF-491), pois diminuiria a distância da viagem a Porto Alegre em aproximadamente 400 km, facilitando o escoamento de mercadorias. Concluída, porém, somente em 1978, a EF-491 é hoje administrada pela empresa privada América Latina Logística (ALL).

O desenvolvimento viário observado em todo o país no início da década de 1970, proporcionado pelas políticas de expansão das infraestrutura do período conhecido como do Milagre Econômico Brasileiro, teve seus reflexos também nos municípios da região de Passo Fundo. Somando às já asfaltadas RS-45 (atual RS-324, entre Passo Fundo e Marau) e a RS-94 (atual RS-153, entre Passo Fundo e Tio Hugo, via Ernestina), a inauguração da BR-285 em 1974 e da RS-7 em 1975 agregaram desenvolvimento à região, facilitaram a ligação com a capital e o escoamento da produção agrícola ao recentemente inaugurado Superporto de Rio Grande. A fartura de recursos disponibilizados para estas obras viárias despertou expectativas na região para o asfaltamento das rodovias RS-5 e RS-32 e da ferrovia L-35; mas a subsequente recessão enfrentada pelo país atrasou por anos suas implementações.

Ricardo Telló Dürks

Acadêmico do Curso de História da UPF

Fonte: Acervo AHR

Data : 04/05/2013

Título : O coração peregrino do mártir do Caaró

Categoria: Artigos

Descrição: Nos dias 15, 16 e 18 de março de 1940, o jornal O Nacional noticiou algo incomum tanto naquela época quanto nos dias de hoje...

Sábado, 04/05/2013 às 07:55, por Arquivo Histórico Regional

Nos dias 15, 16 e 18 de março de 1940, o jornal O Nacional noticiou algo incomum tanto naquela época quanto nos dias de hoje: uma relíquia que moveu grande número de fiéis desde a Gare Ferroviária até a Igreja Matriz da cidade e foi motivo de adoração e devoção. Trata-se do coração do então proto-mártir Pe. Roque Gonzalez (1576-1628), para o qual a população prestou homenagens durante esses dias. Por mais que para alguns seja difícil crer que fosse o verdadeiro coração do mártir católico, esse órgão considerado relíquia teria sido uma das poucas partes de seu corpo que restou após sua morte, assim sendo conservado e tido símbolo de milagre para muitos devotos.

Declarado santo em 1988 pelo Papa João Paulo II, Roque Gonzalez nasceu no Paraguai, no ano de 1576. Foi um religioso que se destacou na história do Brasil ao difundir a religião entre os povos indígenas das terras do oeste do Rio Grande do Sul, juntamente com os padres Afonso Rodrigues (1598-1628) e Juan Del Castillo (1595-1628). Roque Gonzalez foi um dos primeiros evangelizadores nas terras pertencentes ao atual Rio Grande do Sul. Foi um religioso vinculado à Ordem dos Jesuítas e exerceu seu trabalho missionário juntos aos povos Guaranis.

Filho de pais espanhóis, interagiu desde a infância no Paraguai com pessoas de origens e falas nativas, principalmente Guarani, o que provavelmente tenha colaborado para converter os indígenas através da familiaridade linguística. Aos 22 anos, Roque Gonzalez foi ordenado sacerdote diocesano no Paraguai, e já quando Padre se integrou na Companhia de Jesus (1609). O religioso fundou a primeira unidade colonizadora ao leste do rio Uruguai, para onde viajou em missão em 1619. Mais tarde fundou numerosas aglomerações como a de São Nicolau, Assunção e Todos os Santos do Caaró, contudo, um cacique, chamado Nheçu, não concordava com a presença do Pe. Roque e sua evangelização dos povos indígenas. Logo, o líder indígena reagiu por entender que o padre era seu concorrente na liderança da tribo.

Segundo a narrativa, depois de rezar a missa, o Pe. Gonzalez fazia suspender o sino para o campanário da capela. Nesse momento o religioso foi surpreendido a golpes na cabeça com um machado de pedra por um índio de confiança do cacique Nheçu. Depois de espancado até a morte, foi ateado fogo nos corpos dos padres Roque e Afonso Rodrigues, e um de indígena cristão que tentara defendê-los. A igreja foi reduzida a cinzas pelos indígenas vinculados ao cacique. Os sobreviventes recolheram os restos mortais dos cristãos, porém, apesar das chamas, o pretensório coração de Pe. Roque não foi destruído, o que foi considerado um milagre.

Em 1940, quando trazido para Passo Fundo, o coração do católico foi exposto na Igreja Matriz na noite de 16 de março, sendo motivo de veneração por todos os que passavam no local. Com a situação já anunciada anteriormente, O Nacional no dia 15 ressaltava: “sem dúvida alguma, se tem podido observar em todos os recantos, a ansiedade que predomina em todo o mundo católico”. Ainda segundo O Nacional, a vinda da relíquia para Passo Fundo foi possível “graças a interferência de S. Excia. Revma. D. Antonio Reis”, então bispo da Diocese de Santa Maria. Quando o coração chegou a cidade foi iniciada uma procissão integrada por cerca de duas mil pessoas que acompanharam-no da Gare Ferroviária até a Igreja Matriz. Da porta da Igreja, o Pe. Henrique Jolk narrou como foi a vida do mártir Roque. Em seguida fez uso da palavra Dr. Frederico Morsh que orou junto aos católicos presentes.

O coração também foi levado para o Hospital São Vicente de Paulo para que pudesse ser acolhido pelos adoecidos internados nesse estabelecimento. Mais tarde, a relíquia foi levada para a cidade de Carazinho para receber outras reverências, e de lá seguindo para outros municípios do Estado e finalmente a Serra Azul, próxima a Caaró, local do martírio. Tal devoção mobilizou cristãos devotos pelo Rio Grande do Sul e evidenciou a força das crenças entre a população, situação ainda vislumbrada na cidade, sobretudo quando das romarias realizadas anualmente em Passo Fundo.

Sheron Freitas Machado

Graduanda do Curso de História/UPF

Fonte: Acervo do AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Data : 22/06/2013

Título : O DEFENSOR DA DEMOCRACIA

Categoria: Artigos

Descrição: “Como age o comunismo”. Com este título a revista Ação Democrática anuncia aos leitores um artigo ao mesmo tempo pedagógico e operacional, já que preconiza que o “verdadeiro democrata”...

Sábado, 22/06/2013 às 07:00, por Arquivo Histórico Regional

“Como age o comunismo”. Com este título a revista Ação Democrática anuncia aos leitores um artigo ao mesmo tempo pedagógico e operacional, já que preconiza que o “verdadeiro democrata”, conhecendo pelo menos um dos cinco principais pontos da ação comunista, teria aguçado seu senso de ação contra tal perspectiva doutrinária. A publicação foi produzida pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidade fundada por Ivan Hasslocher em 1959 para defender a democracia e lutar contra o comunismo em tempos da bipolaridade decorrente da Guerra Fria e da atuação de movimentos revolucionários, como o ocorrido em Cuba, com liderança de Fidel Castro e Che Guevara, que depôs o General Fulgêncio Batista do poder. O AHR dispõe de cinco edições da revista (uma edição de 1960 e quatro de 1962), que podem ser consultadas gratuitamente pelos interessados e que auxiliam na compreensão de um período tão caro à história do país: os antecedentes do golpe que instaurou a ditadura militar em 1964.

O artigo discorre sobre a natureza do comunismo, o Partido Comunista, as ações e fontes de financiamento dos grupos esquerdistas e foi publicado na edição de abril de 1962, durante o governo de João Goulart (1961-1964). O texto (não assinado) assume claramente a postura anticomunista difusa pelo chamado bloco capitalista ao remeter qualquer tentativa de defesa do comunismo à expansão do que denominam expansionismo ou imperialismo soviético, “um lustro da política russa”. Junto a isso há destaque para as formas de atuação não exclusivamente realizadas pelo Partido Comunista. Seus “braços” seriam ampliados pela ação de adeptos não filiados ao partido que “fazem parte de aparatos subterrâneos” e que promovem ações de espionagem e sabotagem, de agitação e propaganda, em prol de sua ideologia, de “interesses alienígenas totalitários”, e não nacionais destaca o texto.

Segundo o/s articulista/s, “O ingresso de comunistas confessos nos órgãos de serviço público ou autárquico (...) é facilitado pelos membros secretos os aparatos que agora detêm tantos e tantos postos de responsabilidade administrativa”. Ao defender tal perspectiva, Ação Democrática critica a ascensão de funcionários aos postos de governo no contexto presidencial de João Goulart, amplamente criticado por grupos direitistas pela sua pretensa vinculação ao comunismo internacional.

Esta foi apenas uma amostra do teor vigoroso de repreensão ao governo de Goulart que vemos nas revistas consultadas. Tal posicionamento explicitamente contestatório acabou por auxiliar na configuração de um clima de tensão latente sobre as ações

governamentais e que, unido ao discurso contrário ao governo vigente então e difundido por outros órgãos de imprensa, entidades e grupos de oposição, auxiliaram a conformar um ambiente mais afeito a aceitação da tese do avanço comunista no país e, em decorrência, na legitimação do golpe de 1964 como aceitável ou mesmo necessário (mesmo que para isso a democracia tenha sido suspensa e um regime de exceção ditatorial instaurado).

Folhear as páginas de Ação Democrática é tomar contato com uma miríade de argumentações antigovernistas e, portanto, conhecer com maior profundidade as posições em conflito político no contexto pré-golpe. O IBAD teve suas atividades investigadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e foi suspenso em duas ocasiões, no ano de 1963, pouco depois foi dissolvido. Sua obra, no entanto, permaneceu ao articular bandeiras caras a outros grupos de direita e reverberar o anticomunismo professo em suas várias formas e meios de atuação.

Gizele Zanotto

Professora do Curso de História/UPF

Fonte: Acervo do AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Data : 08/10/2010

Título : O desenvolvimento de Passo Fundo e o Grupo Busatto

Categoria: Artigos

Descrição: Passo Fundo hoje é considerada a maior cidade do norte do estado, com uma população aproximada de 195.000 habitantes, segundo os dados do IBGE de 2010.

O desenvolvimento de Passo Fundo e o Grupo Busatto

Sexta-Feira, 08/10/2010 por Arquivo Histórico Reginal

Passo Fundo hoje é considerada a maior cidade do norte do estado, com uma população aproximada de 195.000 habitantes, segundo os dados do IBGE de 2010. Conhecida nacionalmente como Capital do Planalto Médio e Capital Nacional da Literatura, tem sua formação iniciada a partir de 1827, com a fixação do Cabo Manuel José das Neves no território que originaria, anos depois, em 1857, o atual município.

A nova configuração político-administrativa e os acontecimentos desenrolados na região durante o século XIX (Revoluções Farroupilha e Federalista, especialmente) contribuíram, também, para o desenvolvimento local e regional. Em 1887 o município contava com 20.000 habitantes e a vila com 277 casas. Em decorrência do aumento progressivo de moradores foram sendo instalados, aos poucos, serviços comerciais, de correio, telégrafo, viação férrea, telefonia, energia elétrica, canalização da água e esgoto, asfaltamento, etc. Em 1980, Passo Fundo já contava com 850 estabelecimentos comerciais. Tais empreendimentos do setor terciário são bem desenvolvidos na cidade, o que acarreta diversidade de oferta para atender a uma expressiva demanda, visto que o público consumidor abrange cerca de cinquenta municípios da região. O estabelecimento comercial Busatto, Langaro e Cia. faz parte desta história, foi um dos comércios pioneiros que contribuíram para o desenvolvimento desse setor no município.

A família Busatto migrou da Itália para o Brasil em 1885 estabelecendo-se, inicialmente, na cidade de Antonio Prado, no Rio Grande do Sul, onde se dedicaram à atividade da sapataria. Ainda em fins do século XIX abriram uma pequena loja na vila de nove casas, onde anexaram curtume à sapataria. Com o passar dos anos, os Busatto abriram crédito em uma empresa de Porto Alegre, adquirindo melhores condições para novos investimentos. Assim, passaram a explorar o ramo de "secos e molhados" em 1903. Em 1912 já evidenciavam sua marca de fortes comerciantes e empreendedores, tendo em São Luiz de Guaporé cinco casas comerciais e, em Passo Fundo, armazéns para depósito de produtos exportáveis.

Ainda derivada de tal crescimento contínuo dos empreendimentos, em 1924 constituiu-se a firma Busatto, Irmãos e Cia. em Passo Fundo. Desta constituição derivou o moinho produtor da farinha "Excelsa". Além deste investimento, uma refinaria de banha produtora de cerca de 400 caixas diárias foi constituída. As novas produções evidenciam a diversidade de ramos nas quais a empresa mobilizava seu capital, assim como nos faz avaliar o desenvolvimento geral do município em função da abertura de comércios variados para atender a um público consumidor crescente e carente de produtos dos mais variados tipos.

Em 1º de julho de 1930, a família Busatto associa-se à família Langaro, iniciando assim a firma Busatto, Langaro e Cia., com 78 empregados e operários. Esta empresa já surge como um dos maiores complexos comerciais da época. A atuação da Busatto,

Langaro e Cia. continuou até os anos 1950, quando ocorreu sua falência. Todavia, os Busatto ainda se mantêm no ramo comercial. Atualmente esse grupo reduziu-se a uma casa comercial situada na Avenida Presidente Vargas, onde oferta produtos diversos de utilidades e ferragens. O moinho, símbolo da empresa pujante de outrora, ainda se mantêm de pé, mas há algum tempo a construção abriga uma casa noturna.

Em toda a trajetória do grupo Busatto, destacou-se o senso comercial e empreendedor, assim como a luta para o desenvolvimento da empresa, coadunado à da própria cidade. O grupo Busatto marcou a história de Passo Fundo e da região e ainda constitui-se num marco referencial para a compreensão do desenvolvimento econômico do município, visto sua importância como pioneiro e empreendedor na região norte do Rio Grande do Sul de outrora.

Lindalva S. L. Miola e Alexandra Zimmermann

Acadêmicas do 3º nível do Curso de História UPF

Fonte: Acervo AHR

Data : 24/09/2010

Título : O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL EM TAPEJARA

Categoria: Artigos

Descrição: Nos últimos anos, Tapejara sofreu grandes transformações, tanto no âmbito econômico como social.

O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL EM TAPEJARA

Sexta-Feira, 24/09/2010 por Arquivo Histórico Reginal

Nos últimos anos, Tapejara sofreu grandes transformações, tanto no âmbito econômico como social. Tais mudanças ocorreram devido à industrialização que contribuiu muito para o desenvolvimento local gerando emprego, renda e promovendo o crescimento da cidade. Neste sentido, é significativo avanço numérico alcançado pelo município. Em 1999, Tapejara possuía 62 indústrias, 210 casas comerciais e contava com agricultura e pecuária bem desenvolvidas. Atualmente o setor industrial possui 167 empresas, o setor do comércio 1161 (entre prestadores de serviço, representantes comerciais, autônomos e setor de transportes), totalizando 1328 estabelecimentos industriais e comerciais.

Tapejara também se destaca pela produção agrícola, no entanto o que mais se evidencia atualmente em termos econômicos é seu vasto distrito industrial que produz artigos e produtos diversos como jeans, couro, móveis, confecções, balas, chocolates, derivados do leite, forros em PVC, metalurgia, etc., obtendo destaque como pólo regional de desenvolvimento marcado pela variedade e qualidade dos produtos. Porém, todos esses aspectos suscitaram muitas conseqüências para a população e também para o meio ambiente.

As empresas Tapejarenses possuem ações de integração para o desenvolvimento de novos projetos, identificação de demandas específicas e investimentos que contribuem para o progresso regional. Uma das realizações que corroboram tais questões foi a iniciativa de parte dos empresários de realizar a primeira Expotapejara, em novembro de 1999. Com esse evento foi possível expor as potencialidades do município e atrair empresários e visitantes de toda a região, destacando assim a diversidade das indústrias, dos produtos e serviços que geram renda e emprego. Todavia, para além dos muitos aspectos positivos, destacamos que o rápido processo de industrialização não se efetivou sem o surgimento de problemas significativos.

O crescimento muito acelerado da população é um deles. Esse problema ocorre devido ao fato de que o município possuía uma infra-estrutura bem organizada, oferta de mão-de-obra e um grande mercado consumidor. Todos esses elementos atraem muitas pessoas da região, de outros estados e também migrantes que deixam o campo para viver na cidade. Todavia, o aumento populacional progressivo acaba causando uma série de problemas na sociedade e na própria natureza. Dentre eles destacam-se o desemprego, o aumento da criminalidade, da violência, do número de pessoas carentes, a precariedade no abastecimento de água, da rede de esgoto sanitário, da coleta de lixo, no atendimento à saúde pública, na energia elétrica, no transporte coletivo, na educação, a degradação do meio ambiente, etc. Outro problema derivado deste processo de industrialização acelerada é a má distribuição de renda. O município apresenta índices significativos de desigualdades econômicas entre os cidadãos.

A industrialização contribui muito para o crescimento e desenvolvimento do município, porém todos os fatores citados demonstram a problemática enfrentada diariamente pelos cidadãos, evidenciando que a industrialização não traz somente benefícios, mas também danos ao meio ambiente e a vida das pessoas. Assim, defendemos que refletir sobre tais questões e tentar solucionar e minorar eventuais conseqüências negativas também deve fazer parte do pensar o município e o seu desenvolvimento.

Por Joana Scariot

Acadêmica do curso de História da UPF

Fonte: Acervo AHR

Data : 21/12/2013

Título : O Ensino e o Local de Memória

Categoria: Artigos

Descrição: O Arquivo Histórico Regional (AHR) é, na maior parte do tempo, um local silencioso e tranquilo. Apesar de alguns inevitáveis sons do centro da cidade...

por Arquivo Histórico Regional

O Arquivo Histórico Regional (AHR) é, na maior parte do tempo, um local silencioso e tranquilo. Apesar de alguns inevitáveis sons do centro da cidade, dentro o que predomina é um ambiente típico de um local de concentração, com seu cheiro característico, devido aos longos anos de vida dos papéis ali armazenados e uma iluminação propícia para a leitura. Pode-se dizer um local aconchegante para se ler livros, investigar em jornais ou simplesmente organizar um trabalho de pesquisa, geralmente com um pequeno número de pessoas presentes. Porém, em certos dias essa ordem predominante é deturpada e um ambiente que geralmente recebe poucas pessoas é inundado por uma torrente de trinta a quarenta estudantes que estão ali para aproveitarem o local de uma forma diferente.

Uma sala de aula como geralmente se conhece em Passo Fundo, é formada por um conjunto de carteiras enfileiradas ordenadamente em direção ao professor que trabalha em pé, os estudantes passam grande parte do tempo sentados, modificando seu espaço apenas nos intervalos, nas aulas de Educação Física ou, em alguns casos, de Informática. É nesses locais que os estudantes precisam discutir os conhecimentos propostos pelo professor em sua forma mais abstrata, já formulada e reformulada várias vezes pelo próprio professor ou pelos livros didáticos. A disciplina de História, apesar de geralmente vinculada a essa organização, tem um potencial bastante interessante de possibilitar uma mudança de ambiente de ensino, que acaba favorecendo uma nova relação com o conhecimento proposto em sala de aula. O AHR proporciona essa nova relação ao abrir as portas para receber os estudantes de escolas da região de Passo Fundo.

Mas, o que existe de tão interessante no Arquivo Histórico Regional para o conteúdo aprendido em sala de aula? Primeiramente, a própria relação com a organização do acervo. Os arquivos históricos são centros interdisciplinares, onde existe a relação entre a Biologia (controle dos agentes biológicos que podem ser danosos ao acervo e o próprio papel que é feito de material biológico), a Química (necessidade do conhecimento do processo químico existente na degradação e na restauração do

papel), a Física (devido ao conhecimento dos efeitos da umidade, da variação de temperatura e da própria forma com que o acervo é acondicionado), a Arquivologia (a própria organização do acervo) e sem esquecer da querida História que atribui sentido a esse local.

Na visita os estudantes podem ver o uso, e a necessidade do uso, de uma gama de conhecimentos que eles aprendem em sala de aula, mais especificamente, na disciplina de História. Eles podem ter contato com a matéria-prima do conhecimento produzido, e ainda mais, fontes primárias para a história local, pois o acervo possui documentos da cidade e da região. Torna-se, então, um local que possibilita o relacionamento de acontecimentos mais próximos com as questões nacionais, vistas no currículo comum. Ao aproximar-se esse conteúdo do espaço de convívio cotidiano acaba-se por expandir a história da sala de aula e abranger-se muitas vezes outros lugares frequentados pelos estudantes – onde o interesse maior não é, necessariamente, o do aprendizado – possibilitando que a realidade também transforme em estudo da História o que está fora da sala de aula.

A grande vantagem de se pensar a história em conjunto com a realidade do estudante, é de torná-la cotidiana e assim mais frequente na memória, possibilitando a compreensão e a relação de mais conteúdos que reconstróem os espaços de convívio. Isso pode passar a ser visto de uma forma mais ampla e mais próxima, ao pensar o local como também parte da história. O Arquivo Histórico Regional, além de ser um local que armazena as fontes históricas, pelo seu conteúdo também é um ambiente de ligação entre o passado e o presente.

Pedro Alcides de Mello

Acadêmico do 4º semestre

curso de graduação em História da UPF (bolsista PIBID/UPF)

Fonte: Acervo AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção

expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Do Jornal

O Nacional

Sábado, 21/12/2013 às 07:14

Data : 23/12/2013

Título : O Ensino e o Local de Memória

Categoria: Artigos

O Arquivo Histórico Regional (AHR) é, na maior parte do tempo, um local silencioso e tranquilo. Apesar de alguns inevitáveis sons do centro da cidade, dentro o que predomina é um ambiente típico de um local de concentração, com seu cheiro característico, devido aos longos anos de vida dos papéis ali armazenados e uma iluminação propícia para a leitura. Pode-se dizer um local aconchegante para se ler livros, investigar em jornais ou simplesmente organizar um trabalho de pesquisa, geralmente com um pequeno número de pessoas presentes. Porém, em certos dias essa ordem predominante é deturpada e um ambiente que geralmente recebe poucas pessoas é inundado por uma torrente de trinta a quarenta estudantes que estão ali para aproveitarem o local de uma forma diferente.

Uma sala de aula como geralmente se conhece em Passo Fundo, é formada por um conjunto de carteiras enfileiradas ordenadamente em direção ao professor que trabalha em pé, os estudantes passam grande parte do tempo sentados, modificando seu espaço apenas nos intervalos, nas aulas de Educação Física ou, em alguns casos, de Informática. É nesses locais que os estudantes precisam discutir os conhecimentos propostos pelo professor em sua forma mais abstrata, já formulada e reformulada várias vezes pelo próprio professor ou pelos livros didáticos. A disciplina de História, apesar de geralmente vinculada a essa organização, tem um potencial bastante interessante de possibilitar uma mudança de ambiente de ensino, que acaba favorecendo uma nova relação com o conhecimento proposto em sala de aula. O AHR proporciona essa nova relação ao abrir as portas para receber os estudantes de escolas da região de Passo Fundo.

Mas, o que existe de tão interessante no Arquivo Histórico Regional para o conteúdo aprendido em sala de aula? Primeiramente, a própria relação com a organização do acervo. Os arquivos históricos são centros interdisciplinares, onde existe a relação entre a Biologia (controle dos agentes biológicos que podem ser danosos ao acervo e o próprio papel que é feito de material biológico), a Química (necessidade do conhecimento do processo químico existente na degradação e na restauração do papel), a Física (devido ao conhecimento dos efeitos da umidade, da variação de temperatura e da própria forma com que o acervo é acondicionado), a Arquivologia (a própria organização do acervo) e sem esquecer da querida História que atribui sentido a esse local.

Na visita os estudantes podem ver o uso, e a necessidade do uso, de uma gama de conhecimentos que eles aprendem em sala de aula, mais especificamente, na disciplina de História. Eles podem ter contato com a matéria-prima do conhecimento produzido, e ainda mais, fontes primárias para a história local, pois o acervo possui documentos da cidade e da região. Torna-se, então, um local que possibilita o relacionamento de acontecimentos mais próximos com as questões nacionais, vistas no currículo comum. Ao aproximar-se esse conteúdo do espaço de convívio cotidiano

acaba-se por expandir a história da sala de aula e abranger-se muitas vezes outros lugares frequentados pelos estudantes – onde o interesse maior não é, necessariamente, o do aprendizado – possibilitando que a realidade também transforme em estudo da História o que está fora da sala de aula.

A grande vantagem de se pensar a história em conjunto com a realidade do estudante, é de torná-la cotidiana e assim mais frequente na memória, possibilitando a compreensão e a relação de mais conteúdos que reconstróem os espaços de convívio. Isso pode passar a ser visto de uma forma mais ampla e mais próxima, ao pensar o local como também parte da história. O Arquivo Histórico Regional, além de ser um local que armazena as fontes históricas, pelo seu conteúdo também é um ambiente de ligação entre o passado e o presente.

Pedro Alcides de Mello

Acadêmico do 4º semestre curso de graduação em História da UPF (bolsista PIBID/UPF)

Fonte: Acervo AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Ano : 2010

Título : O Felisberto de Lucas Anes

Categoria: Artigos

A matriz africana, caracteriza de modo singular nossa sociedade. Cada um dos cerca de 4 milhões de africanos que chegaram ao Brasil em mais de três séculos de escravidão não deixaram apenas melanina. A onipresença destes trabalhadores escravizados nos mais diversos ramos da sociedade, identifica categoria fundamental da história nacional.

Evidenciar as funções e os sentidos da escravidão na estruturação societária brasileira configura árdua tarefa. Por exemplo, ao analisar valiosos inventários dispostos no AHR (arquivo histórico regional) de poucas décadas atrás e encontrar nossos antepassados na parte de bens semoventes, visto de hoje, pode nos

estorrecer. Deste modo, visitar nossos arquivos, como o desta cidade, aumenta consideravelmente nossa percepção.

No Brasil meridional o papel do cativo africano, portanto, teve destaque. Identificar o perfil, destes “arquitetos” é um dever. Uma possibilidade aventada para contribuir à compreensão deste processo consiste na análise de documentos de alforria. A obra elaborada pelo APERS (arquivo público do Rio Grande do Sul) “Documentos da Escravidão: Cartas de Liberdade”, de 2006, apresenta grande volume de informações, registradas nos tabelionatos do interior sul-rio-riograndense distribuídas por quase todo o século XIX, inclusive em Passo Fundo.

Com orientação do professor Mario Maestri elucidaremos breves considerações. Os escravos tinham seus nomes de batismo atribuídos pelos escravizadores quando registrados na costa africana e até mesmo os nascidos no Brasil tinham suas designações cristãs definidas pelos proprietários. As denominações podem indicar procedência, como: “Manuel Congo”, a profissão: “Pedro Pedreiro”, e o local de embarque: “Francisco Mina” (fortaleza de São Jorge da Mina na costa africana). Com relação aos proprietários podemos desmitificar a tese da opulência de cativos junto a um núcleo familiar. Cidadãos proeminentes como o advogado e líder político Cel. Gervásio Lucas Anes grande responsável pelo desenvolvimento desta cidade, consta alforriando o cativo “Felisberto”, pardo, 25 anos, em 1879 “sem cláusulas ou condições alguma”.

É salutar compreender as cartas de alforria também como elemento estrutural da sociedade escravista. A tentativa de perpetuação do status quo se caracteriza em diversos momentos. Há uma verdadeira epopéia em voga de que a escravidão findou, em comparação às outras regiões do país, primeiramente em nossas bandas, no ano de 1884. Ignora-se as diversas imposições verificadas nas manumissões onde encontramos com recorrência, escravistas até depois da morte! A carta foi concedida “com a condição de me prestarem serviços durante a minha vida”, e ainda a vida dos herdeiros. Constatou-se o maior índice de alforrias distribuídas aos afrodescendentes, àqueles nascidos no Brasil, a época comumente conhecidos como “crioulos”, também às mulheres, ainda que a população masculina fosse predominante.

Ser escravo no Brasil diz respeito a cada um de nós, a suposta “democracia racial”, terra de pardos, deve pautar pela afirmação de Congos, Benguelas, Rebolos, Moçambiques, Nagôs... Esquecer nosso currículo nos faz olhar com estranhamento nossos recentes visitantes senegaleses, portanto tratemos de compreender nossas verdadeiras raízes.

Fabiano Barcellos Teixeira,
acadêmico VIII nível de História da UPF

Data : 23/12/2010

Título : O Movimento Estudantil na UPF

Categoria: Artigos

Descrição: O final do período militar no Brasil favoreceu o aparecimento de inúmeros movimentos e organizações que aceleraram o processo de redemocratização já em curso no país.

O Movimento Estudantil na UPF

Quinta-Feira, 23/12/2010 por Arquivo Histórico Reginal

O final do período militar no Brasil favoreceu o aparecimento de inúmeros movimentos e organizações que aceleraram o processo de redemocratização já em curso no país. Entre estes, o movimento estudantil (ME) se apresentou com destaque especial. No caso das universidades brasileiras aumentou o número de militantes estudantis relacionados a correntes políticas chamadas de esquerda muito em função da oposição ao regime autoritário então vigente. Não se pode desconsiderar que do lado oposto à esquerda encontravam-se grupos ou lideranças que abertamente mantinham um discurso de apoio ou adesão ao regime militar.

A partir de 1977 iniciou um período decisivo no processo de enfraquecimento do regime militar. Mesmo considerando as diferenças ideológicas das correntes de esquerda atuantes no país, sobretudo no próprio movimento estudantil, naquele momento havia um inimigo comum a derrotar e este fator lhes propiciava alguma unidade de ação. Essencialmente as bandeiras de luta se pautavam na redemocratização da política brasileira e na defesa da anistia ampla, geral e irrestrita. Com certa abertura iniciada no fim dos anos 70, houve um revigoramento das entidades de representação estudantil, até então atuando na clandestinidade. Com o fim da vigência do Decreto 477, e outros atos de repressão aos estudantes, em maio de 1979, foi possível a realização do 31º Congresso da UNE, em Salvador, com 10 mil participantes.

A Universidade de Passo Fundo, fundada em pleno período de ditadura militar, no ano de 1968, conheceu formas de organização estudantis predominantemente ajustadas às condições políticas que restringiam a liberdade de manifestação e de autonomia estudantis. Após 10 anos de fundação da Universidade, deu-se o início da

reorganização da esquerda estudantil em Passo Fundo. A partir desse momento cresceu expressivamente a presença e a participação dos estudantes em espaços políticos dentro e fora da Universidade.

Pautando-se nesta conjuntura mais amena em relação à repressão, foi organizada a primeira eleição direta para o DCE da UPF, realizada no dia 18 de novembro de 1979. Observa-se que nesta eleição a força representativa da chapa de situação denominada “Renovação” tinha como base de sustentação um bloco de diretórios acadêmicos: Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, Faculdade de Engenharia, de Educação Física, Direito, Ciências Biológicas e Instituto de Artes. A chapa “Rever”, de oposição, foi constituída principalmente por acadêmicos dos cursos de Agronomia, de Medicina, de Psicologia, de Pedagogia e de Odontologia.

A chapa vitoriosa nessas eleições foi a “Renovação”, liderada por Olvir Favaretto, acadêmico da Faculdade de Direito. A apuração dos votos revelou o clima acirrado e de grande disputa: votaram 3297 estudantes, sendo que a “Renovação” obteve 1632 votos e a oposição 1574. Uma pequena diferença, de apenas 42 votos, definiu o pleito de 1979, fato que se repetiu nos anos seguintes. Mesmo que incipiente, o movimento estudantil da UPF passa a apresentar vitalidade crescente no contexto da abertura, quando as possibilidades de autonomia, debate e liberdade de organização foram consolidados no país pós-ditatorial.

Por: Ana Cristina Cesar de Góis

Acadêmica do Curso de História-UPF

Fonte: Acervo AHR

Data : 12/10/2013

Título : O mundo em papel couchê

Categoria: Artigos

Descrição: A revista “O Cruzeiro”, da qual o acervo de periódicos do AHR tem vários exemplares, foi criada em 10 de novembro de 1928 nos arranha-céus da cidade do Rio de Janeiro, na rua do Livramento, nº 189, no então estado da Guanabara.

por Arquivo Histórico Regional

A revista “O Cruzeiro”, da qual o acervo de periódicos do AHR tem vários exemplares, foi criada em 10 de novembro de 1928 nos arranha-céus da cidade do Rio de Janeiro, na rua do Livramento, nº 189, no então estado da Guanabara. Foi considerada uma revista à frente de seu tempo e, mais tarde, ficou mais conhecida como o mundo em papel couchê. Circulava em todo o Brasil, em Portugal, na Argentina, no Chile, no México e em mais de 142 países. Focando desde conhecimentos gerais e de entretenimento, priorizando de forma marcante os assuntos relacionados com economia e política de âmbito nacional e internacional. Atendia, em suas 150 páginas semanais, público diversificado, desde as camadas populares até os intelectuais.

Em seus 47 anos de circulação conheceu o apogeu, a glória, a fama e a decadência através de inúmeras reportagens que marcaram a história: o carnaval do Rio de Janeiro, a morte de Getúlio Vargas, o disco voador na Barra da Tijuca, a bomba atômica Russa, o desembarque de tropas americanas no Líbano, a espionagem em Berlim.

A revista O Cruzeiro representou mais do que uma revista ilustrada, foi modelo para a mídia brasileira lançando novos modos de comunicação. Foi projetada para ser a mais moderna publicação do Brasil, tendo circulação em todas as regiões do país, com uma tiragem inicial de 50 mil exemplares, um recorde para os padrões da época. Chegando ao ápice com o número de 600.000 exemplares publicados entre a metade e o final da década de 1950.

As representações feitas nas páginas da revista O Cruzeiro possibilitam captar uma história em movimento, relacionando os personagens com as práticas sociais de um determinado período. A revista é fonte de sua própria história e das mais diversas situações, encontrando dados sobre a sociedade, seus ritos e costumes, informando sobre questões políticas e econômicas inseridas em suas representações através de seus textos e imagens.

A imprensa não controla as atitudes, crenças e pensamentos do público receptor, mas traz para sua atenção uma seleta agenda de tópicos para se pensar a respeito. Os corpos podem ser torturados, amordaçados, repreendidos, mas o pensamento de um homem jamais vai ser reprimido. Onde quer que a imprensa seja livre e todos os homens saibam ler, tudo está salvo, dizia Thomas Jefferson.

A revista O Cruzeiro possibilita aos historiadores realizarem profunda análise crítica-reflexiva sobre o contexto da época. Suas páginas são fonte de pesquisa, abrindo-nos um leque de possibilidades para ampliar nossos estudos sobre os acontecimentos históricos daquelas décadas.

Leonice Portela

Acadêmica do 7º semestre

curso de graduação em História da UPF (bolsista PIBIC/UPF)

Fonte e Imagem: Acervo AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção

Expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Do Jornal

O Nacional

Sábado, 12/10/2013 às 08:00

Data : 26/09/2013

Título : O mundo em papel couchê

Categoria: Artigos

A revista “O Cruzeiro”, da qual o acervo de periódicos do AHR tem vários exemplares, foi criada em 10 de novembro de 1928 nos arranha-céus da cidade do Rio de Janeiro, na rua do Livramento, nº 189, no então estado da Guanabara. Foi considerada uma revista à frente de seu tempo e, mais tarde, ficou mais conhecida como o mundo em papel couchê. Circulava em todo o Brasil, em Portugal, na Argentina, no Chile, no México e em mais de 142 países. Focando desde conhecimentos gerais e de entretenimento, priorizando de forma marcante os assuntos relacionados com economia e política de âmbito nacional e internacional. Atendia, em suas 150 páginas semanais, público diversificado, desde as camadas populares até os intelectuais.

Em seus 47 anos de circulação conheceu o apogeu, a glória, a fama e a decadência através de inúmeras reportagens que marcaram a história: o carnaval do Rio de Janeiro, a morte de Getúlio Vargas, o disco voador na Barra da Tijuca, a bomba atômica Russa, o desembarque de tropas americanas no Líbano, a espionagem em Berlim.

A revista O Cruzeiro representou mais do que uma revista ilustrada, foi modelo para a mídia brasileira lançando novos modos de comunicação. Foi projetada para ser a mais moderna publicação do Brasil, tendo circulação em todas as regiões do país, com uma tiragem inicial de 50 mil exemplares, um recorde para os padrões da época. Chegando ao ápice com o número de 600.000 exemplares publicados entre a metade e o final da década de 1950.

As representações feitas nas páginas da revista O Cruzeiro possibilitam captar uma história em movimento, relacionando os personagens com as práticas sociais de um determinado período. A revista é fonte de sua própria história e das mais diversas

situações, encontrando dados sobre a sociedade, seus ritos e costumes, informando sobre questões políticas e econômicas inseridas em suas representações através de seus textos e imagens.

A imprensa não controla as atitudes, crenças e pensamentos do público receptor, mas traz para sua atenção uma seleta agenda de tópicos para se pensar a respeito. Os corpos podem ser torturados, amordaçados, reprimidos, mas o pensamento de um homem jamais vai ser reprimido. Onde quer que a imprensa seja livre e todos os homens saibam ler, tudo está salvo, dizia Thomas Jefferson.

A revista O Cruzeiro possibilita aos historiadores realizarem profunda análise crítica-reflexiva sobre o contexto da época. Suas páginas são fonte de pesquisa, abrindo-nos um leque de possibilidades para ampliar nossos estudos sobre os acontecimentos históricos daquelas décadas.

Leonice Portela

Acadêmica do 7º semestre do curso de graduação em História da UPF (bolsista PIBIC/UPF)

Fonte e Imagem: Acervo AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Ano : 2010

Título : O palácio da Maroca

Categoria: Artigos

Nas décadas de 40 e 50 quem nunca ouviu falar da Maroca, Olívia, Maria Bigode, Maria Preta, Seu Flores... Eles eram personagens importantes da noite passo-fundense. Na rua XV de novembro se localizava a área do meretrício, um lugar de alto nível e muito organizado. Não era qualquer homem que poderia desfrutar de seus atrativos. Nessa mesma rua, entre a Independência e a General Osório era onde se encontravam as melhores casas para se divertir. Na esquina da General Osório, nº 1231 funcionava o Cassino da Maroca.

Ele era o melhor lugar para passar a noite. Tanto para os homens da cidade, como os que passavam por aqui devido aos negócios. Passar a noite em Passo Fundo e não conhecer a Rua XV de novembro era intolerável. Dona Maroca não se descuidava quando o assunto eram os atrativos oferecidos: havia roleta, sala de jogos, carteados, salão de danças, palco para os shows, restaurante. Apesar de ser um lugar considerado imoral por toda a sociedade, vale ressaltar que gerou empregos para a cidade, pois precisavam de garçons, cozinheiros, músicos, faxineiras, lavadeiras, cabeleireiros, modistas... e é claro os taxistas. Eles deveriam ter tantas histórias pra contar, de homens da alta sociedade que se perdiam por ali, dos forasteiros que precisavam ser carregados de tão alcoolizados que estavam e até mesmo dos homens que se apaixonavam pelas lindas mulheres da casa. E em relação a elas, todas as recordações descrevem mulheres estonteantes. Elas eram em sua maioria vindas da Argentina e do Uruguai e seu contrato era renovado de 30 em 30 dias (contratadas como auxiliares do lar) para que não criassem vínculos com os freqüentadores. Isso ajudava na fama do Cassino, pois sempre havia novas mulheres. Vestiam-se muito bem e usavam jóias que não deixavam nada a desejar se comparadas com a das mulheres de família da alta sociedade. O lugar era tão requintado que para embalar as noites, grandes orquestras se apresentavam lá, vindas de Buenos Aires. Em especial a famosíssima orquestra do maestro Estevão Zabalias. O Cassino inspirava curiosidade não só das moças de família, mas como dos homens delas também. Tanto é, que de ouvir sua avó contando sobre os acontecimentos de lá, a artista plástica Ruth Schneider fez uma série de quadros em homenagem ao lugar. O auge do Cassino foi no período do fim e pós Segunda Guerra, quando havia forte contrabando de pneus na região.

Em 1946, Dona Maroca alugou o lugar, e os novos administradores não devotaram ao lugar os mesmos cuidados que ela, e aos poucos o brilho foi se perdendo.

Em 1955 às vésperas do centenário da cidade, toda a sociedade passo-fundense apoiou a campanha para que a área do meretrício saísse do meio urbano. Em 1956 as casas começaram a se mudar, já que novos alvarás não foram expedidos, dando seu lugar para que famílias residissem ali. De tal modo teve fim o Palácio da Maroca.

Durante a época da Ditadura Militar funcionou no prédio o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), passou mais alguns anos sem utilização para depois servir de sede ao CIST (Comunidade Internacional de Saúde aos Trabalhadores). Nos últimos anos vem sendo habitado por usuários de drogas, que amedrontam a vizinhança.

O Cassino da Maroca foi um lugar de grande importância na vida social passo-fundense. Seu prédio, hoje abandonado, deveria ser tombado como patrimônio histórico da cidade. Mas, nós bem sabemos qual é o seu destino, como o de tantos outros prédios antigos e importantes desta cidade: a demolição.

Helena Teston

Acadêmica do 5º nível do Curso de História.

Fonte: Acervo AHR

Data : 01/07/2011

Título : O Plano cruzado e a busca pela estabilização da moeda

Categoria: Artigos

Descrição: Inflação, essa palavra usada amplamente no meio econômico é também uma velha conhecida de muitos brasileiros.

O Plano cruzado e a busca pela estabilização da moeda

Sexta-Feira, 01/07/2011 por Arquivo Histórico Reginal

Inflação, essa palavra usada amplamente no meio econômico é também uma velha conhecida de muitos brasileiros. O histórico da economia do Brasil registra longos períodos em que convulsões foram duramente sentidas por toda a população. Nos anos 1980, muito da visão de progresso e modernidade que o Brasil anteriormente vivenciara foram substituídos pela incerteza e pelo descontentamento, originados, sobretudo, pelo colapso na economia que fez com que muitos especialistas considerassem aquele período como a década perdida para a economia brasileira.

De 1979 a 1985 a inflação chegou ultrapassar 200% ao ano. Com isto, os salários perderam seu valor real, o poder de compra da população diminuiu e a economia estagnou. As principais razões que explicam esses acontecimentos são os desequilíbrios internos, principalmente o crescimento exagerado das despesas do governo, as mudanças desfavoráveis na economia internacional – como o choque do petróleo e dos juros –, e o peso insustentável da dívida externa que se gerou para cobrir os déficits governamentais.

Durante os tempos de crise foram criados vários planos na tentativa de estabilizar a economia brasileira. O Plano Cruzado foi elaborado pela equipe econômica do governo de José Sarney como parte de um pacote de medidas para tentar combater o aumento da inflação. Entre as propostas lançadas pelo plano estava a reforma monetária, que significou a troca do Cruzeiro pelo Cruzado, cujo valor correspondia a mil unidades da antiga cédula em vigor.

No dia 28 de fevereiro de 1986 a moeda brasileira foi substituída, e com isso se fez necessária a remarcação de preços. Era então, de extrema importância que as pessoas acompanhassem e fiscalizassem as remarcações para que os lojistas não desrespeitassem a ordem do governo de congelamento de preços. O apoio popular ao Plano Cruzado foi amplo e imediato em Passo Fundo, conforme noticiam os jornais. A população prontamente denunciou irregularidades cometidas por comerciantes e, em consequência disso, alguns supermercados foram fechados.

Entretanto, apesar do otimismo com uma possível solução da inflação, não faltaram críticas às atitudes do governo. Segundo os jornais passo-fundenses, alguns dirigentes de setores municipais ficaram perplexos com as medidas tomadas pelo Presidente da República. Para eles, tais propostas significavam a derrota do governo pela inflação e, por isso, perderia credibilidade ante a população. Já o setor comerciário recebeu animadamente a tentativa governamental de solucionar a alta de preços, pois, à primeira vista, os preços pareceriam mais baixos e isso aumentaria o consumo.

Também os políticos se posicionaram sobre o tema. Legisladores de Passo Fundo foram a público e, através dos jornais, explicitaram suas opiniões. Para a oposição, o trabalhador só saiu perdendo, visto que sua maior reivindicação era a revisão da política salarial, o que não foi realizado. Já para os aliados do governo Sarney, as medidas visavam somente o bem estar do povo.

As opiniões sobre o plano econômico naquela época variaram, mas as consequências das medidas de Sarney, hoje, já podem ser avaliadas com maior clareza. O governo pôde inicialmente obter sucesso, pois houve um aumento significativo no nível do emprego, porém, com ele veio também uma explosão de consumo sobre a demanda que já estava aquecida. A situação fiscal piorou, com o fim do imposto inflacionário e com o aumento dos salários do funcionalismo público. Aos poucos, o “círculo vicioso inflacionário” voltou a vigorar. Durante o restante do mandato de José Sarney sucederam-se muitos outros planos, que não resolveram eficientemente o problema econômico do país. A economia brasileira só pôde se reestabelecer novamente com bases mais estáveis com a implantação do Plano Real, em 1994.

Caroline Lisboa dos Santos

Acadêmica do Curso de História da UPF

Fonte: Acervo AHR

Ano : 2010

Título : O Povo Reclama...

Categoria: Artigos

E os tempos mudaram. Uma vez ou outra já ouvimos alguém dizer essa frase em rodas de conversa pelo centro da cidade. Mudaram os tempos, as pessoas e também as suas necessidades. Mudaram-se o ritmo e o modo de se fazer algumas coisas. A cidade aumentou, cresceu. Mas, algo continua igual. As pessoas continuam a reivindicar por direitos que acreditam serem corretos. Então, também é por isso que os tempos e as necessidades mudam. Algo que antes se reivindicou pela existência agora pode ter seus dias contados também pela mesma via. Ao que era necessário agora falta utilidade.

Um caso concreto ? sim. Em 1939 uma parte da população de Passo Fundo mais diretamente a que transitava entre as ruas 7 de Setembro e Independência reclamava junto a Seção de Obras da Prefeitura, como também através da imprensa – em uma nota intitulada “O povo reclama” –, a construção de uma escada naquele cruzamento, pois facilitaria “o trânsito público no prolongamento da mesma rua, ao atravessar os trilhos” – que estavam instalados à rua 7 de setembro. E a mesma nota ainda reforçava a idéia da grande falta de uma escada “muito principalmente nos dias chuvosos, quando o local torna-se intransitável e perigoso”.

E setenta anos após a solicitação atendida podemos ver outra, envolvendo o mesmo caso, entretanto no sentido contrário: “Escada na rua Independência é muito pouco utilizada pelos pedestres. No entanto, pode se transformar em via para carros resolvendo parcela dos problemas de fluxo no centro da cidade”, sendo a “solução mais adequada a todos”.

Questões de acesso e mesmo de segurança alicerçam as reivindicações atuais. E, realmente, no momento não há como dizer que essa transformação não colaboraria com a melhoria do trânsito e do fluxo de carros no centro da cidade, já tão comprometido. Mas, isso ainda é algo com o que o poder público, os que transitam no local e a sociedade como um todo terão que debater, já que se trata de um patrimônio de todos.

De “O Povo Reclama: falta uma escada” até “Escada sem função” passaram-se 70 anos e,... os tempos mudaram em nossa cidade.

Benhur Jungbeck

Mestre em História

Imagens: Escadaria da rua Independência esquina com Sete de Setembro

Fonte: Acervo AHR

Data : 23/07/2012

Título : O que eu penso da guerra – Reflexos de Leitura

Categoria: Artigos

Quando fui impelido a criar este artigo para a coluna Memórias do AHR fiquei imaginando, “meu Deus, o que escolher?”. Tudo parece tão interessante – e principalmente relevante - que se torna um ato extremamente injusto escolher de forma arbitrária um livro ou apenas um tema para discursar sobre o seu conteúdo maquiavelicamente. Resolvi então escrever sobre o porquê de todos os assuntos me parecerem tão interessantes. Primeiramente devo explicar que sou estagiário no Arquivo Histórico Regional e acadêmico do curso de História da Universidade de Passo Fundo. Como iniciante no curso, um assunto que me chamou atenção e é muito importante para este artigo foi discutido na disciplina Introdução aos Estudos Históricos: a questão que envolve os testemunhos voluntário e involuntário que são utilizados como fontes pelo pesquisador.

O testemunho voluntário agrega basicamente as informações que o locutor expôs com consciência, ou seja, geralmente a ideia central, o conteúdo mais explícito do texto. Em contrapartida existe o testemunho involuntário, este muito excitante, que coloca o leitor no papel do “investigador diante de um crime”; sob esta ótica devem-se procurar características ou informações passadas involuntariamente pelo autor, escritor ou locutor. São exemplos de informações involuntárias ferramentas de contextualização usadas pelos autores, que apresentam muitas características da mecânica do raciocínio do indivíduo, além de mostrarem um pouco do meio onde aquele está inserido. O próprio assunto já denota muitas interpretações possíveis.

Observando desta forma, qualquer panfleto de propaganda tem algum conteúdo carregado de significado. Então, em meio a meus trabalhos de organização e limpeza da biblioteca auxiliar do Arquivo eis que vem até mim um pequeno livro, publicado pela editora Livraria H. Antunes, chamado O que eu penso da guerra, escrito pelo Conde Leão Tolstoi, cuja edição é do ano de 1909. A obra foi traduzida por uma pessoa que eximiu seu nome do livro (talvez esse fosse o padrão editorial...) e a quem agora, 103 anos depois, não posso delegar o devido crédito. Como sou um apreciador de Tolstoi, somado a antiguidade do livro, fui exercitar os conteúdos recém-aprendidos na universidade. Logo pude constatar a peculiaridade da grafia do início do século passado com suas palavras atualmente excêntricas como “prophetas”, “condemno”, “sedução”, “syndicaes” ou “soffrem”, etc., encontradas logo nas páginas iniciais da publicação. Confrontado com este gigantesco número de palavras diferentes, acabei

descobrimos que a padronização da escrita portuguesa só foi iniciada com o primeiro acordo ortográfico de 1931, complementado por várias outras medidas e, mais recentemente, com o acordo de 2008.

O livro *O que eu penso da guerra* também desafiou meus conhecimentos sobre história geral ao citar a Revolução Russa de 1905 - que foi considerada um ensaio da revolução de 1917 que instaurou o governo bolchevique encabeçado por Vladimir Lênin na Rússia. Mais um pouco e meu cérebro recorda sobre os motivos da guerra russo-japonesa de 1905 – basicamente a posse dos territórios da Manchúria e Coréia por parte dos impérios russo e japonês –; a derrota russa agravou a situação do já combalido regime czarista. No texto o autor defende também uma ideia interessante quando profere “onde reside a civilização? Porque razão queres que eu coloque forçosamente na Europa? – Tecnologia não significa superioridade moral”. Com esta declaração Tolstoi é muito claro em sua crítica a ideia de modelo de civilização que os países europeus estabeleceram para si próprios, legitimando assim seus interesses e domínio sobre vastos territórios de todo o mundo (vários elementos do tal testemunho involuntário!).

Essas informações servem para situar o leitor daquele tempo e foram usadas para contextualizar e exprimir a ideologia de Tolstoi, sua abominação pela guerra e pela autocracia; além de enfatizar que “as repúblicas são iguais autocracias disfarçadas”. Além de um repúdio a guerra, Tolstoi apresenta uma crítica aos sistemas de governo existentes. Ele se nomeia como um “anarquista cristão” e prega que vivamos a vida como Jesus – na obra sua teoria é pormenorizada.

Para finalizar é preciso ter em mente que o texto ao qual tive acesso é uma tradução, realizada por alguém não nominado e as traduções sempre acabam gerando modificações feitas de forma voluntária e involuntária. Citar isso é importante e interessante. Estes são fatores humanos e relevantes – é importante que sempre se olhe um livro de forma cuidadosa, atentando para o contexto, principalmente o contexto temporal e cultural em que este livro é escrito e traduzido. Quem desejar saber mais sobre Tolstoi ou sobre outros assuntos de uma forma que desafie a atenção e satisfaça a mente, basta dirigir-se ao Arquivo Histórico Regional, localizado no Campus III da Universidade de Passo Fundo.

Pedro Alcides de Mello

Acadêmico do Curso de História

Fonte: Acervo AHR

* Os artigos expressam a opinião de seus autores.

Ano : 2014

Título : O Suicídio como Depuração

Categoria: Artigos

“O homem é o único ser vivente que, possuindo claro conceito de morte e vontade para vencer qualquer instinto, pode tirar a própria vida, ao dar conta que do balanço entre alegria e dor, a dor é o que predomina” (TANZI).

Vários são as razões que levam uma pessoa a cometer o ato do suicídio. A média de suicídios aumentou 60% nos últimos 50 anos. De acordo com os dados atuais (2014) da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 3.000 pessoas cometem suicídio por dia no mundo inteiro, aproximadamente uma pessoa a cada 30 segundos se mata. Ainda segundo a OMS estima-se que para cada pessoa que consegue se suicidar, existem mais de 20 que tentam sem sucesso. O mais preocupante é que a maioria dos casos de suicídio poderia ser previsto e evitado.

Atualmente o suicídio é uma das três principais causas de morte no mundo, porém o suicídio é antigo, mesmo a Bíblia faz referências ao assunto. Na década de 1950, mais precisamente no ano de 1957, no município de Soledade – RS ocorreram diversos suicídios, segundo análises em processos crimes encontrados no Arquivo Histórico Regional (UPF). Para cada dez suicídios cometidos entre 1950-1960, 8 eram de mulheres, e em 80% dos casos os fatos que levavam as mulheres a suicidar-se eram amorosos.

Existem diversas pesquisas realizadas com base em análises de autópsias, processos judiciais, cartas ou diários. É de suma importância conhecer o contexto social e a realidade em que cada ato transcorreu. Os processos que conduziram o artigo são como dito anteriormente da década de 1950, neste período as mulheres já tinham conquistado muito mais liberdade e autonomia se comparado com a década anterior. Porém, muitos autores como Estela Meneghel, Napoleão Teixeira, Charles Fauqué, entre outros, ainda afirmam que neste período as mulheres eram muito frágeis e dependentes do marido ou família. As mulheres solteiras ou noivas dependiam tanto dos pais quanto do futuro marido. Os processos observados são de mulheres solteiras, mas prestes a casar-se. Os três processos escolhidos as mulheres suicidaram-se por terem sido usadas (manterem relações íntimas) e abandonadas pelos noivos antes do casamento. Talvez a vergonha e a humilhação fosse insuperável para tais mulheres, de forma que a única maneira de não sofrer as consequências fosse a própria morte. Em uma das cartas das suicidas encontradas junto ao processo crime há a seguinte frase:

“Ele me fez me perder por três vezes e agora diz que não quer casar comigo... E assim como fui uma pobre desventurada termino com a minha vida para não dar desgosto a meus pais e irmãos.”.

Conhecendo o contexto histórico e social de Soledade na década de 1950 e com as análises das cartas deixadas explicando o motivo do suicídio fica claro que uma mulher que mantivesse relações sexuais antes do casamento e fosse descoberta perderia o respeito e causaria desgosto e humilhação à família. De certa forma segundo os casos analisados era melhor morrer do que “manchar” o nome da família.

Embora os suicídios relacionados a fatores amorosos ainda sejam comuns, a maioria não se define pelos mesmos motivos de 60 anos atrás. “Manchar” o nome da família ou ser apontada na rua já não tem a mesma importância. Os motivos atuais são na maioria das vezes mais pessoais e estão relacionados a questões de depressão. Ou seja, hoje as pessoas tendem a se matar para evitarem o seu próprio sofrimento e não o sofrimento alheio. O suicídio passa a ser encarado como a única alternativa para conflitos sociais e interpessoais.

Seja qual for o motivo que leve a pensar na própria morte o fato é que o suicídio seja de homens ou mulheres têm preocupado diversas organizações e órgãos de saúde, como a OMS que criou programas de prevenção ao suicídio. Aparentemente após milhões de suicídios em todo o mundo, os órgãos de saúde estão tratando o caso como um problema público, uma vez que o ato de um suicida abrange não somente sua vida, mas causa danos aos familiares e amigos. O suicídio como apontou Durkheim (1858 -1917) é antes de tudo, um fato coletivo e social.

Acadêmica: Gabriela de Andrade Porto (7º semestre do curso de história).

Data : 29/11/2014

Título : O Suicídio como Depuração

Categoria: Artigos

Descrição: Várias são as razões que levam uma pessoa a cometer o ato do suicídio. A média de suicídios aumentou 60% nos últimos 50 anos.

Sábado, 29/11/2014 às 07:11, por Arquivo Histórico Regional

Várias são as razões que levam uma pessoa a cometer o ato do suicídio. A média de suicídios aumentou 60% nos últimos 50 anos. De acordo com os dados atuais (2014) da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 3.000 pessoas cometem suicídio por dia no mundo inteiro, aproximadamente uma pessoa a cada 30 segundos se mata. Ainda segundo a OMS estima-se que para cada pessoa que consegue se suicidar, existem mais de 20 que tentam sem sucesso. O mais preocupante é que a maioria dos casos de suicídio poderia ser previsto e evitado.

Atualmente o suicídio é uma das três principais causas de morte no mundo, porém o suicídio é antigo, mesmo a Bíblia faz referências ao assunto. Na década de 1950, mais precisamente no ano de 1957, no município de Soledade – RS ocorreram diversos suicídios, segundo análises em processos crimes encontrados no Arquivo Histórico Regional (UPF). Para cada dez suicídios cometidos entre 1950-1960, 8 eram de mulheres, e em 80% dos casos os fatos que levavam as mulheres a suicidar-se eram amorosos.

Existem diversas pesquisas realizadas com base em análises de autópsias, processos judiciais, cartas ou diários. É de suma importância conhecer o contexto social e a realidade em que cada ato transcorreu. Os processos que conduziram o artigo são como dito anteriormente da década de 1950, neste período as mulheres já tinham conquistado muito mais liberdade e autonomia se comparado com a década anterior. Porém, muitos autores como Estela Meneghel, Napoleão Teixeira, Charles Fauqué, entre outros, ainda afirmam que neste período as mulheres eram muito frágeis e dependentes do marido ou família. As mulheres solteiras ou noivas dependiam tanto dos pais quanto do futuro marido. Os processos observados são de mulheres solteiras, mas prestes a casar-se. Nos três processos escolhidos as mulheres suicidaram-se por terem sido usadas (manterem relações íntimas) e abandonadas pelos noivos antes do casamento. Talvez a vergonha e a humilhação fosse insuperável para tais mulheres, de forma que a única maneira de não sofrer as consequências fosse a própria morte. Em uma das cartas das suicidas encontradas junto ao processo crime há a seguinte frase:

“Ele me fez me perder por três vezes e agora diz que não quer casar comigo... E assim como fui uma pobre desventurada termino com a minha vida para não dar desgosto a meus pais e irmãos.”. Conhecendo o contexto histórico e social de Soledade na década de 1950 e com as análises das cartas deixadas explicando o motivo do suicídio fica claro que uma mulher que mantivesse relações sexuais antes do casamento e fosse descoberta perderia o respeito e causaria desgosto e humilhação à família. De certa forma segundo os casos analisados era melhor morrer do que “manchar” o nome da família.

Embora os suicídios relacionados a fatores amorosos ainda sejam comuns, a maioria não se define pelos mesmos motivos de 60 anos atrás. “Manchar” o nome da família ou ser apontada na rua já não tem a mesma importância. Os motivos atuais são na maioria das vezes mais pessoais e estão relacionados a questões de depressão. Ou seja, hoje as pessoas tendem a se matar para evitarem o seu próprio sofrimento e não

o sofrimento alheio. O suicídio passa a ser encarado como a única alternativa para conflitos sociais e interpessoais.

Seja qual for o motivo que leve a pensar na própria morte o fato é que o suicídio seja de homens ou mulheres têm preocupado diversas organizações e órgãos de saúde, como a OMS que criou programas de prevenção ao suicídio. Aparentemente, após milhões de suicídios em todo o mundo, os órgãos de saúde estão tratando o caso como um problema público, uma vez que o ato de um suicida abrange não somente sua vida, mas causa danos aos familiares e amigos. O suicídio como apontou Durkheim (1858 -1917) é antes de tudo, um fato coletivo e social.

Gabriela de Andrade Porto

Acadêmica do Curso de História – UPF

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Ano : 2019

Título : Os 50 anos da primeira expedição tripulada rumo à Lua

Categoria: Artigos

Os 50 anos da primeira expedição tripulada rumo à Lua

Alex Antônio Vanin e Roberto Biluczyk

Mestrandos em História – PPGH/UPF

No contexto pós-Segunda Guerra Mundial, o mundo se dividiu em dois blocos econômicos antagônicos que disputavam, de maneira indireta, a influência sobre diversas partes do globo. Era a Guerra Fria. No centro desse conflito – que em certos momentos ameaçou se tornar “quente” –, os Estados Unidos da América (EUA)

lideravam o bloco capitalista, contrapondo-se à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que definia as ações do bloco socialista.

Há divergências entre os historiadores acerca do ponto exato de início da Guerra Fria, que marcou a segunda metade do século XX. Seu encerramento, porém, está relacionado com a decadência da URSS, entre 1987 e 1991, que culminou em sua dissolução, colocando fim à bipolarização, permitindo o avanço do processo de globalização, que transformou a geopolítica internacional.

Durante a Guerra Fria, os dois países líderes dos blocos eram desenvolvedores de tecnologias próprias, buscando não apenas a hegemonia do planeta, como a supremacia na corrida espacial. Dessa forma, as potências procuravam superar uma a outra em conquistas, a fim de demonstrar a própria superioridade. Nesse quesito, a URSS saiu na frente, enviando ao espaço, o primeiro ser vivo, a cadela Laika, em novembro de 1957. Em 1961, Yuri Gagarin (1934-1968), jovem militar da Força Aérea soviética, selecionado pelo programa espacial, alcançou êxito em sua missão de viajar pelo espaço sideral, tornando-se um símbolo de superioridade soviética naquele país.

Ainda em 1961, o Presidente dos EUA, John Fitzgerald Kennedy (1917-1963), anunciou a intenção de seu país em levar o ser humano à Lua, satélite natural da Terra, e trazê-lo de volta em segurança, antes do final da década. Através do Programa Apollo, produto de anos de pesquisa, os EUA cumpriram a promessa em 20 de julho de 1969, causando comoção na população, que pode assistir o acontecimento pela televisão.

A missão Apollo 11 envolveu o investimento de milhões de dólares e estava tripulada pelos astronautas Neil Armstrong (1930-2012), Edwin Aldrin Jr., conhecido como Buzz (1930-), e Michael Collins (1930-). Enquanto os dois primeiros pisaram sobre o satélite, o terceiro manteve a espaçonave na órbita da Lua. A ação foi amplamente destacada no mundo capitalista. A expedição produziu uma série de fotografias, que seriam divulgadas por revistas ilustradas brasileiras como Manchete e Fatos e Fotos.

O jornal O Nacional acompanhou em detalhes os desdobramentos da missão Apollo 11. No dia 16 de julho de 1969, destacava-se o começo da “mais fantástica aventura já tentada pelo homem”, conforme o periódico. Naquela quarta-feira, a espaçonave partia rumo à Lua, a fim de viabilizar pesquisas científicas sobre características observadas à distância por astrônomos. A mesma edição publicou em sua contracapa, a tabela de horários previstos para as ações dos astronautas. O entusiasmo se refletiria ainda nos dias seguintes, quando o jornal informaria pormenores operacionais sobre a viagem e a alunissagem – isto é, o pouso na Lua. O significado científico e tecnológico da expedição e seu resultado de sucesso despertavam a expectativa de que os problemas políticos e sociais seriam solucionados mais facilmente, a partir de então.

O pouso estava previsto para 21 de julho de 1969, uma segunda-feira, dia da semana que, em muitos idiomas, homenageia a Lua em sua nomenclatura. Entretanto, já no domingo, dia 20, o desembarque foi possível. Um ponto polêmico foi a instalação de uma bandeira estadunidense no satélite, ato que, segundo o comando espacial, não significaria a posse ou o direito legal daquele país sobre a Lua. Paralelamente, a URSS enviou um módulo não tripulado para a superfície lunar, a fim de investigar aspectos de seu solo.

O retorno dos astronautas estadunidenses, no dia 24, foi amplamente festejado. Diante do sucesso da missão, O Nacional, no dia seguinte, recordava a promessa de Kennedy e sua visão de futuro, interrompida por seu assassinato, seis anos antes. O Programa Apollo foi extinto em 1972 e, desde então, os EUA não mais retornaram ao satélite em missões tripuladas.

Fonte: NASA

Data : 02/05/2011

Título : Os Pimórdios do Ensino Superior em Passo Fundo

Categoria: Artigos

Para compreender a trajetória do ensino superior em Passo Fundo vale destacar que até a década de 1950 o estado do Rio Grande do Sul contava com cursos superiores somente nas cidades de Porto Alegre e Pelotas. Dessa forma, eram poucos os alunos que freqüentavam o terceiro grau, seja por dificuldades financeiras, pelo número de candidatos que excedia o número de vagas, ou ainda pelo difícil acesso às referidas universidades. Ou seja, cursar o ensino superior no Rio Grande do Sul consistia em um privilégio para poucos interioranos.

Na década de 1950, Passo Fundo, cidade pólo do noroeste do estado sulino, apresentou um forte crescimento populacional e econômico, passando a contar com uma população de aproximadamente 50 mil habitantes. Tal situação demográfica

seria, mais tarde, um dos vetores para a criação de uma universidade também nesta região.

Em razão das necessidades de maior escolarização em Passo Fundo, foram criadas duas entidades locais como mantenedoras do ensino superior, a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), em 1950, que fora dirigida pelo Dr. Cesar José dos Santos, e o Consórcio Universitário Católico de Passo Fundo (CUC) em 1958, liderada pelo bispo dom Cláudio Colling. A SPU instalou e manteve as Faculdades de Direito, Economia, Odontologia e o Instituto de Belas Artes. Já o CUC instaurou a Faculdade de Filosofia, com os cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras, Ciências Naturais e Estudos Sociais.

No ano de 1967, a SPU e o CUC uniram-se para criar a Universidade de Passo Fundo (UPF). Em 02 de abril de 1968, essa universidade foi oficialmente instalada, com sua primeira reitoria composta por Murilo Coutinho Annes, reitor, Elydo Alcides Guareschi, vice-reitor acadêmico, e Alcione Niederauer Corrêa, vice-reitor administrativo. A instalação da UPF representou uma expressiva vitória para as inúmeras pessoas que tanto se dedicaram pela sua fundação. Com o passar dos anos, a UPF, tornou-se multicampi, ampliando sua área de atuação com cursos descentralizados nos municípios de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Soledade e Sarandi. A Universidade, mantida pela Fundação Universidade de Passo Fundo, continua representando uma possibilidade de estudo, formação e vida melhor para muitas pessoas da região.

Andresa Regina Lazari

Acadêmica do Curso de História da UPF

Fonte: Acervo AHR

Data : 30/04/2011

Título : Os primórdios do ensino superior em Passo Fundo

Categoria: Artigos

Descrição: Para compreender a trajetória do ensino superior em Passo Fundo vale destacar que até a década de 1950 o estado do Rio Grande do Sul...

Os primórdios do ensino superior em Passo Fundo

Sábado, 30/04/2011 por Arquivo Histórico Reginal

Para compreender a trajetória do ensino superior em Passo Fundo vale destacar que até a década de 1950 o estado do Rio Grande do Sul contava com cursos superiores somente nas cidades de Porto Alegre e Pelotas. Dessa forma, eram poucos os alunos que freqüentavam o terceiro grau, seja por dificuldades financeiras, pelo número de candidatos que excedia o número de vagas, ou ainda pelo difícil acesso às referidas universidades. Ou seja, cursar o ensino superior no Rio Grande do Sul consistia em um privilégio para poucos interioranos.

Na década de 1950, Passo Fundo, cidade pólo do noroeste do estado sulino, apresentou um forte crescimento populacional e econômico, passando a contar com uma população de aproximadamente 50 mil habitantes. Tal situação demográfica seria, mais tarde, um dos vetores para a criação de uma universidade também nesta região.

Em razão das necessidades de maior escolarização em Passo Fundo, foram criadas duas entidades locais como mantenedoras do ensino superior, a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), em 1950, que fora dirigida pelo Dr. Cesar José dos Santos, e o Consórcio Universitário Católico de Passo Fundo (CUC) em 1958, liderada pelo bispo dom Cláudio Colling. A SPU instalou e manteve as Faculdades de Direito, Economia, Odontologia e o Instituto de Belas Artes. Já o CUC instaurou a Faculdade de Filosofia, com os cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras, Ciências Naturais e Estudos Sociais.

No ano de 1967, a SPU e o CUC uniram-se para criar a Universidade de Passo Fundo (UPF). Em 02 de abril de 1968, essa universidade foi oficialmente instalada, com sua primeira reitoria composta por Murilo Coutinho Annes, reitor, Elydo Alcides Guareschi, vice-reitor acadêmico, e Alcione Niederauer Corrêa, vice-reitor administrativo. A instalação da UPF representou uma expressiva vitória para as inúmeras pessoas que tanto se dedicaram pela sua fundação. Com o passar dos anos, a UPF, tornou-se multicampi, ampliando sua área de atuação com cursos descentralizados nos municípios de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Soledade e Sarandi. A Universidade, mantida pela Fundação Universidade de Passo Fundo, continua representando uma possibilidade de estudo, formação e vida melhor para muitas pessoas da região.

Andresa Regina Lazari

Acadêmica do Curso de História da UPF

Fonte: Acervo AHR

Ano : 2019

Título : Os usos da imprensa como legitimadora da desigualdade social durante a Ditadura Militar

Categoria: Artigos

Os usos da imprensa como legitimadora da desigualdade social durante a Ditadura Militar

Janaína Júlia Langaro

Mestranda em História – UPF

A revista O Cruzeiro, faz parte do acervo do Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo, e circulou no Brasil entre os anos de 1928 e 1975. Fundada por Assis Chateaubriand, magnata da imprensa da época, apoiou o Golpe Militar de 1964 que derrubou João Goulart chegando a publicar uma edição extra intitulada Edição Histórica da Revolução. Nessa edição comemorativa, a revista chama o golpe de “revolução” que garantiria a “democracia” no país.

Quando nos dedicamos a ler a seção de cultura da revista encontramos, no ano de 1967, uma matéria com a artista Elza Soares. O assunto da sua entrevista é a sua volta ao morro onde cresceu. Na primeira página da reportagem a cantora tem sua vida resumida por Rosinha Sarda: filha de uma lavadeira e de um trabalhador de pedreira que depois da fama só subia o morro para rever amigos e lembrar-se de seu passado. Elza tinha se tornado a Deusa do Chocolate.

É a jornalista Rosinha que narra a história da cantora que casou aos onze e foi mãe aos 12 anos. Seu primeiro trabalho foi como lavadeira, seguindo os passos da mãe. Quando entregava as roupas nas “casas das madames”, ficava impressionada com o luxo delas e sonhava em ter uma casa igual. No texto Elza conta que começou a cantar para alimentar os filhos que choravam por um pedaço de pão e que a proposta para um teste veio de Silvinha Telles e Aluísio de Oliveira. Aprovada no teste, começou a ganhar mais dinheiro do que como cantora de boates e bares, atividade que exerceu antes da fama.

Através do trabalho a cantora pode dar aos filhos uma casa e acesso à escola, benefícios que lhe foram negados na infância devido à pobreza da família. É justamente este ponto do texto que nos trouxe a essa análise. No ano da reportagem, 1967, a ditadura militar já tinha suspenso as eleições presidenciais ao prorrogar o governo de Castelo Branco e o discurso moralizante da sociedade já circulava pelo país. Deste modo, somente um discurso direcionado aos “inimigos da nação” não era capaz de gerar o sentimento de nacionalidade ou patriotismo. Assim, a reportagem com Elza Soares pode ser vista como um exemplo a ser seguido pelos que passavam fome e eram excluídos socialmente. A narração feita em primeira pessoa prega que com esforço, todos poderiam alcançar uma vida confortável como Elza. Desta forma, a reportagem tendenciosa da revista aponta a manipulação presente na imprensa tradicional durante a Ditadura Militar. Dado o alcance do periódico, é possível afirmar que parte dos seus leitores associou a carreira ascendente de Elza ao seu esforço individual e com isso, puderam associar a pobreza à falta de vontade ou trabalho das pessoas, pensamento que ainda repercute entre a população brasileira.

Vemos este discurso meritocrático da revista O Cruzeiro como uma forma de isentar o Estado brasileiro governado pelos militares golpistas de suas obrigações constitucionais frente à população do país. Se Elza Soares, uma mulher “de cor” e pobre pode alcançar a fama e uma vida confortável todas as pessoas parecidas com ela também podiam. A realidade, entretanto, é outra. Não é por nada que a cantora lançou neste ano de 2019 seu CD Planeta Fome.

Ano : 2010

Título : Palavra dita é palavra empenhada

Categoria: Artigos

Houve um tempo em que não honrar a palavra dita poderia acabar no fio de uma espada.

Na década de 20, durante o período de fortalecimento da política gaúcha frente à política nacional (café-com-leite), ocorreu um fato curioso com dois políticos

respeitáveis do estado: Antônio de Bittencourt Azambuja e José Antônio Flores da Cunha.

Bittencourt Azambuja era advogado, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e exerceu o cargo de promotor público da cidade de Passo Fundo. Nos anos 1920 expressou seu interesse pela política e ingressou no Partido Liberal, onde foi eleito e exerceu dois mandatos como deputado estadual. Porém, em 1927, devido a alguns desentendimentos dentro do seu partido, Azambuja foi convidado pelo então governador do estado Borges de Medeiros a se candidatar a deputado federal. Recebera também o apoio de Flores da Cunha, deputado estadual pelo PRR - Partido Republicano Rio-Grandense (o mesmo de Borges de Medeiros). Já havia nessa época uma tendência de entendimento entre o Partido Liberal e o PRR que culminaria mais tarde na FUG – Frente Única Gaúcha (base de sustentação à candidatura de Getúlio Vargas a presidência).

Flores da Cunha, general e advogado formado pela Universidade do Rio de Janeiro, e também deputado estadual, quando deu por si do crescimento e fortalecimento da candidatura de Bittencourt Azambuja, na véspera do pleito retirou o seu apoio a ele através de telegramas enviados a seus amigos e aliados políticos. Azambuja ofendido com tal ato foi à imprensa gaúcha e condenou a atitude tomada pelo general. Foi o estopim para que Flores da Cunha também se sentisse desonrado e o desafiasse para um duelo. Devido ao grande burburinho que esse desafio causou, Azambuja enviou para o diretor do jornal porto-alegrense Diário de Notícias a carta para publicação onde o advogado explicava o ocorrido:

“Chegando a esta capital a 18 do mês fluente (março), no mesmo dia, às vinte horas, os coronéis Francelino Meirelles e Victor Dumoncel Filho, na qualidade de testemunhas do general e em seu nome, dizendo-o ofendido pelas publicações que eu fizera, exigindo-me satisfação plena ou reparação pelas armas. Nessa ocasião redargüi-lhes imediata e peremptoriamente, que não lhe daria satisfação alguma e que aceitava o oferecimento desse duelo, para solução do caso, onde e quando quisesse o meu adversário.”

O advogado redigiu uma carta convocando os doutores Dutra Villa e Pires Gonçalves como suas testemunhas, para que fossem a Porto Alegre e assim pudessem combinar as condições da luta. Porém, quando as testemunhas do advogado chegaram ao local marcado, foram informados pelas testemunhas do general que devido a grande estima que todos tinham pelos dois duelistas foi organizado um Tribunal de Honra, para que não houvesse derramamento de sangue. Ambos concordaram com o julgamento. O tribunal então alegou que quando Flores da Cunha retirou o apoio da candidatura de Azambuja, ele não teve a intenção de desconsiderá-lo ou ofendê-lo. Azambuja então declarou que só veio a público com essa história para repreender o ato tomado pelo general: “Se o seu ato não foi, para mim, uma ofensa, cessou a razão de ser da minha represália. De igual para igual, porque a hombridade equipara os homens”.

Hoje em dia, tanto na política como na maioria das relações entre as pessoas, os valores corretos como respeito e honra foram distorcidos e até mesmo esquecidos. Palavra dita, escrita, inclusive filmada, não tem a mínima importância.

(citar o Autor)

Data : 03/08/2013

Título : PASSO FUNDO EM IMAGENS

Categoria: Artigos

Descrição: Nesta semana de comemoração pelo aniversário do município, o Arquivo Histórico Regional homenageia a data com a publicação de imagens que representam a consolidação e o desenvolvimento municipal.

PASSO FUNDO EM IMAGENS

por Arquivo Histórico Regional

Nesta semana de comemoração pelo aniversário do município, o Arquivo Histórico Regional homenageia a data com a publicação de imagens que representam a consolidação e o desenvolvimento municipal. A atual cidade iniciou sua constituição oficial nas primeiras décadas do século XIX com a chegada do miliciano Manoel José das Neves com sua família e agregados. A partir de então, migrantes e imigrantes agregaram-se ao povoado que foi paulatinamente crescendo e constituindo um núcleo elevado a distrito em 1834. Na sequência, Passo Fundo foi erigida como Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Passo Fundo e, em 07 de agosto de 1957, foi concretizada a emancipação político-administrativa. Seu crescimento demográfico e econômico teve expressivo adendo com a implantação da Via Férrea (1898). Junto a isso, a população cada vez mais diversificada étnica e culturalmente, constituiu locais de sociabilidade e de cultura, também evidenciando o investimento literário, periodístico, político, social e esportivo que movimentavam a vida cotidiana. Já no século XX, a cidade, que por muito tempo pautou-se economicamente pela atividade

agrícola, teve no terceiro setor seu principal avanço, sendo marcada ainda hoje como destaque nos atendimentos de educação – em todos os níveis – e saúde.

Equipe AHR

Imagens: acervo bibliográfico AHR.

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Do Jornal

O Nacional

Sábado, 03/08/2013 às 00:09

Avenida Brasil em 1912 - Parada do trem

Cidade de Passo Fundo. Vista parcial

Prédio Museu Ruth Schneider em 1922

Baile de Gala da posse do Dr. Nicolau Araújo Vergueiro

Data : 13/05/2011

Título : PELOS PALCOS DE PASSO FUNDO: O GRUPO X

Categoria: Artigos

Descrição: Após a criação do Grupo X, no ano de 1921, o teatro amador em Passo Fundo voltou a ser praticado com mais regularidade e entusiasmo pelos artistas locais...

PELOS PALCOS DE PASSO FUNDO: O GRUPO X

Sexta-Feira, 13/05/2011 por Arquivo Histórico Reginal

Após a criação do Grupo X, no ano de 1921, o teatro amador em Passo Fundo voltou a ser praticado com mais regularidade e entusiasmo pelos artistas locais, já que os grupos que haviam surgido antes deste período estavam a toda hora sofrendo transformações e fusões tanto no elenco artístico como no aspecto estrutural. Assim, espetáculos mais organizados e realizados no Coliseu e no Cine-Teatro Brasil, sob a direção de Pelissier de Lima Costa, tiveram grande presença de público.

Como as apresentações não tinham exatamente fins lucrativos, o Grupo X realizava vários espetáculos beneficentes. Uma das primeiras apresentações filantrópicas do grupo foi realizada no dia dois de julho de 1922. Foi um festival em benefício ao Hospital de Caridade. Ainda neste ano, no dia três de setembro, o grupo estaria no Coliseu apresentando a comédia em três atos, intitulada Assassino de Macário, de Camilo Castello Branco.

Em setembro de 1922 o Grupo X anunciou a representação das peças O Bom Commisario, Coração e Estômago e Um arranjo de revista local que foi realizado no Cine-Teatro Brasil. Para o grupo este ano foi de grandes apresentações e culminou com a peça que talvez tenha sido a de maior sucesso, apresentada em novembro daquele mesmo ano no Coliseu. Intitulada Rivaes de George Walsh ou Ídolo das Meninas, era uma comédia que, segundo relatos da época, proporcionou a todos uma magnífica impressão pelo conjunto artístico com que foi organizado. No final do mesmo ano o Grupo X anunciou a todos um novo espetáculo, Flores de Sombra, do dramaturgo Cláudio de Souza. Apesar do todo sucesso e da atividade intensa do grupo, por motivos e razões não muito divulgadas na imprensa, no final do ano de 1923, o Grupo X encerrou suas atividades.

Em outubro de 1925, em homenagem a Zola Amaro, a primeira cantora lírica brasileira a fazer sucesso internacional e que era natural do Rio Grande do Sul, o Grupo X se reúne e apresenta a peça Flores da Sombra que foi apresentada no Coliseu. Ao final do espetáculo foram interpretadas algumas das canções da cantora. Durante

aproximadamente sete anos o grupo pouco atuou, voltando à ativa somente no final de 1932. Afora tais períodos de pouca atividade, o Grupo X mostrou-se de grande importância no cenário cênico de Passo Fundo no início do século XX.

Marciano da Silva

Acadêmico do Curso de História da UPF

Fonte: Acervo AHR

Ano : 2010

Título : Política acima do poncho: Brizola e o PTB

Categoria: Artigos

As eleições municipais de 1959 foram, sem dúvida nenhuma, as mais acirradas do pós-1945, transformando Passo Fundo numa verdadeira “praça de guerra”. O PTB, partido então hegemônico, protagonizou uma cisão que o levou a dividir-se em duas facções: a Executiva liderada por César Santos, presidente do partido e a Ala Rebelde sob o comando do deputado federal Daniel Dipp.

Desde meados de 1957 o trabalhismo local vinha passando por graves e conturbados desentendimentos por disputa de poder, processo que sofreu a interferência direta da Executiva Estadual, e do então governador do Estado Leonel Brizola na tentativa de reverter a difícil situação. Vários mediadores aqui vieram em busca de uma “pacificação da companheirada”, mas a intransigência das partes minou qualquer possibilidade de paz. As “queixas” principais eram as mesmas que ocorriam em âmbito nacional: centralismo e personalismo com que os “donos do partido” conduziam aquela agremiação. César Santos estava à frente do trabalhismo local desde sua criação em 1945.

Sem acordo, a Ala Rebelde partiu em busca de uma legenda sob a qual filiar-se com o intuito de concorrer nas eleições municipais com candidaturas próprias. Houve a aproximação com o PSP e o PDC, possibilidades estas inviáveis devido a aliança que existia com o PTB. A única alternativa encontrada foi o recém criado Partido Trabalhista Nacional (PTN), abrigo dos dissidentes petebistas, a exemplo de Fernando Ferrari, que rompera com o partido em nível nacional.

O registro das candidaturas de Mario Menegaz e Daniel Dipp ao Executivo, e dos demais componentes do grupo ao Legislativo sob a nova legenda foi a gota d'água. Segundo a imprensa local, "a guilhotina trabalhista fez rolar uma dúzia de cabeças". Foi expulsa do PTB toda a Ala Rebelde.

A filiação dos rebeldes fora das fileiras petebistas foi também o desfecho que Brizola esperava para vir à Passo Fundo. Decepcionado com seus correligionários que não aceitaram uma conciliação, sua palavra de ordem clara e direta foi de combate às candidaturas dissidentes que ousaram quebrar a unidade e coesão getulista. Votar neles seria votar "contra mim", afirmou. Os nomes de sua confiança eram Benoni Rosado e Sinval Bernardon, pela Coligação PTB-PSP-PRP.

Em defesa da fidelidade partidária, afirmou que "mesmo que o partido erre tem que se votar no partido" e a obediência é regra a ser cumprida. Para Daniel Dipp, porém, o correto seria assim proceder se as decisões fossem tomadas em conjunto, mas nunca como imposição de um grupo sobre a vontade de uma maioria, numa referência a forma como foi conduzido o processo de pacificação das partes.

Para Bittencourt de Azambuja, também candidato ao executivo pela aliança PSD-UDN-PL-PDC, a postura de Brizola veio proporcionar um "inédito espetáculo de degradação cívica", descendo da alta dignidade de seu cargo para intrometer-se de forma "tutelar, indébita, abusiva e ilegal" numa campanha que era somente do município.

Ferrari, em apoio a Ala Rebelde liderou um comício em Passo Fundo, incorporando-se à sua luta e solicitando aos que confiavam em suas idéias que votassem em Menegaz-Dipp.

Alheio as conturbadas manifestações políticas de repúdio à sua ação de intermediação pessoal às candidaturas da Executiva, no palanque trabalhista em alto e bom som, Brizola declarou que se enganava com o governo quem queria se enganar, pois não fazia "política debaixo do ponche".

Depois desse fato, "as facções em luta aberta" tornaram ainda mais tenso o panorama político, mas a força do partido de Vargas e de Brizola elegeram Benoni Rosado e Sinval Bernardon, últimos candidatos eleitos sob a sigla do PTB antes do golpe militar de 1964.

Sandra Benvegnú

Mestre em História

Fonte: Acervo AHR

Ano : 2019

Título : Que será do Rio?: A mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília nas páginas da revista O Cruzeiro (1960)

Categoria: Artigos

Que será do Rio?: A mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília nas páginas da revista O Cruzeiro (1960)

Alex Antônio Vanin e Roberto Biluczyk

Mestrados em História – PPGH/UPF

A partir de 1955, o Brasil experimentou uma experiência ativa de desenvolvimento. A ascensão de Juscelino Kubitschek (JK) ao poder colocou em prática o projeto nacional-desenvolvimentista que marcaria seu mandato. O Presidente defendeu o chamado Plano de Metas, conjunto de 30 objetivos a serem alcançados até o final de seu governo. JK e sua equipe levaram em conta diagnósticos de economistas, como Roberto Campos e Celso Furtado, com visões diferentes entre si, mas com ideias viáveis para a superação do subdesenvolvimento.

Juntamente com o planejamento econômico de Juscelino, outra proposta se constituiu como a “meta-síntese”: a construção de uma nova capital, Brasília, edificada e inaugurada em sua gestão. A ideia, indicada em lei desde a Constituição de 1891, previa maior desenvolvimento da região Centro-Oeste. O projeto contaria com o planejamento do renomado arquiteto Oscar Niemeyer e do igualmente reconhecido urbanista Lúcio Costa. A UDN, partido opositor, ofereceu resistências à construção da nova capital. Mesmo assim, Brasília foi solenemente inaugurada em 21 de abril de 1960.

A revista O Cruzeiro, editada no Brasil entre 1928 e 1975, foi uma das principais publicações do período. Assis Chateaubriand (1892-1968) era o proprietário da publicação e de um vasto império midiático, que incluía também a TV Tupi (1950-1980). Associada à apresentação de grande quantidade de imagens, O Cruzeiro ofereceu ao leitor, em sua edição de 07 de maio de 1960, fotos inéditas da

inauguração da nova capital, enfatizando a figura de JK e o sucesso da rápida construção. “É uma cidade que se coloca entre a funcionalidade e a beleza pura”, com seus “edifícios de linhas leves e harmônicas”, segundo a reportagem.

A cidade do Rio de Janeiro se transformaria no Estado da Guanabara, em 1960. A nova organização seria extinta em 1975, sendo absorvida pelo Estado do Rio de Janeiro. Brasília, por sua vez, ficaria consolidada como a planejada capital brasileira. A mudança seria descrita pela revista como “regime de viuvez alegre” para o Rio de Janeiro, ao deixar seu status de capital para trás. Com a inauguração de Brasília, o Rio de Janeiro deixaria de ser a capital nacional, instigando a seguinte discussão: “Que será do Rio?”. A reportagem, de 23 de abril de 1960, apresenta a busca pela opinião de 28 notáveis em relação à mudança.

Entre os posicionamentos publicados sobre o tema mostra-se que o então prefeito nomeado do Distrito Federal, Sá Freire Alvim, acreditava que a cidade seguiria sua “marcha de progresso e desenvolvimento, liberta das pesadas atribuições de Capital da República”, dedicando-se, a partir de então, à indústria e ao comércio.

Enquanto a maioria dos entrevistados via com bons olhos a mudança, Carlos Lacerda (UDN), não compartilhava da mesma posição, sinalizando “séria situação caótica” para a cidade do Rio, acreditando que o Estado da Guanabara não poderia superar seus encargos. O político, entretanto, seria eleito para o cargo de governador do novo Estado, assumindo no ano seguinte.

Álvaro Moreyra, acadêmico, protestava contra piadas que visavam chamar a antiga capital de “Velhacap”. Para ele, o Rio continuaria a ser a “Cidade Maravilhosa”, título que ocupa há séculos. Por sua vez, João Goulart, Vice-presidente do Brasil, afirmou que “O Rio de Janeiro será sempre o Rio de Janeiro”. Por fim, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, ponderou que a mudança geraria “grandes resultados em favor do Rio”, por passar a viver com “mais autonomia, com mais consciência de seus próprios problemas e responsabilidades”, tornando-se no ponto-de-vista turístico internacional, uma “Riviera tropical”.

Entre estas e outras posições, O Cruzeiro procurou representar o momento da transição da capital brasileira, enfatizando permanências e mudanças impactantes no cenário nacional. A revista possui inúmeras edições disponíveis para pesquisa local no Arquivo Histórico Regional (AHR), de Passo Fundo e, como este tema, traz inúmeras questões pertinentes para pensar o país em seu tempo de publicação.

Ano : 2010

Título : Quereis Alcançar o Paraíso? Deveis procurar o táxi

Categoria: Artigos

O transporte de pessoas, existente desde a antiguidade e popularizado no século XVII em países como a França e a Inglaterra, começou a utilizar veículos motores somente nos últimos anos da década de 1890, na Europa.

Já no início do século XX, Passo Fundo, uma cidade em franco desenvolvimento e um centro reconhecido no norte do Rio Grande do Sul, passa a ter, a partir de empreendedores locais, serviços de transportes de pessoas com veículos motorizados.

No início da década de 1920 chama nossa atenção à publicidade desse ramo de atividade como é o caso do senhor Antoninho Marques que propunha à comunidade os serviços da Cocheira do Teléforo que atendia “serviços na cidade e viagens”, para o que dispunha de “bons animais e sólidos carros”. Do mesmo modo que em outras épocas, aqueles primeiros anos de 1920 também foram momentos de transição, mesclando, pelas ruas da cidade, os seus táxis, carros e autos – os primeiros, de tração animal e, os segundos, motorizados.

Se por um lado, buscava-se a clientela, também se criavam negócios indiretos como eram os casos da venda de carros. No Jornal A Época, podemos ver que se vendia “excelente carro de praça, completamente novo, sendo toda a ferragem patente, capota de couro da Rússia, os arreames e os respectivos cavalos”. Nos anos entre 1921e 1923 encontramos apenas uma oferta, em Passo Fundo, de auto de praça à disposição de seus clientes junto ao Hotel Popular “a qualquer hora do dia ou da noite” para passeios na cidade ou viagens. Entretanto, eles encontravam-se à disposição em estações de trem como nas paradas dos distritos de Carazinho e Boa Vista do Erechim – atual cidade de Erechim. Em alguns casos oferecia-se os dois tipos de transporte, motor e a tração animal.

Portanto, podemos depreender dos jornais locais, como é exemplo O Nacional, que este era um efervescente ramo de serviços, pois já a partir de 1925 temos outras

empresas atuando na cidade. Proporcionavam seus serviços aos usuários as Garagens Farias, Escobar e Coliseu, para os mais diversos tipos de atividades que iam do traslado da estação férrea aos hotéis da cidade, para piqueniques ou casamentos.

São poucas décadas entre a normatização dos Autos de Praça na Europa e nos Estados Unidos e a criação e regulamentação desta atividade em nossa cidade. Em 1926 era criada a Associação dos Chauffers de Passo Fundo, ligada à Associação Internacional de Chauffers de Porto Alegre. Esse fato demonstra o nível de atividade e organização em que se encontrava este grupo de empreendedores. Entre as reuniões e eventos desenvolvidos pela Associação, também se preocupava o grupo com a regulamentação do trabalho e assim, em janeiro de 1929 entra em vigor, depois de aprovada pelo prefeito municipal Nicolau de Araújo Vergueiro, a primeira tabela de preços de transporte de pessoas da cidade, e a partir da qual a hora de trabalho comercial era tabelada em 15\$000 Réis , traslados na chegada dos trens de Santa Maria e do noturno de São Paulo custavam 8\$000 no verão e 10\$000 no inverno, e deslocamentos para casamentos, velórios e passeios ficavam entre 15\$ e 20\$000 por hora. Ressaltavam os periódicos a importância desta medida pois a mesma iria “por certo, evitar discussões, sempre desagradáveis entre chauffers e passageiros”.

No entanto, o anúncio mais interessante e atrativo e, podemos dizer motivador deste texto, é o que fazia a Garagem Coliseu: “Quereis alcançar o Paraíso ? Devereis, quando precisar fazer uma viagem ou passeio procurar os autos...”, dando então nomes e endereço da empresa. A nota ainda anunciava que seu pessoal era competente e criterioso e atendia pelo telefone ou pessoalmente no Bar do Coliseu – que era o cinema àquela época.

Uma das origens do que são, atualmente, as empresas de transporte intermunicipal foi o trabalho da Garagem Farias que em 1926 colocava em funcionamento o que seria uma das primeiras linhas de transporte na região: a linha regular de transporte em auto-caminhão entre Passo Fundo e a vila de Nonoai, saindo desta cidade às segundas-feiras e regressando às quartas-feiras. Fazia também outras viagens e passeios com seus “automóveis de luxo” e bons caminhões.

Assim, confirmava-se a vocação passo-fundense como centro regional, já a partir do início do século XX. Inovando em diversas áreas, a cidade no norte do estado possuía boa estrutura comercial e de serviços. Proporcionava, desse modo, aos moradores e visitantes, a comodidade do transporte colocando-se nos mesmos níveis da comentada “modernidade” dos grandes centros e capitais do país.

Benhur Jungbeck

Mestre em História

Fonte: Acervo AHR

Data : 16/06/2012

Título : Quot dies – O COTIDIANO E A DONA HISTÓRIA

Categoria: Artigos

Descrição: A Dona História parece que fica falando de datas e pessoas mortas que não tem nada a ver com a gente.

Quot dies – O COTIDIANO E A DONA HISTÓRIA

Sábado, 16/06/2012

por Arquivo Histórico Reginal

A Dona História parece que fica falando de datas e pessoas mortas que não tem nada a ver com a gente. Ela falava o que acontecia com os outros, aqueles que ficavam com seus nomes registrados nos livros, nos monumentos, com os reis e suas coroas -aqueles que ficam numa espécie de Olimpo. Mas a Dona História foi além, alteraram-se os seus limites e ela foi ficando cada vez mais perto da gente. Contando casos vividos por personagens que lembram alguém, ou algo que poderia ter acontecido com nós mesmos. A História está mais familiar, mais próxima, pois somos nós que a construímos, todos os dias. Se os grandes fatos e as pessoas consideradas importantes ajudam a entender a trajetória dos homens num tempo; os pequenos fatos, a história dos objetos e dos costumes também nos possibilita o entendimento da vida e os homens de modo mais complexo e completo.

Quem pensaria, tempos atrás, que um pequeno hábito corriqueiro como o de acessar a internet, ler um jornal ou até mesmo escovar os dentes poderá mudar o entendimento de nossa época. Com a renovação dos aportes de análise da história, os sujeitos, os costumes tiveram outro lugar e propuseram à dona História novos problemas, novas abordagens e novos objetos de estudo. Desta maneira, os jornais passaram a ser considerados adequados para a “recuperação” e análise do passado. Chamados também “enciclopédia do cotidiano”, eles contêm registros do presente, realizados sob o impulso dos interesses, compromissos da época e das paixões que se revelavam nas páginas dos periódicos.

O jornal A Época, cujo acervo que se encontra no Arquivo Histórico Regional, foi um elo importante na corrente de periódicos que se desenvolveu e que assumiu um papel relevante como instrumento de comunicação, de divulgação e de difusão de

conhecimentos em Passo Fundo, durante as primeiras décadas do século XX. Desde 2007, as edições semanais de 1921-1922 estão salvas. Através desse instrumento de pesquisa podemos conhecer alguns aspectos da sociedade urbana de Passo Fundo daquela época. Suas páginas amareladas e envelhecidas nos revelam peculiaridades que a memória acabou por apagar, momentos tão corriqueiros e simples que em geral são esquecidos. Hoje em dia um beijo na rua pode até mesmo ser normal, mas para os padrões dos anos 1920 não seria assim tão banal. Esse tema foi explorado pelo jornal em matéria intitulada “BEIJOS E ABRAÇOS EM PLENA RUA”(A ÉPOCA, 05 de fevereiro de 1922), isso mostra as ideias e os valores que mobilizavam as pessoas naquela época. Um beijo em praça pública foi importante o suficiente para figurar nas páginas de um jornal.

A vida social não era deixada de lado, havia uma seção intitulada “Sorrisos e Flores”, onde estavam descritos os noivados, os aniversários, os casamentos (enlaces) e os nascimentos. Na seção “Lágrimas e Prantos” eram notícias informações sobre falecimentos e sepultamentos. A vida estudantil tinha também o seu lugar no jornal. As notas dos exames finais com o nome do estudante e da instituição de ensino eram classificadas em três categorias: distinção, aqueles que atingiam notas mais altas; plenamente, notas medianas; e os que haviam reprovado. Com tal recurso, ficava difícil omitir o desempenho escolar dos pais...

De origem latina, a expressão quot dies, cotidiano, significa um dia e todos os dias – a expressão designaria o que acontece em um dia, ou todos os dias. O estudo do cotidiano por meio dos jornais apresenta informações sobre o dia a dia, sobre as pessoas - como de aproximavam ou se afastavam, como ela compartilhavam seus valores ou mesmo os contestavam. Estudar o cotidiano, portanto, vai além da observação do coloquial, perpassa a compreensão das regulamentações explícitas e implícitas de uma sociedade, seus modos de organização, suas demandas, anseios e reivindicações, seus valores, enfim, sua cultura. Tais questões cada dia mais são valorizadas pela Dona História, que não deixou de observar os grandes fatos, mas que também passou a dar mais atenção ao cotidiano, às pessoas, à nós, cidadãos.

Ariella de Albuquerque

Acadêmica do Curso de História

Fonte: Acervo AHR

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro

Data : 15/11/2014

Título : Revista O Cruzeiro: aquela que tudo sabe e tudo vê

Categoria: Artigos

Descrição: Nos anos 50, a televisão ainda engatinhava no Brasil, tendo uma qualidade, tanto técnica quanto de programação, precária.

Sábado, 15/11/2014 às 07:14, por Arquivo Histórico Regional

Nos anos 50, a televisão ainda engatinhava no Brasil, tendo uma qualidade, tanto técnica quanto de programação, precária. Os aparelhos de televisão ainda eram muito caros e a maioria da população brasileira não tinha acesso a esse veículo. A revista O Cruzeiro era, então, o principal veículo nacional que apresentava a (s) imagem (s) da nação ao leitor brasileiro. Alguns autores a comparam com a TV Globo nos dias atuais.

O Cruzeiro foi, durante muito tempo, o carro-chefe do primeiro conglomerado de imprensa e a primeira Rede de Comunicação instituída no país, o oligopólio formado pelos Diários Associados de propriedade de Assis Chateaubriand, cuja importância e influência sobre os rumos do país é bem conhecida. Fundada em 1928, a revista inseriu-se no contexto inicial do processo de modernização dos meios de comunicação no país, no final do anos 20, que se consolidou nos anos 50. Porta-voz de um discurso modernizante, a revista foi a primeira do gênero de circulação nacional.

O caráter inovador já estava presente na estratégia adotada para o lançamento da revista. Dias antes, em 05 de novembro de 1928, 4 milhões de panfletos eram jogados do alto de alguns prédios da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, anunciando a novidade: nascia no país uma nova revista semanal ilustrada, O Cruzeiro, aquela que “tudo sabe e tudo vê”, a revista “contemporânea dos arranha-céus”. O primeiro número circula no dia 10 de novembro de 1928, em todas as cidades importantes do Brasil, além de Buenos Aires e Montevideú.

Nos anos 40, a revista trouxe propostas inovadoras, entre as quais a utilização do fotojornalismo, inspirado no jornalismo norte-americano, especialmente em revistas como a Life. O grande diferencial foi a utilização da fotografia, não mais como mera ilustração, mas como construtora de um discurso visual sobre os acontecimentos. Nesta fase a revista chegou a uma tiragem de 850.000 exemplares, transformando-se na publicação de maior circulação do país.

Além das grandes reportagens, a revista trazia uma variedade de colunas e seções tratando de diferentes temáticas. Dedicava um amplo espaço ao público feminino em seções como “Elegância e Beleza”, “Lar, Doce Lar”, “Da mulher para a Mulher” e “Mundanismo”. Também o humor era um setor importante na revista que revelou cartunistas hoje famosos, como Millor Fernandes, Alceu Penna, Ziraldo, entre outros,

criando personagens que se institucionalizaram na cultura nacional como o “Amigo da Onça”, de Péricles. Publicava, também, contos e novelas. A revista contava, entre seus colaboradores, com intelectuais renomados como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Austragésilo de Athayde, Oswald de Andrade, Nelson Rodrigues, dentre outros.

O Cruzeiro, assim, marcava a ruptura com as formas editoriais tradicionais que tinham no discurso verbal a fonte principal da informação, substituindo-as pela linguagem fotográfica, fazendo dos repórteres fotográficos os novos heróis do jornalismo, eram, como afirma Muniz Sodré: “verdadeiros cavaleiros andantes em busca do Santo Graal da Sensação, indo buscar o assunto na fonte, em qualquer ermo do Brasil e do mundo”.

Marlise Regina Meyrer

Professora PPGH/UPF

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Ano : 2014

Título : Revista O Cruzeiro: aquela que tudo sabe e tudo vê.

Categoria: Artigos

Nos anos 50, a televisão ainda engatinhava no Brasil, tendo uma qualidade, tanto técnica quanto de programação, precária. Os aparelhos de televisão ainda eram muito caros e a maioria da população brasileira não tinha acesso a esse veículo. A revista O Cruzeiro era, então, o principal veículo nacional que apresentava a (s) imagem (s) da nação ao leitor brasileiro. Alguns autores a comparam com a TV Globo nos dias atuais.

O Cruzeiro foi, durante muito tempo, o carro-chefe do primeiro conglomerado de imprensa e a primeira Rede de Comunicação instituída no país, o oligopólio formado pelos Diários Associados de propriedade de Assis Chateaubriand, cuja importância e influência sobre os rumos do país é bem conhecida. Fundada em 1928, a revista inseriu-se no contexto inicial do processo de modernização dos meios de comunicação no país, no final do anos 20, que se consolidou nos anos 50. Porta-voz de um discurso modernizante, a revista foi a primeira do gênero de circulação nacional.

O caráter inovador já estava presente na estratégia adotada para o lançamento da revista. Dias antes, em 05 de novembro de 1928, 4 milhões de panfletos eram jogados do alto de alguns prédios da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, anunciando a novidade: nascia no país uma nova revista semanal ilustrada, O Cruzeiro, aquela que “tudo sabe e tudo vê”, a revista “contemporânea dos arranha-céus”. O primeiro número circula no dia 10 de novembro de 1928, em todas as cidades importantes do Brasil, além de Buenos Aires e Montevideú.

Nos anos 40, a revista trouxe propostas inovadoras, entre as quais a utilização do fotojornalismo, inspirado no jornalismo norte-americano, especialmente em revistas como a Life. O grande diferencial foi a utilização da fotografia, não mais como mera ilustração, mas como construtora de um discurso visual sobre os acontecimentos. Nesta fase a revista chegou a uma tiragem de 850.000 exemplares, transformando-se na publicação de maior circulação do país.

Além das grandes reportagens, a revista trazia uma variedade de colunas e seções tratando de diferentes temáticas. Dedicava um amplo espaço ao público feminino em seções como “Elegância e Beleza”, “Lar, Doce Lar”, “Da mulher para a Mulher” e “Mundanismo”. Também o humor era um setor importante na revista que revelou cartunistas hoje famosos, como Millor Fernandes, Alceu Penna, Ziraldo, entre outros, criando personagens que se institucionalizaram na cultura nacional como o “Amigo da Onça”, de Péricles. Publicava, também, contos e novelas. A revista contava, entre seus colaboradores, com intelectuais renomados como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Austragésilo de Athayde, Oswald de Andrade, Nelson Rodrigues, dentre outros.

O Cruzeiro, assim, marcava a ruptura com as formas editoriais tradicionais que tinham no discurso verbal a fonte principal da informação, substituindo-as pela linguagem fotográfica, fazendo dos repórteres fotográficos os novos heróis do jornalismo, eram, como afirma Muniz Sodré: “verdadeiros cavaleiros andantes em busca do Santo Graal da Sensação, indo buscar o assunto na fonte, em qualquer ermo do Brasil e do mundo”.

Data : 13/09/2014

Título : Sputnik – A Digest soviética nas plagas brasileiras

Categoria: Artigos

Descrição: Em 1966 foi fundada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a revista Sputnik, publicação produzida pela Agência de Imprensa Novosti que, em sua edição impressa inaugural...

Sábado, 13/09/2014 às 07:30, por Arquivo Histórico Regional

Em 1966 foi fundada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a revista Sputnik, publicação produzida pela Agência de Imprensa Novosti que, em sua edição impressa inaugural, investiu na impressão da mesma em russo e em inglês, para a divulgação de atualidades: notícias da vida na URSS, concursos, esportes, literatura, tecnologias, entre outros temas. Da publicação original foram sendo criadas também edições vernáculas em francês (1967), alemão (1968), tcheco (1973), húngaro (1974), espanhol e português (1986). O mensário subsistiu até os anos 1990, todavia com menor força e reduzida difusão internacional.

O Arquivo Histórico Regional (AHR) acaba de receber a doação de nove edições da revista que, já em sua primeira edição em português, destaca sua proximidade – de formato - com outra publicação consagrada no Brasil, a Seleções do Reader's Digest. O número lançado em julho de 1986 sai com o subtítulo de “Digest da imprensa soviética”. Nessa mesma edição o editorial marca o perfil que a revista irá adotar: “O nosso Digest da imprensa e literatura soviética propõe-se informar os leitores sobre a vida na URSS, baseando-se em toda a variedade de jornais e revistas do país”. Junto a tais – nada desprezíveis – referências a uma publicação de respaldo e ampla distribuição no Brasil, a menção à literatura própria do estado multifederativo soviético, a ênfase sobre sua postura de informadora de seus leitores e da consideração da variedade de fontes de suas reportagens, instiga-se o leitor: “SE QUER ESTAR AO CORRENTE da política externa e interna da União Soviética, da vida contemporânea dos povos soviéticos, do que se pensa, fala e discute em nosso país, LEIA SPUTNIK”.

“Como é difícil abrir caminho à verdade e fazê-la chegar, ainda fidedigna, aos nossos estimados leitores! Sentimo-nos radiantes pelo facto de mais de 100 milhões de pessoas que falam a língua de Camões e habitam em vários continentes terem agora a possibilidade de saber a verdade sobre a URSS na sua língua materna”, destaca o editorial da edição n.01. Essa ênfase ainda mantém o discurso do conflito bipolar entre

capitalismo e socialismo do contexto da Guerra Fria. Assim, pede-se que os leitores “acolham de espírito aberto” as informações de Sputnik, pois somente “A partir de então tornar-se-á mais evidente a mentira mais descarada inventada pelo imperialismo no século XX, sobre a chamada «ameaça militar soviética»”.

Observando os números posteriores vemos uma transição rápida da proposta de divulgação da revista - indicada no subtítulo da mesma - ao adotar como enfoque o “Panorama de imprensa e literatura soviética” (edição de janeiro de 1987) e a “Seleção mensal das melhores publicações da URSS” (edição de fevereiro de 1987). Podemos aventar que tais modificações referem-se ao público alvo da mesma, visto que em seu processo de consolidação e divulgação internacional chegou a ser importada por distribuidores da Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, França, Guiana Francesa, Equador, Espanha, Estados Unidos, Jamaica, México, Moçambique, Nicarágua, Panamá, Peru, Portugal, Porto Rico, Reino Unido, Uruguai e Venezuela. A impressão das edições em português foi realizada na Finlândia e a sede da editora manteve-se em Moscou, portanto, controlada pela estrutura estatal soviética em sua pauta de temas e abordagem ideológica.

Ainda, visando atrair público leitor, as edições consagraram-se por lançar concursos. Na primeira edição em português anunciava-se o Concurso Sputnik 1986, cujo tema seria dedicado “A Terra, nossa casa comum. A paz, preocupação de cada um”. Entre as bonificações aos vencedores do mesmo incluíam-se “Viagens gratuitas de uma semana à URSS! Prêmios: obras de artesanato dos povos da União Soviética, lembranças, assim como assinaturas anuais gratuitas de Sputnik”. Despertando anseio pelo conhecimento do até então pouco conhecido “mundo soviético” nas plagas ibero-americanas, os concursos propõem-se a proporcionar aos interessados um meio de conhecer in loco a terra dos soviéticos. Pautando-se em noções de marketing e criação/fidelização do público, bem como na doutrinação política, vemos nesta publicação de matriz doutrinária socialista a ênfase na “venda” de informações, conhecimento e de um ideal que se quer propagandear – a construção de um mundo tido como melhor e, em decorrência, ideal. Com Sputnik o acervo do AHR ganha em diversidade e riqueza, agregando ao seu já amplo acervo uma publicação instigante que é vestígio de um contexto marcante da história do século XX.

Profa. Gizele Zanotto

(PPGH/UPF)

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Data : 17/03/2012

Título : TÊDECÊ

Categoria: Artigos

Descrição: Dezembro de 1959. Alguns dias após o Natal é publicada em forma de crônica uma crítica ao que seriam as falsas verdades do Natal, apresentando outra visão da tradicional festa cristã.

TÊDECÊ

Sábado, 17/03/2012 por Arquivo Histórico Reginal

Dezembro de 1959. Alguns dias após o Natal é publicada em forma de crônica uma crítica ao que seriam as falsas verdades do Natal, apresentando outra visão da tradicional festa cristã. O artigo fora divulgado no jornal O Nacional por TêDeCê, pseudônimo do autor. Sua descrição sobre o evento natalino teria partido da observação de dois garotos ricos que disputavam quem tinha ganhado o melhor presente e, simultaneamente, da visão de outro garoto que mendigava algumas moedas. Esta leitura causou certo desconforto na sociedade passo-fundense e resultou na ida deste jovem a Porto Alegre. Seria apenas a primeira publicação polêmica na carreira de Tarso de Castro, que desde os doze anos trabalhou no jornal de seu pai, Mucio de Castro.

O jovem jornalista chegou a capital gaúcha e logo teria se identificado com Samuel Wainer, por ser “um revolucionário no jornalismo brasileiro”, segundo o próprio Tarso. Samuel, mais tarde, se tornaria grande amigo, além de seu chefe no jornal Última Hora. Em 1963, Tarso tornou-se editor e criador d’O Panfleto. Esse jornal - porta-voz do movimento criado por Brizola e conhecido por Grupo dos Onze – defenderia as bandeiras das chamadas reformas de base (bancária, fiscal, universitária, administrativa e, principalmente, urbana e agrária). Este jornal seria um dos primeiros a publicar charges humorísticas e de conteúdo crítico no Brasil e viria a ser censurado pelo governo ditatorial com o Ato Inconstitucional N°5, que exacerbava as disposições antidemocráticas e inaugurava o período mais arbitrário e repressivo do período militar.

Neste contexto, onde quase tudo era censurado pela ditadura e o controle das manifestações culturais deveria caber exclusivamente ao Estado, a explosão de ironia e irreverência que surgiam dos textos de Tarso começaram a esboçar o que viria a ser um dos periódicos de maior expressão contra ditadura militar brasileira: O Pasquim. Já vivendo no Rio de Janeiro, TêDeCê se tornou parceiro de ideias e de boemia das principais personalidades da época, tais como Sergio Cabral, Jaguar, Ziraldo, Nelson Rodrigues, Vinicius de Moraes e muitos outros.

Criado como um panfletário semanal, não apenas para questionar o sistema de governo, mas para reverter o jornalismo “sério” de forma inteligente, O Pasquim teve como fundadores principais Jaguar e Tarso de Castro. A pretensão inicial era atingir apenas o bairro carioca de Ipanema, onde a chamada “Patota” – os redatores e colaboradores da publicação – frequentava bares e discutia as pautas do próximo número. Desde sua criação, em 1969, o jornal mostrou-se polêmico e inovador em entrevistas e declarações, o que repercutiu em vendas e abrangência de distribuição. O Pasquim chegou a inesperada tiragem de 200 mil exemplares. Com esta repercussão, o Governo considerou-o “um instrumento de grupo subversivo, com o objetivo de destruir a família brasileira”, tendo sido censurado diversas vezes. Muitos dos autores que publicavam no periódico tiveram que deixar o país e outros, como o próprio Tarso, foram presos, na tentativa do governo de silenciar este grupo do jornalismo. Tarso se manteve n’O Pasquim até 1971. Sua saída seria resultado de inúmeras divergências e discussões entre membros da Patota. O jornal fora publicado até novembro de 1991.

Tarso de Castro, escritor polêmico, é lembrado até hoje como um homem que tinha coragem e irreverência nas palavras, mulherengo assumido e boêmio incondicional. Sua atitude de questionar o corriqueiro Natal na Passo Fundo de 1959 iniciou um legado intelectual que culminaria na criação d’O Pasquim, evidenciando a força de sua atuação jornalística e política, para além das avaliações sobre sua vida privada, que tem preponderado em avaliações sobre o autor. TeDeCê, tornou-se um dos maiores nomes da luta contra a linha dura no período militar brasileiro. Boêmio, mulherengo e político, eis elementos marcantes de Tarso de Castro que evidenciam suas múltiplas facetas mas que não diminuem a força de sua obra e atuação.

Emanuel A. Machado da Silva

Acadêmico do Curso de História/UPF

Fonte: Acervo do AHR

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Data : 12/08/2011

Título : Turma de Cafajestes

Categoria: Artigos

Descrição: As lutas que os movimentos estudantis travaram ao longo do tempo marcaram o cenário político brasileiro.

Turma de Cafajestes

Sexta-Feira, 12/08/2011 por Arquivo Histórico Reginal

As lutas que os movimentos estudantis travaram ao longo do tempo marcaram o cenário político brasileiro. No período mais marcante – a ditadura militar nas décadas de 1960 – 1970 os estudantes foram às ruas dar a cara e reivindicar por mudanças sociais. Apesar das grandes organizações terem se fortalecido com a redemocratização, os ideais mais importantes foram perdendo força e prestígio e declinando gradativamente com os grupos estudantis que se mobilizavam pelas causas políticas e educacionais.

Mas, em 1946 o jornal O Nacional noticiou uma “greve branca” organizada pelos estudantes secundaristas, hoje ensino médio. Esses seriam os primeiros passos que mais tarde organizariam os movimentos estudantis em Passo Fundo. Num contexto de abertura política, com o fim da ditadura de Vargas e a derrota dos aliados na Segunda Guerra Mundial, iniciou-se uma época de novas esperanças no futuro, ideais de liberdade, era chegada a hora dos estudantes terem voz e vez.

A ação mobilizadora era por uma mudança do preço da entrada nos cinemas de Passo Fundo, na época cine Coliseu e cine Imperial. Às 19 horas do dia 24 de outubro cerca de 400 estudantes pertencentes ao Ginásio Nossa Senhora da Conceição, Instituto Educacional, entre outros estudantes, rumaram à frente dos cines. Formaram uma enorme fila. Eles se deslocavam ao guichê apresentando Cr\$ 2,00 cruzeiros para o ingresso, mas como a nova direção – sob os cuidados de Nestor Pinto – tinha mudado o valor para Cr\$ 3,00, o bilheteiro atualizava o novo preço e os estudantes discordavam persistentemente até o funcionário negar-se a vender pelo antigo preço. Então, não conseguindo entrar o estudante voltava ao final da fila para o colega prosseguir o plano “50% ou a bicha continua” - que foi o slogan da mobilização estudantil. Assim, a enorme fila nunca terminava. Os proprietários vendo a impossibilidade de combater os estudantes grevistas obrigaram-se a fechar as portas, ocasionando um quebra no fluxo do caixa nos dois cines.

Essa manifestação perdurou por alguns dias até que o diretor Nestor Pinto teria encontrado o presidente da UGES (União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas) Pedro Portella e lhe proferido palavras de baixo calão “o senhor não tem autoridade para frear essa turma de cafajestes ?” essas palavras a queima-roupa foram o gatilho para que a população hipotecasse solidariedade com os estudantes que reivindicavam um preço justo para todos que freqüentavam os cines. Pelo

agravamento das questões e pela mobilização pública e pressão da imprensa, a “greve branca” cessou no dia 25 de outubro, quando o empresário Arthur Pretto proprietário dos cinemas atendeu às aspirações estudantis quanto ao abatimento de 50% nas entradas. A classe estudantil conquistava uma de suas primeiras vitórias. O comunicado do sucesso foi proferido pelo Coronel prefeito Arthur Ferreira Filho ao jornal pela parte da tarde.

Sendo este um movimento isolado de estudantes secundaristas que se fizeram porta-vozes da exigência de seus direitos, não podemos esquecer que a luta pelos direitos de cidadania caracterizaram as primeiras pautas reivindicatórias dos movimentos estudantis. A participação política dos jovens não é algo dado, mas que se construiu e se constrói na prática. Assim, o engajamento e a participação se fazem na consciência de pertencimento a uma sociedade ou a um momento no qual somos atuantes e não meros espectadores da situação.

Ariella de Albuquerque

Acadêmica do Curso de História

Fonte: Acervo AHR

Data : 04/05/2012

Título : Vamos fazer um puxirão

Categoria: Artigos

Descrição: O Arquivo Histórico Regional guarda em seu porão preciosidades, ávidas por algum curioso que as interprete e as traga ao público com devido reconhecimento.

Vamos fazer um puxirão

Sexta-Feira, 04/05/2012

por Arquivo Histórico Reginal

O Arquivo Histórico Regional guarda em seu porão preciosidades, ávidas por algum curioso que as interprete e as traga ao público com devido reconhecimento. Há um livro esquecido, pouco citado e pesquisado que só lá pude conhecer. Como quem esbarra numa oferta de um sebo, um dia busquei na prateleira os poemetos serranos

de Lacerda de Almeida Junior, publicados em 1925. Imagino a “inquietação daquele volume precioso”, passados mais de 80 anos de anonimato, até a tarde em que assinei presença no livro de pesquisadores naquele verão de 2007.

Lembro o momento quando puxei, entre lombadas puídas de nomes como Passo Fundo, Tchê e Coletânea gauchesca: versos xucros, uma capa amarelada com o título: O puchirão do Gé Picaço. Estava freqüentando o AHR diariamente, no período de veraneio, dedicado a finalizar minha pesquisa sobre o gauchismo em Passo Fundo, imerso na historiografia municipal. Mal sabia que encontraria uma chave importante de minha dissertação.

Justifico o valor do livro para mim, naqueles anos mestrando na UPF, pesquisador do regionalismo sul-rio-grandense. Pois O puchirão do Gé Picaço se propunha a desvendar um tipo humano pouco conhecido no país, o caboclo serrano do Rio Grande do Sul. Lá na década de 1920, em pleno florescer regionalista brasileiro, Passo Fundo compunha a grande região serrana, por denominação geográfica. Só mais tarde seria denominada Planalto Médio.

Assinando com o codinome Julio Simão, o autor afirmava logo no prefácio que a campanha e a fronteira eram vasculhadas e estudadas em seus costumes e tradições. Referia-se ao gaúcho. Mas quanto a serra, havia um certo descaso e ignorância sobre a terra e o homem, o que o autor lastimava.

Então Passo Fundo é terra de gente boa? É de gaúcho ou de caboclo? Imaginem meu entusiasmo, tal um paleontólogo que encontra o elo perdido. Para Almeida Junior, o caboclo era o componente mais importante do povo passo-fundense, e viria a se misturar em outro processo de miscigenação com as correntes imigrantes do século XX. Ou seja, a identidade gentílica da cidade deveria emergir dos traços predominantes do caboclo. Essa versão é sustentada atualmente pelo historiador Tau Golin, meu orientador na pesquisa.

Mas à revelia da posição pioneira de Almeida Junior, as obras mais referidas e estudadas nas escolas são as do chamado “pai da história” do município, Francisco Antonino Xavier Oliveira. Seus escritos e pesquisas historiográficas mesclam-se com poemas que glorificam políticos rio-grandenses e outros de causos gauchescos.

Fica evidente a disparidade entre os dois autores na escolha do tipo humano a ser tomado como referência gentílica. É relevante considerar que Xavier Oliveira pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do RS, que consolidou o que se convencionou chamar de “historiografia tradicional gaúcha”, tributária, em grande medida, dos relatos produzidos pelos cronistas do período colonial, e que serviu de suporte para a mitificação do gaúcho e das histórias da campanha.

A seguir, em um quadro de crescente urbanização no estado, com notável transformação sócio-cultural, o gaúcho continuou alimentando o imaginário. Passo Fundo também “colou” sua representação ao gauchismo, num processo contemporâneo, baseado na mídia e num aparato institucionalizado pelos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs). O fenômeno Teixeira, sucesso na venda de discos e no cinema na década de 1970, foi determinante para a edificação do imaginário do “Gaúcho de Passo Fundo”, título de música e filme seus.

O poder público municipal contribui até hoje para que o gauchismo seja a principal e às vezes única expressão cultural da cidade. Desde 1980, quando aprovado o projeto “Passo Fundo, Tchê”, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores passaram a promover sistematicamente festivais, mostras e rodeios. Apesar de estes eventos não abrangerem a pluralidade cultural local, os políticos não encontram problemas para justificar volumosos investimentos públicos nos mesmos.

Para finalizar, recomendo o AHR aos pesquisadores e curiosos, que, de férias ou não, sentem uma coceira na ponta dos dedos quando entram num lugar cheio de livros. Acreditem, há nele um título incrível esperando por cada um, não ousa adivinhar há quantos anos. Vamos começar um puchirão, que revele nossa história regional com mais nitidez.

João Vicente Ribas

Jornalista, Mestre em História

Fonte: Acervo do AHR

* Os artigos expressam a opinião de seus autores.

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Ano : 2019

Título : Vinte e cinco anos das eleições gerais de 1994

Categoria: Artigos

Vinte e cinco anos das eleições gerais de 1994

Vítor Mateus Viebrantz

Acadêmico de História - UPF

No último 3 de outubro, completaram vinte e cinco anos da realização das eleições gerais de 1994, cujo resultado elegeu para presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Aquele pleito foi o segundo depois da Redemocratização, ocorrida na metade da década de 80 e confirmada em 1988 com a nova Constituição. Pelas páginas d'O Nacional, as eleições foram marcadas em Passo Fundo pela tranquilidade e pela delonga nas apurações.

Em 1989, no primeiro pleito realizado democraticamente após o período ditatorial, haviam sido eleitos Fernando Collor como presidente e para vice Itamar Franco. No ano de 1992, com o impedimento de Collor, Itamar assumira o poder. No ano seguinte, o então presidente indicava para o cargo de Ministro da Fazenda o sociólogo FHC. Devido aos problemas econômicos ligados à hiperinflação, o cargo garantia visibilidade no governo. Os efeitos do Plano Real, arquitetado pelo então ministro e auxiliares, promoveram melhoras na economia nacional e a redução da inflação, o que colocou FHC no hall de candidatos à presidência em 1994.

As eleições de 1994 ocorreram em uma segunda-feira, dia 3. Além da presidência da República seriam eleitos os novos governadores, senadores e deputados – estaduais e federais. Disputavam os cargos da presidência com o tucano, outros sete candidatos, entre eles Lula (PT) e Leonel Brizola (PDT).

O jornal O Nacional trazia na edição do dia anterior às eleições um caderno especial, tratando das questões gerais do pleito eleitoral: seções eleitorais, informações dos candidatos, pesquisas locais. Um texto chama a atenção por tratar do perfil do eleitorado brasileiro, destacando que dos “94,7 milhões de eleitores, cerca de 34 milhões [são] tecnicamente analfabetos”, o que para aquele momento era significativo, pois era apenas a terceira vez que esse grupo poderia participar de um pleito do processo democrático.

Uma charge também chama atenção, ela traz um dragão entristecido que vai descer em um elevador, enquanto que, ao seu lado está uma moeda, representando o Plano Real que irá subir, enquanto isto, um terceiro personagem representando Lula está

escorado na parede, com semblante colérico. As charges desse cunho político-eleitoral, também seguem nas publicações que se estenderam até a apuração final dos votos. Essas representações estão ligadas ao aspecto decisivo da diminuição da inflação associada ao candidato do PSDB e que afligia os demais concorrentes.

Nos dias seguintes à eleição, em textos do jornal, se comentava que “a empolgação foi pequena” e que ela foi “tranquila”, “foi mais uma eleição”. É interessante perceber como a morosidade para a divulgação dos resultados era fatigante: os votos eram em cédulas de papel, e segundo o mesmo jornal, eram duas cédulas – uma para os candidatos à presidência, governadores e senadores e outra para os deputados federais e estaduais. A apuração dos votos era feita manualmente e, segundo O Nacional, envolveu mais de duzentas pessoas. Em Passo Fundo a apuração ocorreu no CTG Lalau Miranda, primeiro contando os votos dos outros municípios que compunham a 33ª Zona Eleitoral e, por último, Passo Fundo. O resultado oficial da Zona era esperado para três dias após o pleito, mas se deu apenas na sexta-feira, 7 de outubro.

As eleições de 1994, colocavam o país sob a presidência de FHC, que vai governar até final de 2002. No Rio Grande do Sul, para o governo estadual, elegeu-se Antônio de Brito. A passagem dos vinte e cinco anos desse pleito revelam alterações e permanências comparando-se às eleições gerais de 2018: mudanças expressivas no processo eleitoral como um todo e também a alteração das morosas urnas de papel para urnas eletrônicas, rápidas e seguras; e continuidades, com a permanência no cenário eleitoral de personagens políticos dos anos 1990, de posterioridade a um impeachment e um governo de um vice-presidente, da questão econômica de contexto de crise como um dos fatores decisivos para a escolha de voto.

Data : 13/04/2013

Título : Violência na sociedade brasileira: um fenômeno cultural

Categoria: Artigos

Descrição: A sociedade brasileira tem presenciado um crescimento significativo da violência, especialmente nos grandes centros urbanos...

Sábado, 13/04/2013 às 08:14, por Arquivo Histórico Regional

A sociedade brasileira tem presenciado um crescimento significativo da violência, especialmente nos grandes centros urbanos como Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Este fato tem causado na população uma sensação geral de medo e insegurança, principalmente quando tais episódios passam a ser retratados e discutidos pelos meios de comunicação. Estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) demonstram que entre os anos de 1992 e 2004, houve um aumento de 7,7 % nos casos de homicídio por 100 mil habitantes no país.

A situação do Sudeste chama a atenção. Em 2004, a região apresentou a maior taxa de mortes por homicídios: 32,3 por 100 mil habitantes, acima da média nacional, de, 26,9. No meio rural a situação é quase a mesma. Os conflitos de terra e as lutas dos movimentos sociais em torno da reforma agrária agravam a situação. Para termos uma ideia do problema, basta analisar os dados de 2006 registrados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Segundo a entidade, naquele ano, foram registrados 1.657 conflitos envolvendo camponeses e trabalhadores rurais. Dentre esses, 39 foram assassinados, 72 foram vítimas de tentativa de assassinato, 57 mortos em consequência do conflito, 207 ameaçados de morte, 30 torturados, 917 presos e 749 foram agredidos e/ou feridos.

Estes dados têm levado a questionamentos: seria a violência um fenômeno específico do mundo contemporâneo? Ou então, seria a violência inerente a natureza humana? Acredito que não. Sua disseminação nas sociedades não está ligada a ideia de um comportamento intrínseco a natureza humana, mas sim as estruturas culturais que estimulam e ratificam atos violentos como algo “natural”. Em outras palavras, entendemos o fenômeno da violência como um comportamento apreendido e internalizado culturalmente.

Analisando a problemática em uma perspectiva histórica, fazem parte das sociedades o uso e as práticas de violência nas mais diversas formas e níveis. Se retrocedermos no tempo, ela esteve presente no cotidiano das sociedades desde a época dos nossos ancestrais. Em termos de Brasil, tais práticas se traduziram, sobretudo, na escravidão, onde os castigos físicos constituíam uma forma então tida como legítima de punir os cativos, especialmente aqueles que desafiavam a autoridade de seus senhores. No caso da República Velha, espaço-tempo de nossas pesquisas, os processos criminais da 1ª Vara do Civil e do Crime de Soledade, Comarca de Passo Fundo nos permitem compreender mais profundamente as relações entre violência e cultura. Em um período onde o poder do mando, a rede de compromissos coronelísticos, a conciliação de frações de classe, a troca de favores e o confronto entre as lides político-partidárias reinavam, forjando uma sociedade de cunho autoritário e paternalista, os processos-crime eram constituídos por multiplicidade de sujeitos e situações, em que os assassinatos e agressões constituíam a maior parte dos casos. Dos 125 processos tramitados no período, 64 são de homicídio e 42 de lesão corporal, distribuídos entre os mais variados tipos de violência, em espaços de

sociabilidade, das autoridades policiais e judiciais, contra a mulher, por questões econômicas e entre famílias, ou então, cometida pelos mais variados sujeitos, proprietários de terra, policiais, juízes, pequenos agricultores, carroceiros, vendedores ambulantes, pedreiros, entre outros.

Ao visualizarmos nas fontes este quadro complexo de sociedade, nossas pesquisas permitem concluir que a violência neste contexto tornou-se uma norma de comportamento legítimo (não exatamente legal) para os indivíduos que a praticam; um mecanismo de resolução dos conflitos interpessoais que adquire significado na cultura. Se entendermos a cultura nas acepções do antropólogo americano Clifford Geertz, como uma teia de significados que o homem tece acerca do universo social no qual está inserido, ou seja, um complexo de padrões concretos de comportamento, um conjunto de atitudes, crenças e códigos de valores de uma sociedade que permanecem ao longo do tempo, as práticas de violência fazem parte das relações culturais daquela sociedade, adquirindo diferentes características e formas de manifestação ao longo do tempo.

Felipe Berté Freitas

Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em História/UPF

Fonte: Acervo AHR

* Os artigos expressam a opinião de seus autores.

Ano : 2014

Título : Visitando o passado

Categoria: Artigos

Já houve tempo em que a história direcionou seu olhar com mais interesse às datas dos acontecimentos, tanto quanto para os próprios. Mesmo isso tendo mudado substancialmente, ainda hoje apraz à maioria das pessoas guardar as marcas periódicas das passagens de tempo com números... 10, 25, 50 anos.

Rememoramos o trabalho dos últimos 5 anos de uma das atividades da equipe do Arquivo Histórico Regional. Entre os objetivos do AHR, além da guarda, preservação e disponibilização para a pesquisa dos documentos, também há a preocupação de disseminar as informações contidas no acervo. Em setembro de 2009 entramos em

contato com a redação do jornal O Nacional para uma parceria de trabalho. Passaríamos a escrever pequenos textos a respeito de nossa história local e regional evidenciando os fatos e também o acervo de fontes para a pesquisa histórica salvaguardadas no AHR. Quinzenalmente, em um trabalho que a partir de 2010 passou a incorporar trabalhos de alunos e professores da Graduação em História – UPF, temos escrito sobre os mais diversos temas que envolveram e, sem dúvida ainda envolvem, a população passo-fundense. Discorreu-se nesses anos acerca da cidade, de ruas, de praças, de empresas, de instituições, e também de sua gente, suas festividades e comemorações, suas lembranças...

A expectativa da ferrovia que chegou em 1898 e “partiu” por volta da década de 1970; o movimento estudantil que foi atuante desde a década de 1930 com o ensino secundarista e ganhando mais respeito com a chegada do ensino superior e da universidade; os bailes nos clubes sociais e o carnaval do povo nas ruas; as paixões do futebol à política e às revoluções. Obviamente, não poderíamos nomear a todos, mas esses foram alguns dos temas de textos produzidos por estudantes, equipe AHR e membros da comunidade.

Chegamos ao 100º artigo publicado lembrando-nos que esse emaranhado de textos, essa teia de imagens do passado, com suas afirmações ou suas lacunas, suas deduções ou suas comprovações, podem contar muitos momentos de nosso passado. Fica o convite ao leitor para que visite o site do AHR onde poderá encontrar vestígios de sua memória, ou perder-se na leitura de suas histórias, nas páginas dos artigos, periódicos, documentos, livros...

Benhur Jungbeck

Professor de História – Equipe AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Data : 20/07/2013

Título : Vivências que podem contar a história

Categoria: Artigos

Descrição: Vê-se que muitas pessoas entendem seus objetos pessoais como sendo partes de si mesmas, por isso valem as perguntas: Por que tal apego?

Sábado, 20/07/2013 às 07:44, por Arquivo Histórico Regional

Vê-se que muitas pessoas entendem seus objetos pessoais como sendo partes de si mesmas, por isso valem as perguntas: Por que tal apego? E também, por que desfazer-se deles e doá-los para instituições que guardam documentos históricos?

Há conceitos ligados a essas questões mobilizados no cotidiano dos profissionais que trabalham nos arquivos históricos, pois vivenciam na prática a relação indivíduo-objeto-memória. Nessa tríade o que é material existe primeiro, mas, em seguida a relação desse com o indivíduo e o conjunto documental vincula-se ou mesmo confunde-se de tal forma que, por vezes, não se reconhece mais o início ou o fim deste vínculo. Isso é confuso, sim, mas, nem tanto.

Cada pessoa vivencia, no decorrer dos anos, inúmeras situações e cada uma destas está ligada, normalmente, a algo material: a roupa que se usava, o disco que se escutou, a carta que foi escrita e, é claro, a fotografia que foi feita. Esses são os objetos. Temos também um segundo elemento quando as lembranças nessa materialidade são guardadas mas também construídas com o agregado dos anos de lembranças que vão adicionando mais sentido social e político aos documentos – com o tempo os objetos tendem a adquirir maior importância afetiva para o indivíduo.

Uma-se a isso o passar de algumas décadas e teremos a receita de um indivíduo que não consegue mais desvencilhar-se, pois guarda seus objetos como ícones de sua memória-história, como imprescindíveis para sua própria vida já passada, lembranças de um tempo; talvez, para nostalgias de domingo ou de dias chuvosos. A memória afetiva é a mais enraizada ao indivíduo, já que carrega parte de sua vida, e muitas vezes torna difícil distinguir onde está o começo ou o fim da relação indivíduo-objeto-memória, desse apego aos vestígios de memória.

Assim, no dia a dia do trabalho dos arquivos históricos além da salvaguarda e conservação dos acervos que já estão incorporados, também faz parte das atividades a busca de novos documentos – fotografias, livros, correspondências, relatórios...

No entanto, esse trabalho se depara com a dificuldade de muitas famílias ainda não conseguirem compreender que não perderão seus acervos particulares ao doarem seus objetos. Esta ação vai muito além disso, pois os doadores estarão ampliando com acervos da memória pessoal ou de grupo a documentação possível de explicar e entender a conformação e organização da comunidade regional, possibilitando o desenvolvimento de inúmeros trabalhos de pesquisa histórica.

O permear-se é inerente ao indivíduo e as suas relações com o entorno. Dessa forma, os objetos doados continuarão sendo parte afetiva de cada um, mas, a partir daí, podem contar partes de nossa história regional. Esses extratos de família, de associações, de empresas, são porções e sentidos de grupos locais que preenchem a história da cidade e que ao sair das velhas caixas guardadas em armários ou porões complementam e cobrem lacunas da escrita da história.

Benhur Jungbeck

Professor de História

Fonte: Acervo do AHR

* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores.

Data : 10/06/2011

Título : Você me Pertence...

Categoria: Artigos

Descrição: Você me pertence não é somente mais um título de filme que buscava chamar a atenção do público e os olhares daqueles que circulavam nas salas do Cine Imperial em Passo Fundo...

Você me Pertence...

Sexta-Feira, 10/06/2011 por Arquivo Histórico Reginal

Mulher soldadora - Fonte AHR

Você me pertence não é somente mais um título de filme que buscava chamar a atenção do público e os olhares daqueles que circulavam nas salas do Cine Imperial em Passo Fundo, mas condensava a repressão e a mentalidade que circundava as mulheres na década de 40.

Eram poucas as mulheres retratadas nos jornais e nos filmes que extrapolavam os limites da casa. O modelo de boa esposa, mãe carinhosa e dona de casa dedicada adotados pela sociedade em geral como mentalidade corrente à época escondia a realidade, pois a pluralidade étnica e a conseqüente diferença de culturas das mulheres do sul não favoreciam a identificação do sexo frágil com esses papéis familiares.

No centro urbano de Passo Fundo, no contexto da Segunda Guerra Mundial, a delimitação do papel social da mulher começou a orientar-se dentro dos moldes do projeto de uma elite burguesa dominante. Consistia esse modelo em fixar a mulher no recesso do lar, e esse pertencimento aos afazeres era justificado, pois era ela a mestra que gestava o futuro da nação. Esse enclausuramento não era verdadeiro, pois atingia somente aquelas frágeis criaturas de condições econômicas propícias que circulavam nas lojas, adotando caricaturas de uma sociedade francesa, expressa na belle époque. Em contrapartida, as que labutavam com seu suor para complementar o rendimento familiar, não são mostradas. Essas “trabalhadeiras” faziam parte de uma indústria nascente, onde foram importante mão de obra barata e explorada. Na maioria das vezes além dos afazeres domésticos, exerciam outras atividades, tais como capinar na roça e trabalhar como empregadas de famílias ricas, cuidar dos pacientes nas enfermarias, tomar posições político-partidárias, dar aulas e também atuaram como operadoras de maçaricos nas funilarias industriais.

Essa diversidade de funções caracterizou um contraponto de valores. Se de um lado a mulher que trabalhava era desmerecida pela sociedade – cujo papel principal era o resguardo ao recesso lar, aos cuidados do marido e dos filhos – por outro, a necessidade de complementação do rendimento familiar induzia a que elas buscassem atividades paralelas às domésticas.

Condicionada em sua inferioridade, acreditava na superioridade do homem, não reconhecendo em suas ocupações uma competência igual a do homem, apesar de entender que cultivava sentimentos mais humanitários, uma vez que a eles era dado esquecê-los.

Podemos ter como fundamental que é importante compreender que as relações entre mulheres e homens passam por diferentes construções históricas e não devem ser naturalizadas (ser algo pertencente à natureza das mulheres ou à natureza dos homens), essas questões concernem às diferentes culturas. Estas relações de gêneros traduzem sutilmente as contradições do sistema de valores estabelecido. Valores estes que atravessam décadas e ainda estão enraizados no nosso cotidiano.

Ariella da Silva de Albuquerque

Acadêmica do Curso de História da UPF

Fonte: Acervo AHR